

## REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Alcides de Mendonça Lima Filho

GERENTE:

Armando Batista Gonçalves

Brasil - Rio de Janeiro, Outubro de 1938

N.º 293

Vinte cinco anos de existência. Um quarto de século de luta: Revêzes... vitórias. Sempre lutando; sempre na estacada, ora exigindo, reclamando — algumas vezes mal compreendida — gritando ou implorando, blasfemando ou louvando, ora instruindo, ora pregando, a "A Defesa Nacional" sobreviveu, atingiu sua maioridade e se impoz. Ela é hoje uma realidade e um valor. Seu programa continuará sintetizado nisto: LUTA.

## PAG.

Aniversario de "A Defesa Nacional" .. . . . . .	409
Conselhos aos instrutores .. . . . . .	412
As palavras do Chefe da Nação no Dia da Pátria .. . . . . .	413
Homenagem .. . . . . .	416
Embaixada de soldados a serviço da paz .. . . . . .	417
O General Pol Noel .. . . . . .	423
Solenidade na Escola do Estado Maior .. . . . . .	429
Oração à Pátria .. . . . . .	433

## LITERATURA — HISTORIA — GEOGRAFIA — CIENCIAS

Descobrimiento da America — <i>Coelho Neto</i> .. . . .	435
Homenagem aos socios fundadores da "A Defesa Nacional" .. . . .	436
As campanhas da Italia — <i>Caps. Nelson de Carvalho e Alexinio Bittencourt</i> .. . . .	437
Oportunidades de conceitos .. . . .	446
O Brasil, a paz e a guerra — <i>Cel. João Baptista de Magalhães</i> .. . . .	447
Campo defeso .. . . .	452



## SECÇÃO DE TÁTICA GERAL

	PAG.
O Estado Maior do Exército e seus problemas — Cap. <i>Newton Franklin do Nascimento</i> .. . . .	453
Verdades já emitidas .. . . .	464

## SECÇÃO DE INSTRUÇÃO

Para ser chefe — Tradução — 1.º ten. <i>Murillo Borges Moreira</i> ..	465
---	-----

## SECÇÃO DE INFANTARIA

Combate de bosques — Maj. <i>Nilo Guerreiro</i> .. . . .	479
--	-----

## SECÇÃO DE ARTILHARIA

O problema do sitio — Cap. <i>Aluizio de M. Mendes</i> .. . . .	495
---	-----

## SECÇÃO DE ARTILHARIA DE COSTA

O curso de fortificação do CIAC — 1º ten. <i>A. Leitão Machado</i> .. .	505
---	-----

## SECÇÃO DE CAVALARIA

A marcha dos exploradores e do grosso nas patrulhas de cavalaria — Estudo teórico da patrulha de retaguarda com efetivo de um grupo de combate — Cap. <i>Antônio Pereira Lira</i> .. . . .	513
--	-----

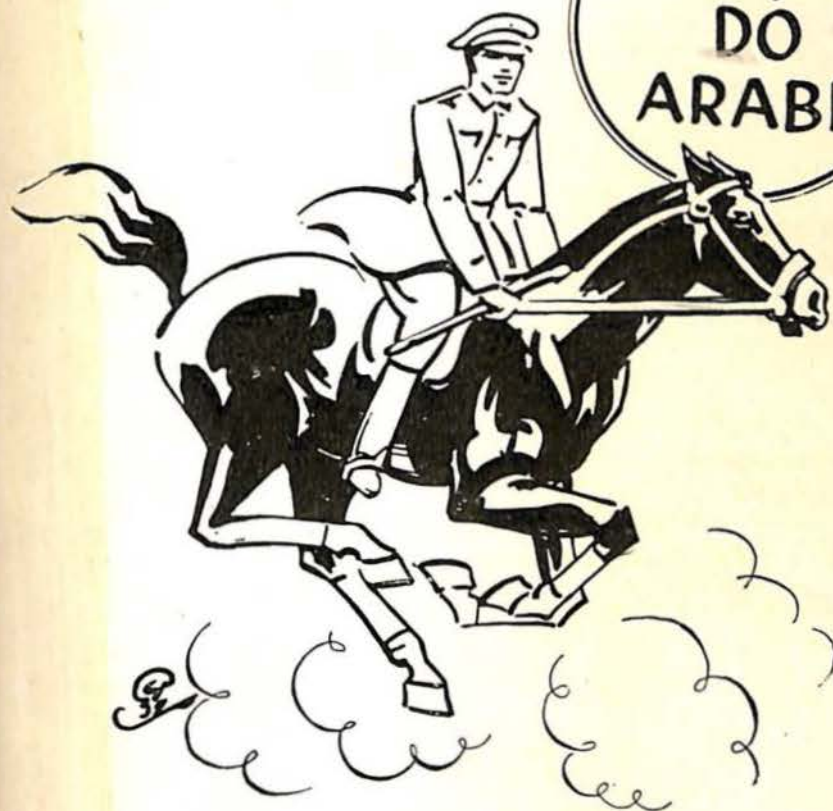
## SECÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Tabela para grupamento homogêneo — Cap. <i>J. de Almeida Freitas</i> ..	521
A preparação física da nação — Cadete <i>Otávio Alves Filho</i> .. . .	529
Topografia para sargentos — Continuação .. . . .	17

## NOTICIÁRIO E VARIEDADES

Legislação brasileira de petróleo .. . . .	549
O Brasil e sua defesa — Cel. <i>Castro Alves</i> .. . . .	565
Homenagem ao Exército Brasileiro .. . . .	574
O analfabetismo, uma nódoa — Cap. <i>Aluizio de M. Mendes</i> .. . .	575
Armamentismo .. . . .	578
Quanto custa um soldado? — Cap. <i>Alcyr d'Ávila Melo</i> .. . . .	579
Cenas do século .. . . .	582
O exército disciplinador — 1.º Ten. <i>Umberto Peregrino</i> .. . . .	583
A Companhia Mate Laranjeira .. . . .	586
O problema da gasolina nos paizes não produtores, resolvido com as experiências do gazogenio .. . . .	587
O Balancete da "A Defesa Nacional" .. . . .	589

**ORAÇÃO  
DO  
ARABE**



**NO PLANO NÃO ME POUPE**

e  
-n-  
nte  
re-



# ANIVERSARIO DE «A DEFESA NACIONAL»

25 ANOS DE VIDA

A “A Defesa Nacional” completou, no dia 10 de Outubro corrente, vinte e cinco anos de existência.

Durante trezentos meses, dentro do espirito da mais completa regularidade, a “A Defesa Nacional” infatigavelmente propagou e difundiu conhecimentos gerais e militares, sustentou um programa de vida, combateu e foi combatida, sofreu altos e baixos, lutou, prosperou e venceu... Venceu porque usou apenas de lógica, de eloquência e de honestidade.

As suas colunas serviram de veiculo de persuasão lógica e eloquente da coisa mais honesta que pode existir neste mundo: a defesa da pátria.

**“Num momento histórico, como o que atravessamos, em que a capacidade social de um povo se mede e se avalia pela sua organização militar — o Brasil, que é um dos mais opulentos países da terra, não pode cruzar os braços indifferente aos rumores de luta, que nos chegam dos quatro pontos cardiais e confiar a defesa do seu patrimônio aos azares do destino”.**

Estas palavras untadas da mais pura evidência, foram escritas ha vinte e cinco anos passados à pagina 2 do n.º 1 desta revista.

São decorridos vinte e cinco anos — um quarto de século — e as trombetas apocalipticas continuam annunciando apenas isto: luta! Hoje, a peste, a fome e a guerra ameaçam atrozmente o atormentado genero hu-



mano. Por toda a parte os homens se entreolham com rancor e com inveja, se ameaçam e se devoram uns aos outros com requintes da mais bestial de todas as selvagerias.

Não houve — durante todo este vasto espaço de tempo — a menor melhoria de situação ou de condições, tendo havido apenas mais método e muito mais requinte nos terríveis processos de destruição e de terror.

A guerra também transformou-se e de particular e peculiar aos exércitos, generalizou a beligerância à massa total da população.

A sede das riquezas e utilidades — a cubiça pelas materias primas — modificou a própria moral privada e social da humanidade. Os povos fortes transformaram-se em verdadeiros salteadores, bandoleiros que assaltam impunemente os povos fracos e desprevenidos.

Só os fortes têm o sagrado direito à existência.

Proclamada esta ferina moral, espantamo-nos como o Brasil poudes subsistir completamente desarmado, desorganizado e completamente perturbado pelas mais ridículas, mesquinhas e estupidas competições partidárias. Realizou-se verdadeiro milagre !...

Um golpe de vista — mesmo superficial — lançado sobre o mapa do mundo, mostra que os povos que habitam a superfície do planeta dividem-se em duas grandes categorias: povos colonizadores e colonias. Infelizmente não há lugar para categorias intermediárias. Os povos colonizadores estão por toda parte, armados até aos dentes, insolentes e arrogantes, olhando unicamente os fins que eles próprios procuram atingir, absolutamente indiferentes à felicidade dos povos cuja independência menosprezam e prontos estão para impudicamente violarem-na. Tudo lhes é permitido em face do tácito e-



conhecimento do famoso **direito do mais forte** na trágica luta pela existência.

Urge, pois, que nos preparemos afim de conjurar o perigo em tempo.

Dado, porém, a natureza muito particular das guerras modernas — guerras ditas de massa — nas quais são mobilizados todos os recursos materiais e morais da nação, quer sob o ponto de vista:

- 1.º da **mobilização econômica**:
  - a) mobilização da mão de obra;
  - b) mobilização nos domínios agrícolas e alimentares;
  - c) mobilização industrial;
- 2.º da **mobilização científica**;
- 3.º da **mobilização militar propriamente dita**;

quer ainda sob o ponto de vista da **organização das fabricações para o tempo de guerra**, de maneira a pôr nas mãos dos Chefes a massa imensa de **homens mobilizados, armados**, fartamente bem **municipiados** que as condições hodiernas exigem, — cumpre que nós nos devotemos de corpo e alma — em preparar urgentemente a guerra, pois é do seu preparo que depende a nossa tranquilidade.

O programa desta revista se amplia. Há um quarto de século atrás os seus dirigentes resumiram o seu programa nesta expressão: a defesa nacional, que naquela época, abrangia apenas o domínio militar. Hoje o nosso programa compreende:

- a mobilização econômica;
- a mobilização científica;
- a mobilização militar propriamente dita.

Para atingirmos êsse desideratum cumpre que principiemos por nos armarmos e nos instruírmos.

O Brasil acima de tudo e pela sua defesa todos os sacrifícios.

---

## CONSELHOS AOS INSTRUTORES

- I — O chefe dirige; os oficiais e graduados subordinados instruem.
- II — Ter um fim.
- III — Ordenar o trabalho.
- IV — Dosar a instrução segundo as capacidades físicas e intelectuais dos jovens soldados.
- V — A principio a síntese, depois a análise, e, para terminar, de novo a síntese.
- VI — Ato e não palavra.
- VII — Proceder o mais possível por competição.
- VIII — Conservar a significação das realidades.
- IX — Não se aborrecer de repetir.
- X — Corrigir imediatamente e fazer recommençar.
- XI — Ferir a imaginação.
- XII — Preparar os exercícios.
- XIII — Tornar os exercícios vivos.
- XIV — Agir sem se agitar.
- XV — Dar o exemplo.
- XVI — Ter fé em sua missão.

(Do livro do Cel. Lébaud — "Commander".)



# As palavras do Chefe da Nação no Dia da Pátria

*O Presidente da República encerrando as comemorações da "Semana da Pátria", falou aos brasileiros, no dia 7 de Setembro ultimo.*

*A oração do Chefe do Governo Nacional, pronunciada no salão de honra do Palácio Guanabara, às 20 horas, e irradiada, foi a seguinte:*

— "Brasileiros.

*Encerramos as comemorações da Pátria e da Raça, celebrando com exaltado fervor cívico a data maxima da nossa existência politica.*

*Todos sentem o profundo significado desta hora historica.*

*Patria não é apenas a extensão territorial, dotada de grandes recursos naturais e admirada pela imponencia dos seus panoramas; é, acima de tudo, a comunidade de laços afetivos e interesses economicos, e só existe, em verdade, quando se impõe a intelligencia e ao coração do povo como a mais alta representação das suas virtudes e energias creadoras.*

*Ha um ana, falando á Nação, neste dia glorioso, tinha por certo não voltar a faze-lo como Chefe do Governo. Os acontecimentos ditaram o contrario. Permaneco no mesmo posto de trabalho, com o firme proposito de não desmerecer na confiança dos brasileiros.*

*Avaliareis, facilmente, quanto é cheia de provações, na actualidade, a vida de um Chefe de Estado, consciente das suas responsabilidades. Além dos riscos e sacrificios pessoais, sobejam as aleivosias dos impenitentes malsinadores e as incompreensões dos que apenas enxergam apparencias de gozo e comodismo na ardua e silenciosa luta mantida em pròl do bem publico.*

*A tarefa de governar faz-se, cada dia, mais complexa e difficil. Os classicos postulados de manutenção e garantia dos pactos sociais sofreram profundas modificações. Já não basta assegurar a ordem e a continuidade administrativa. E' preciso controlar as forças economicas, corrigir as desigualdades de classe e obstar, por uma vigilancia constante, a contaminação do organismo politico pelas infiltrações ideologicas que apregoam o odio e jo-*



mentam a desordem. Conduzir uma nação, em momento de tamanhas apreensões, só o póde e deve fazer quem seja capaz de tudo sacrificar pela felicidade comum.

Não tendo sido outro o meu empenho, conforta-me verificar que a transformação operada na vida nacional, além de inadiável e proveitosa, foi obtida sem abalos e dissensões fratricidas. Saímos de uma situação falsa e caótica, com o país dividido em feudos e o interesse publico na dependencia dos conchavos das elites eleitorais; conjuramos a ameaça que pesava sobre a nossa soberania, impedindo a formação de quistos raciais com pretensões autonomicas; fortalecemos a unidade nacional, extinguindo particularismos e hegemonias regionalistas; atacámos de frente os problemas fundamentais da nossa economia e do aparelhamento defensivo do país; passamos, enfim, de um regime de ficção e desperdicio para outro de realidade e trabalho, em que a Nação se apresenta estruturada como um todo organico, dentro dos objetivos supremos do seu engrandecimento.

Marchando, agora, para novos rumos, cumpre-nos enfrentar as dificuldades e construir corajosamente o futuro.

O culto dos herois e das glórias passadas não póde traduzir-se numa atitude de pura contemplação, de passividade esteril. Ha de revestir antes, a grandiosidade de um compromisso publico, projetando diante de nós as figuras maximas da historia patria, a exigirem, pela memoria dos seus feitos, que saibamos perpetuar-lhes o exemplo e manter o ritmo da prosperidade nacional.

O momento é proprio para ressaltar a preponderancia do factor humano no progresso de qualquer nação. A capacidade de agir, o amor ao trabalho, dignificante, o sentimento civico e a dedicação á causa publica resultam da cuidadosa e persistente educação do povo. As possibilidades materiais, valiosissimas em si, só valem efetivamente nas mãos de homens inteligentes e empreendedores, de espirito esclarecido e corpo robusto, capazes de transforma-las em elementos de expansão individual e coletiva.

E' inadiável dar pronta solução ao problema do fortalecimento da raça, assegurando o preparo cultural e eugênico das novas gerações.

Na formação da mocidade está o fundamento de uma politica construtiva e dinamica. A sua pratica virá remover numerosos obstaculos que entorpecem o progresso nacional. A fuga dos cam-



pos, o desamor pela gleba, a caça ao emprego publico, as falhas de organização, as influencias rotineiras e os vícios da falsa civilização constituem efeitos, na maior parte, da educação insuficiente e defeituosa nos seus processos e objetivos.

Remover tantos males é imperativo iniludível, e só o conseguiremos dispondo de uma mocidade sadia e habilitada profissionalmente.

Sempre fomos, e continuamos a ser, um povo acolhedor e hospitaleiro, tolerante por indole, habituado a praticar a solidariedade cristã e a dedicar-se às grandes causas.

Nas circunstancias atuais, torna-se urgente mobilizar essas nobres qualidades de carater brasileiro, utilizando-as em beneficio da cultura e do vigor fisico da raça. Aqueles que amam a sua terra e a sua gente, homens de visão e de sentimento, que trabalham e acumulam fortuna, estão convocados a colaborar com o poder publico na obra de preparação das novas gerações, desde o berço á juventude; pelo amparo á maternidade e á infancia, os dois polos mais poderosos da afetividade humana.

O Governo Nacional se propôs, nesse sentido, uma campanha que reclama o concurso de todos.

As comemorações da Patria e da Raça deverão ser, daqui por diante, uma demonstração inequivoca do nosso esforço pelo levantamento do nivel cultural e eugênico da mocidade, fonte de revigoramento das energias nacionais e penhor seguro do progresso da Patria.

Brasileiros:

Desejo e espero que em data tão memoravel, estas palavras cheias de emoção patriótica cheguem aos vossos ouvidos como um incitamento de fé e de confiança nos dias de amanhã.

Ao lado das outras nações americanas, vivemos e trabalhamos sem prevenções, dispostos, como sempre, a atuar sincera e decididamente com o objetivo de preservar a paz, estreitando cada vez mais os vinculos da solidariedade continental.

Eleve-mos o espirito, aproximemos os corações e juntemos os nossos votos, irmanados no pensamento superior de tudo empreender

- Pelo Brasil unido,
- Pelo Brasil forte,
- Pelo Brasil grande.

## H O M E N A G E M

### OS DIRETORES DA "A DEFESA NACIONAL"

Foram diretores desta revista, durante os vinte e cinco últimos anos, os seguintes associados:

Bertholdo Klinger

E. Leitão de Carvalho

J. Souza Reis

F. Paula Cidade

Mario Clementino

Lima e Silva

Parga Rodrigues

Jorge Pinheiro

A. A. Villanova

Pompeu Cavalcante

Euclides Figueiredo

B. Taborda

Maciel da Costa

Mario Travassos

Pantaleão Pessoa

F. J. Pinto

Pais de Andrade

Sylvio Scheneder

A. Pamphiro

Pericles Ferraz

Eurico Dutra

Daltro Filho

Nilo Val

Correia Lima

Jorge Duarte

Sayão Cardoso

J. B. Magalhães

T. A. Araripe

Ajalmar Mascarenhas

A. Belgamba

H. Bustamante

A. Chaves

H. Castelo Branco

A. Sevilha

P. Góes Monteiro

Valentim Benicio

Castro e Silva

José Faustino

A. Batista Gonsalves

Batista de Matos

A. Lima Camara

Renato B. Nunes

A. Carnauba

Lima Figueirêdo

Aluizio de M. Mendes

Alcides de Mendonça Lima



## EMBAIXADA DE SOLDADOS A SERVIÇOS DA PÁZ

No Jockey Clube realizou-se o banquete que o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, ofereceu em nome do Exército, ao general Abraham Quiroga, chefe da missão militar argentina, e aos demais componentes da embaixada. Falou, nessa ocasião, o general Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército. O discurso que pronunciou foi o seguinte:

Exmo. Sr. General Abraham Quiroga, Exmos. Srs. Membros da Missão Militar Argentina. — Revivendo uma velha tradição, peço-vos licença para destacar, na fraterna simpática cordialidade deste banquete, o simbolismo e a importância da sua significação nos destinos de nossas duas Patrias, bem como do continente e do mundo, em que elas jovens e confiantes, crescem para as esperanças do futuro.

Antes de tudo, saliente-se a inédita e alviçareira surpresa destas embaixadas de soldados ao serviço da Paz, pleaide brilhante de militares da grande Nação Argentina, que tão bem se integra nas aspirações de conagração das armas brasileiras.

Trazeis o estímulo e a confiança do vosso abraço às festas cívicas de nossa nacionalidade, na comemoração dos fastos sagrados, contemporaneos da grande onda secular de afirmação coletiva com que, quasi ao mesmo tempo, no vosso, no nosso, em todos os povos irmãos da America Latina, se desencadeou o movimento incoercível da criação de nossas patrias livres conquista inalienavel cuja guarda incumbe aos nossos Exércitos.

Não estamos cumprindo á risca a lição de querer a paz aparelhando a guerra: **si vis pacem para bellum**,



por simples especulação imitativa. Senão que, circunstâncias específicas do nosso meio e da nossa formação social, típicas dos nossos povos, isolados do problema mundial da guerra um dos processos mais eficazes de se conseguir a paz na America Latina é trabalhar pelo prestígio militar, escoimando-o dos fascismos pretorianos e daqueles germens de indisciplina e desagregação, admiravelmente retratados, em livro notavel, pelo vosso illustre historiador Sr. Jucas Ayarragaray.

Não sofrendo de preconceitos de raça, religião ou classe, respirando nos largos horizontes que, segundo Bolivar, convida á tolerancia e a liberdade, os conflitos internacionais do nosso continente, bebiam a sua origem nas heranças das contradições e rivalidades metropolitanas, nas vidas de limitação territorial, e mais ainda, nas ambições e na desordem criadas pela caudilhagem, fauna extemporânea já felizmente desaparecida do vosso país e de quasi todos os nossos povos.

Essas causas tiveram de ceder ao advento de uma geografia mais documentada, de uma educação politica mais racional e, — fato aparentemente paradoxal — de Exércitos mais fortes e mais conscientes de sua missão nacional e continental.

E' que a vocação militar, em nossa formação americana, ao envez de ter sido retrograda, conservadora e mantenedora de interesses criados, tem sido uma fonte de disciplina popular, e renovação social e de paz propria e continental.

Dentro da agitada visão do mundo contemporaneo, Sr. General e meus Camaradas, sobressai, pois, a alta e extraordinaria vocação historica nossa e das Americas na defesa das melhores tradições da cultura humana.



Tendo pegado de galho europeu, como dizia Joaquim Nabuco, a civilização americana nos ultimos seculos floresceu, entretanto, numa herança muito mas humana, na instintiva força de colaboração internacional, na fé nos destinos do homem, no respeito pela vida; enfim, nesse patrimonio de sentimentos e idéias, que nos é mistér amparar contra a imensa onda de odio e violencia, prepotencia e imperailismo, que sacode os dois extremos do planeta.

Enquanto na America nem um só pensador, nem um só poeta, nem mesmo os que, como Bolivar, Mitre, Caxias ou Alfaro, meditavam esses problemas ao calor das batalhas, jamais descreu na justiça e na igualdade, antes se vem avolumando a legião dos pregadores da paz e da união continental, que vemos no resto do mundo?

No ocidente e no oriente, imperam os programas de força e de Hogemonia, constituem-se vasto fôcos de Imperialismo dinamico, ligados pelo cordão de póvora, que é a vastidão mongolica sovietisada.

Por influencia hereditaria, depois de destruida a tradição da conquista incorporada de que só sobreviveu o sistema colonia ibérico, sobretudo o portugûês, surgiu no ocidente uma doutrina politica de assalto e de razzia, argamassada no fundo edonistico do seu sentido economico, para devastar as incipientes culturas da Africa e da Oceania e as velhas civilizações dormentes e immobilizadas da Asia.

Toda a gloria da doutrina de Jaime Monroe reside na genial intuição que ele teve, já em 1823, do dosdobramento da éra industrialista ou "vitoriana" e das suas consequencias para os povos para os povos capazes



de fornecer materia prima e servir de mercados de compra e de inversão financeira.

Opunha-se a doutrina monroista á politica, expressa mais tarde, no começo do seculo XX, na formula de Bernhardi, de expropriação das raças incompetentes pela pretendidas raças privilegiadas.

As condições do mundo mudaram desde que Jaime Monroe lançou o seu principio da "America para os Americanos", como anteparo aos projetos reacionarios do Congresso de Verona da Santa Aliança, e mudaram para pior, exigindo a evolução daquela doutrina para um neo-monroismo, conforme vos aludi esta manhã, que o Presidente Franklin Roosevelt, já cunhou no seu binomio — bôa vizinhança e interdependencia — e tem de alargar o seu alcance e vigilancia.

Os quatro cavaleiros do Apocalipse deflagam dos confins do mundo; e não é já sómente o ocidente europeu que estremece e explode.

E' o oriente europeu, com a sua ressureta e gigantesca atividade demografica e politica, sacudido pelas misticas revolucionarias contagiosas e devastadoras.

E' o extremo oriente asiatico, armado de todos os recurso da técnica ocidental e da superioridade das suas reservas morais milenares.

Cumpre-nos preparar á America para a divina mensagem, que é defender o espirito de colaboração internacional e a fé no Homem, e, si possivel, chegar a ser, na hora tragica, duma força de equilibrio e contem são no ritmo catastrofico destes tempos.

Acham-se solucionadas as pendencias de Tena e Arica, de Leticia e do Chaco.

Nesta ultima, contemporanea de uma epoca tão laivada de descrença nas possibilidades das interven-



ções pacificadoras, o mundo pôde assistir á esplendida e vitoriosa conspiração dos Estados Americanos para afastar o espectro da guerra.

Fundou-se a doutrina da confiança reciproca, a que o Presidente Cleveland aspirava dar a consistencia do granito.

Antepomos a tése da colaboração e da concordia á conceção darwinista da historia aplicada á politica, ou seja a transposição das conclusões da biologia inferior para o plano das sociedades humanas.

Mas, Senhor General, infelizmente a America não é o mundo todo.

Mais do que nunca, devemos aparelhar-nos para a defesa desse patrimonio das tradições pacifistas contra os assaltos do caporalismo politico, como ha pouco dizia o Presidente Roosevelt, e dos acontecimentos terribéis que podemos prever pelas doutrinas em voga, conhecido como é, que as doutrinas são sempre denunciadoras e promotoras dos fatos humanos.

O nosso pacifismo ha de ser viril, ativo, vigilante.

Não podemos levar o coração nas mãos ante a conspiração de tantos appetites.

Se o nosso interesse é defender um patrimonio cultural comum, unamos cada vez mais os nossos esforços em pról dessa defesa.

Ha uma doutrina cristã de guerra.

Como bem notou um escritor de coisas profundas, o Cristo que disse ao rico "abandonai as vossas riquezas", não disse ao Centurião do Evangelho de Mateus "deixai o vosso serviço".

Podemos falar altivamente esta linguagem de defesa de direitos, porque somos generais de um povo que jamais desejará fazer guerra de conquista e que da



sua condenação acabou tirando um principio de direito publico.

Na questão Cristie, na missão Saraiva á Banda Oriental, na vitoria sobre o Paraguai, no bombardeio de Valparaizo e no de La Guiyra, na questão do Territorio do Acre, nas questões de fronteiras, e, em geral, nas nossas atividades dentro do Continente, sempre fizemos prova daquela base de moderação e justiça que o primeiro Rio Branco nos traçara como a **qualité maitresse** da nossa politica exterior.

O Sr. Ministro da Guerra, em nome do Exército brasileiro, manda-me que agradeça a gentileza de vossa visita, tão propria da generosa liberalidade da vossa estirpe; e é nos termos precedentes que formulo os votos mais ardentes pelo prestigio de uma aproximação dada cada vez maior dos nossos povos, irmãos, dentro do espirito de cooperação continental, que me parece a mais alta contribuição da America á cultura do Mundo.

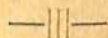
Honra ao glorioso exército argentino e a todo o povo da grande republica vizinha, exemplo de trabalho e progresso para o Continente, representados nas eminentes individualidades aqui presentes. Levanto a minha taça em homenagem a V. Excia., Sr. General Quiroga, e aos seus brilhantes camaradas de delegação; em homenagem a S. Excia. o Sr. General Carlos D. Marques, Ministro da Guerra da Nação Argentina, e em preito de admiração ao eminente estadista sul-americano, S. Excia. o Sr. Presidente Roberto Ortis.



# O GENERAL POL NOEL

*Nil actum reputans si quid superasset agendum.*

Não ha no mundo mais penoso officio, dizia La Bruyère, do que o de se fazer um grande nome; a vida se acaba e a gente poude apenas começar o esboço da obra... Pensamento justo, verdade indiscutivel e, para prová-lo, basta o simples exame da vida dos grandes homens. Ha, no entanto, muitas pessoas que conseguem traçar o esquema completo de suas vidas prodigiosas e o fizeram tranquila e silenciosamente na dôce e bucolica paz das coisas virtuosas. Outras se agitaram, devoraram distâncias, percorreram a amplidão imensa do universo, travaram contacto com todos os povos e com todas as raças, viveram em todos os climas... São sólidas máquinas, muito bem munidas de força viva e mais ainda de energia potencial representada geralmente por brilhantes inteligências. Por toda a parte deixam elas o sulco profundo de sua atividade, a marca imperecivel da intelligência: foram os construtores, os grandes arquitetos do progresso e da civilização das nações por onde passaram e, semelhantes as estrelas cadentes, rasgaram o firmamento, direitos, rétos e seguros de si mesmos. Outros ha, porém, mais cautelosos e prudentes que surgem lentamente e paulatinamente seguem o seu destino, tal como o fazem os magnificos cometas que — imperturbavelmente — traçam a sua longa órbita, deixando após si o rastro imenso de infinita saudade ! São apenas maneiras de agir.



O General Noël nasceu em Rennes (Ille-et-Vilaine) no ano de 1880. Familia originária da Lorraine (Metz-



Nancy) em cujo seio contou sempre com grande número de oficiais (particularmente durante o 1.º Império) e vários engenheiros e professores.

Seu pai era engenheiro e seus avós, engenheiros e professor.

Após fazer os seus preparatórios entra em St-Cyr em 1898, com 18 anos de idade (limite mínimo). Sae em 1900, classificado num dos primeiros lugares, tendo escolhido a arma de Infantaria de Marinha (transformada ulteriormente na Infantaria Colonial).

Parte com 21 anos para o Tonkin onde faz longa estada de dois anos na fronteira da China, tomando então parte nas operações contra os piratas chinêses; constrói portos e estradas militares, administra territórios indigenas, etc.

Regressa à França em 1904 e parte para a Indochina em 1905 (agora pela Cochichina). Faz aí uma estada de dois longos anos toda ela consagrada à instrução das tropas indigenas. Executa diversos levantamentos topográficos. Visita a Combodge e o Sião.

Volta à França em 1907, parte para a Africa em 1908. Após uma ligeira estada no Senegal, toma parte nas operações de pacificação de Mauritania. Todo o ano de 1909 é inteiramente consagrado nestas operações, durante as quais o 1.º Tenente Noël participa de vários combates e percorre milhares de quilometros a dorso de camêlo. Atacado de séria epidemia e esgotado por todo um ano de campanha, regressa à França em fins de 1909.

Um ano após seu regresso de Mauritania, prepara-se para fazer o concurso da Escola Superior de Guerra.



São da Escola em 1913, com a menção "muito bem". É capitão.

Faz seu estágio de E. M. do 15.º C. E. (Marselha).

Parte para a guerra em começo de Agosto de 1914, na 3.ª Sec. do E. M. do 15.º C. E.

Toma parte nas batalhas de Dieuze e da Mortagne (Lorraine), e logo em seguida na batalha do Marne (região de Revigny).

Depois toma parte nos ataques executados no fim de 1914 a Oeste de Verdun e no começo de 1915 nos ataques executados na Argonne (bosque de la Gruerie).

Em Julho de 1915 é classificado, como chefe de sua 3.ª Secção no E. M. da 15.ª Divisão Colonial (recentemente criada) Com esta divisão toma parte nas operações do Bosque le Prêtre, na batalha de Champagne (Setembro de 1915), nas operações da Main de Massiges (inverno de 1915-16).

Designado para o 36.º Regimento de Infantaria Colonial, como comandante da Companhia, toma parte na batalha do Somme (Julho e Setembro de 1916).

Classificado novamente no E. M. da 16.ª Divisão Colonial, parte com ela para o Oriente (fim de 1916).

Toma parte nos ataques de Monastir e na famosa curva do Tcherna (1917). Promovido a chefe de Batalhão, passa para o E. M. do 2.º Grupo de D. I. como chefe da 3.ª Secção. Toma parte nas operações ofensivas de Setembro de 1919 e na perseguição através dos territórios servios e bulgaros. Passa por Sofia, Belgrado, Budapest e Bucarest.

Embarca em Constantza (Mar Negro) em Março de 1919 de regresso à França.



Apenas chegado a Paris (Abril de 1919), parte para a Polónia com o E. M. do Exército polonês organizado na França (Exército do general polonês Hal-ler) onde exerce as funções de Chefe da 3.<sup>a</sup> Secção.

Toma parte nas operações de Ukrania contra as forças do General Petlura, depois nas operações defensivas na fronteira da Silesia (contra a Alemanha).

Designado para a Missão Militar Francêsa na Polónia (General Henrys) como Tenente-Coronel, trabalha na 3.<sup>a</sup> Secção do Estado Maior General polonês (conselheiro técnico do chefe da Secção). Segue todas as operações de campanha polono-russa (em particular, a batalha de Varsovia).

Após o Armistício, é nomeado professor de diferentes cursos de aperfeiçoamento de oficiais poloneses e depois organiza e dirige o Centro de Altos Estudos Militares de Varsovia.

Mandado para a Syria em fins de 1923, deixa a Polónia e embarca, no começo de 1924, para o Oriente.

Nomeado chefe do E. M. da 2.<sup>a</sup> Divisão do Levante (Aleppo) toma parte nas operações de policia na fronteira turca e no deserto da Syria.

Assume, em 1925, o Comando do 17.<sup>o</sup> Regimento de Infantaria senegalês (Aleppo), após ter organizado e dirigido um curso de aperfeiçoamento de oficiais franceses em Damasco.

E' nomeado, em fins de 1925, comandante das tropas do Território dos Alaouitas.

Volta à França em começo de 1926.

Após tres meses de vilegiatura em França, volta à Syria, como chefe do E. M. do Comandante das Tropas dos Territórios do Norte da Syria.



Toma parte nas operações militares de 1926-27 (região de Libano e de Damasco).

Entra novamente em França em 1927 e assume então o Comando do 4.º Regimento de Atiradores (Toulon). E' promovido a Coronel.

Parte para o Tonkin em fim de 1929 como chefe do E. M. do general Comandante Superior das Tropas da Indochina.

Toma parte ativa nas operações de policia no Annam e no Tonkin. Entra em França em começo de 1932.

Matricula-se no Centro de Altos Estudos Militares (Paris) em 1932-33.

Promovido a General de Brigada em 1933.

E' classificado em seguida no comando de um Grupo de Sub-divisões militares (Bretagne) e depois no comando de Infantaria Divisionária da 1.ª Divisão Colonial (Paris).

Examinador na Escola Superior de Guerra.

Parte para o Brasil em Fevereiro de 1935.

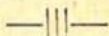
Promovido a General de Divisão em 1937, o General Noël é Comendador da Legião de Honra.

Citado várias vezes na ordem do dia do Exército (Cruz de Guerra da frente francesa e Cruz de Guerra dos Teatros de Operações exteriores), é titular de numerosas condecorações estrangeiras: Grande Oficial da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, Comendador da Ordem do Mérito Militar brasileiro, Comendador do Dragão do Annam, Virtuti Militari (Polonia), Mérito Militar do Libano, Aguia Branca da Servia, condecorações diversas da Rumania, Servia, Polonia, Tunisia, cruces e medalhas comemorativas da Grande Guerra, etc....



Suas campanhas na Africa permitiram-lhe conquistar a Medalha Colonial, com a inscrição: "Adrar", "Mauritania".

Conquistou os laureis academicos.



Eis, em rápidos traços a biographia do grande soldado que durante tres longos anos foi o nosso mentor técnico-profissional.

**Nil actum reputans...** Para êle nada era considerado feito si restasse qualquer coisa para fazer. Indiferente as censuras e louvores, a única coisa que o preocupava, era e é, fazer constantemente bem o que lhe incumbe fazer no momento presente.

O General Noël traçou o esquema completo de sua vida repleta de prodigios de valor, de abnegação e de devotamento. Ele possui do heroi a bravura e a intrepidez e do grande homem a perfeita honradez. Mas, o General de Divisão Pol Noël tem um pouco mais do que tudo isto: é um Homem de bem.

---

### Snrs. Representantes

Para evitar embaraços na remessa da revista no proximo ano, solicitamos que as relações dos assinantes para 1939 deem entrada na gerencia até 15 de Dezembro do corrente ano.

As despesas decorrentes das remessas dessas relações correrão por conta de "A Defesa Nacional" devendo serem abatidas pelos representantes quando da prestação de contas.

(a.) A. Gonçalves, diretor gerente



## SOLEINIDADE NA ESCOLA DO ESTADO MAIOR

Realizou-se no dia 12 do mês passado, na Escola do Estado Maior, tocante homenagem ao General Pol Noël. Motivou esta justa e merecida homenagem o regresso definitivo do General Noël ao seu país.

A Escola inaugurou o retrato d'este insigne chefe militar francês, tendo nessa ocasião usado da palavra o Sr. Cel. Milton de Freitas Almeida, Comandante da-quele nosso mais alto instituto de ensino militar.

Eis, na integra, o teor do seu formoso discurso.

“Exmo. Sr. General Noël:

A próxima partida de V. Excia. para sua gloriosa pátria, interrompendo um convívio que tão grato nos tem sido, vem dando ensejo às mais justas e sinceras expansões de amizade e simpatia, que V. Excia. soube despertar vivamente nos corações brasileiros. A estas manifestações, tão expressivas e cordeais, não podia a Escola de Estado Maior deixar de associar-se, com igual entusiasmo e equivalente lhaneza.

Verdade é que, ao revés das demais, esta homenagem despoja-se de pompas e atávios, para vestir-se unicamente de sobriedade e modéstia, bem condizentes com o destino d'este Instituto, fiando, aliás, na verdade do conceito poetico — “C'est l'offrande des moindres choses qui révèle le plus d'amour”.

Não adimira procure a Escola de Estado Maior participar, com efusão, do preito que lhe está sendo prestado, pois foi aqui onde ainda resoam os ecos de sua vibrante palavra, proficiente e imaginosa, a ministrar ensinamentos, estimular o estudo e impulsionar toda a atividade escolar, que mais continuada e intensamente se exerceu o seu considerável e proveitoso es-



forço, em favor do aperfeiçoamento técnico do Exército Brasileiro.

Apenas chegado ao Brasil, em Fevereiro de 1935, teve V. Excia. oportunidade de dar inicio a essa série notável de "Cursos de Informação", que havia de encerrar-se, magistralmente, em 1938, quando V. Excia., excedendo-se a si mesmo, afirmou para sempre, a profundez e fulgor de seu talento e a vastidão de sua sólida cultura, a par de invejável capacidade profissional.

O dinamismo comunicativo de V. Excia. não se satisfaz, todavia, com esse trabalho magnifico; simultaneamente com êle, envereda pelo ensino mesmo da Escola de Estado Maior: examina-lhe os métodos em uso, reconhece a necessidade de retocar a obra de seus antecessores, de sorte a completa-la no sentido de uma maior eficiência, modernizá-la e desdobrá-la, para abarcar novos ramos de conhecimentos, impostos pela evolução da industria militar e dos quais não poderíamos, por mais tempo, conservar-nos alheios. Essa tarefa foi realizada, sem perda de tempo, em 1936, inclusive a criação de um curso especial destinado ao estudo dos assuntos relativos a moto-mecanização, curso esse consagrado definitivamente pelo último regulamento.

No ano seguinte, 1937, empenha-se V. Excia. para pôr em pratica os novos métodos, dirigindo-lhes diretamente a aplicação. Para melhor exito do empreendimento a que se propoz, toma a seu cargo o ensino do 3.º ano, organiza pessoalmente os diversos temas de estudo e fiscaliza, em seus minimos pormenores, o desenvolvimento de todos os multiplos trabalhos, sem exceptuar, mesmo, os numerosos exercicios táticos executados em Niteroi, Campinas, Jaguarão, Bagé, D. Pedrito



e o de defesa de costa, feito em combinação com a Marinha.

Ainda hoje, vive a Escola de Estado Maior sob a influência forte e indiscutível de V. Excia. por isso que o programa do corrente ano foi organizado sob suas vistas esclarecidas e baseia-se no método de ensino inicialmente implantado.

Graças, ainda, a sugestão de V. Excia., deu-se um grande passo no sentido de tornar mais eficaz o ensino, fornecendo-se aos alunos uma documentação sistematizada dos assuntos a estudar, assim como publicando-se os "Cursos" dos ensinamentos professados na Escola, destinados a exercer uma ampla e profícua influência sobre a cultura profissional dos quadros do nosso exército, uma vez convenientemente divulgados.

Deve-se, também, ao esforço e a clarividência de V. Excia. o estudo ordenado das questões táticas relativas ao escalão exército, ao qual foi reservado todo um ano de curso.

Para ter-se uma idéia concreta do vulto da obra que V. Excia. realizou na Escola de Estado Maior; em seus cursos próprios e nos de "Informação" basta compulsar as 40 conferências já publicadas, dos anos de 1935 e 1936, afóra as que o serão brevemente, no de 1938, e o grande número de têmeas compendiados nos anexos ao Curso de Tática Geral.

Estas benéficas, realizações de V. Excia., assim resumidas, só no tocante às atividades dêste Estabelecimento são por si suficientes para consagrá-lo o mestre emérito, culto e dedicado aos interesses do nosso exército, que novo brilho e relevo veio dar ao cargo já iluminado, outr'ora, por tantos chefes ilustres de seu glorioso exército.



Mas, não somente sob este aspecto do espirito caracterisa-se a atuação de V. Excia. no Brasil. Ela foi, igualmente e sobretudo, uma obra de coração, pois V. Excia. soube ser o chefe bondoso e tolerante, teve o dom de sempre exercer sua atividade num ambiente de confiança e bom humor, onde todos sentiam-se à vontade, sem qualquer resquicio de constrangimento. Nessa atmosfera agradável de cordialidade, V. Excia. corrigia erros sem ferir melindres, criticava decisões sem magoar sentimentos, de tal arte que poderíamos dizer como o clássico de nossa lingua — sua censura era tão suave que “ficava entre o couro e a carne sem dar ferida penetrante”. V. Excia. nunca humilhou nem desiludiu ninguém; ao invés disso, preocupou-se em dar estímulo e desenvolver as personalidades. Nesse empenho, chegou ao extremo de, segundo seu próprio julgamento, deixar-se muitas vezes acoimar de paradoxal, muito embora, transparecesse, bem claro, o seu intento de mostrar, até onde pode ir a liberdade mental, quando servida por uma privilegiada imaginação e fundada na solidez inabálvel dos puros preceitos doutrinários.

Exmo. Sr. General Noël ! Estes conceitos, palidamente emitidos sobre sua personalidade de escól, estão na consciência de todos quantos tiveram a fortuna de conviver com V. Excia. Expressando-os, porém, tive em mira fazer-lhe compreender as razões da profunda sinceridade dos nossos sentimentos, ao inaugurar o seu retrato neste salão de honra ao lado da efígie dos seus insignes predecessores, dos quais destaco a figura inconfundível do General Gamelin, como homenagem a um grande chefe do nobre exército da França, o singelo penhor de reconhecimento e gratidão pelo muito



que V. Excia. fez em prol do aperfeiçoamento das nossas forças de terra, e em particular, do progresso da Escola de Estado Maior.

V. Excia. partirá, dentro em breve, para sua bela Pátria, acompanhado afirmo-o sem temor de contradita, por toda a nossa saudade, fruto de solida estima e respeito. A sua lembrança, materialisa neste retrato, permanecerá, porém, perpetuamente connosco, como um incentivo ao devotamento profissional e á cultura do espirito.

### Oração à Pátria

Terra virente, — formosa, — florída, — opulenta, — cheia de maravilhas, — eu creio na tua grandeza, — porque sinto — a imensidade dominadora de teus horizontes; — creio — na tua força, — porque admiro a pujança altaneira de tuas florestas; — creio — no teu heroismo, — porque acompanho — o arranco temeroso de tuas montanhas; — creio — na tua bravura, — porque ouço — o rugido selvagem de teus mares — creio — na tua glória, — porque saúdo — o luzeiro fulgurante de teu só; — creio — na tua bondade, — porque fito — o azul imaculado de teu céu; — creio — na tua fé, — porque compreendo — o estreleamento misterioso — de tuas noites; — creio — na tua beleza, — porque sorvo — o perfume macio de tuas flores; — creio — na tua justiça, — porque vejo — a fecundidade — miraculosa de teu solo, — creio — no teu destino, — porque contemplo — a harmonia luminosa — de tuas alvoradas; — creio — na tua paz, — porque sonho — com a melancólica suavidade — de teus luare; — creio — na tua eternidade, — porque afirmo — o devotamento infinito — de teus filhos. E porque creio, — fervoroso, — ardente, — arrebatado, — soldado do teu brio, — legionário da tua honra, — guarda do teu passado — e servidor do teu futuro, — ó terra do meu berço — e da minha promessa, — eu farei do meu trabalho — a tua fartura, — do meu pensamento — o teu lustre, — do meu amor — a tua prosperidade, — do meu ideal — a tua onipotência — e da minha vida — a tua vida. — Assim seja, — para — a indestrutível — fraternidade humana. — FERNANDO MAGALHÃES.



## As forças materiais e morais

"Em tôda sociedade humana que tenha atingido um certo gráu de cultura, distingue-se duas ordens de forças que lhe garantem a coêsão: umas são intellectuais ou morais, outras materiais.

"O primeiro grupo manifesta-se pelo facto que existe perfeita identidade ou semelhança num certo numero de ideias fundamentais e de sentimentos professados pelos individuos que formam um mesmo grupo político. Assim, por exemplo, a comunidade de religião, a ciência de pertencer a um povo distintos dos desejos de fidelidade tradicional à fórmula de governo, etc., em relação ao segundo grupo, isto é, as forças materiais, agindo no meio da administração e da hierarquia que, através dos meios de coerção necessários, sabem e podem guiar a ação da massa para fins desejados". (1)

Cumprido, pois, agir dentro do nosso país de acordo com estas diretrizes: Inculcar no espirito das massas um número limitado de idéias verdadeiras e justas e obrigá-las a submeterem aos agentes da hierarquia social, é um dever que se impõe, maximé, quando no Brasil — devido à heterogeneidade de seus elementos componentes — campeia infrêne, ideias disparates e dispare conjugadas com a mais desagregadora das indisciplinas.

O momento histórico que atravessamos impõe medidas severas e acauteladoras: urge, portanto, dar os meios de coerção de que tanto necessitam os legítimos agentes da hierarquia social.

(1) G. Mosca — *Histoire des Doctrines Politiques*, pag. 9.



# LITERATURA · HISTORIA GEOGRAPHIA · SCIENCIA

## DESCOBRIMENTO DA AMERICA

Por COELHO NETO

O genovês Cristovão Colombo, descobridor do Novo Mundo, posto que se lhe antepõem, em informes vagos, precusores no contacto com a América, foi o primeiro que nela pisou dominando-a em nome dos reis de Espanha, que eram, então, Fernando e Isabel.

Tais monarcas, fiando-se no que antes oferecera a Portugal e que fôra tido por sonho : um "Mundo Novo", deram-lhe uma frota de tres caravelas com as quais elle largou de Lisboa a 3 de Agosto de 1492 chegando à ilha de Guahana-  
a 2 de Outubro do mesmo ano.

em sempre correu abonçada navegação de exito tão feliz. Teia a tentativa teria falido si o genovês não fosse homem de tẽpera e pertinaz em todos os contra-tempos, desde os que lhe opunham os elementos até a má vontade da maruja que, desesperada de alcançar a realidade prometida, começava a murmurar amotinadamente, prestes a rebelar-se, quando appareceram no mar ramos e folhagens, indicios certos de terra próxima surgindo, por fim no horizonte, as praias claras da primeira terra americana.

Além de mareante ousaão Colombo impõe-se ao nosso culto e ao nosso entusiasmo pela Fé com que, energicamente, entrou pelo misterio do oceano, vencendo os elementos e as almas timidas até arrancar do segredo em que jazia parte do continente que ha de ser o centro da Vida do Futuro.



## HOMENAGEM

### OS SOCIOS FUNDADORES DE "A DEFESA NACIONAL"

A "A Defesa Nacional" rende hoje justa homenagem ao grupo de homens de largo descortínio que, há 25 anos passados, tiveram a feliz idéia de inaugurar esta revista.

O Exército Nacional tem na mais alta conta, respeito e veneração o brilhante grupo de socios fundadores da nossa conceituada sociedade.

Tal como faziam os gregos antigos, quando pretendiam honrar os seus compatriotas, a "A Defesa Nacional" limita-se agora em citar apenas os nomes destes insignes camaradas — todos, hoje em dia — chefes illustres das nossas forças armadas.

E. Leitão de Carvalho

Bertholdo Klinger

J. Souza Reis

F. Paula Cidade

Mario Clementino

Lima e Silva

Parga Rodrigues

Pompeu Cavalcante

Euclides Figueiredo

B. Taborda

Jorge Pinheiro

Amaro de Azambuja Vilanova



## As campanhas da Italia

Pelos Caps. NELSON DE CARVALHO e ALEXINIO  
BITTENCOURT

### 4.<sup>a</sup> EXPEDIÇÃO DE SOCORRO: *ALVINZI PROVERA* (Continuação do n. 290)

A expedição precedente não conseguira a colimação de seu objetivo: Mantua continuava sitiada encerrando o general Wurmser com 25.000 austriacos. A situação na praça era, porém, precária de vez que os viveres escasseavam e a peste grassava disimando os sitiados. A rendição não deveria tardar.

Por seu lado, Bonaparte empregára os ultimos meses do ano de 1796 em consolidar a situação politica da França em relação ao N. da Italia, particularmente com Roma, que violára um armistício assinado anteriormente, invocando o auxilio da Austria.

A Austria, bem desafogada na Alemanha, persiste na libertação de Mantua, praça que representava um papel muito importante como chave das suas pretensões na Italia do norte. Organiza com esse objetivo dois novos exercitos, um no Tirol, com 30.000 homens ás ordens de Alvinzi, e outro no Frioul, com Provera á frente de 10.000 homens.

Napoleão conta apenas com 30.000 homens. Nenhum reforço praticamente recebera do Diretório. A inferioridade numerica condu-lo-á, "á espera estrategica", como antes de Castilione e de Arcole. Seu dispositivo, tendo Adige como linha de cobertura, é o que se segue:

— Joubert, em Verona, com 9.000 homens cobertura do flanco, face ao Adige;

— Rey, em Desenzano e Salò, com 3.000 homens, cobertura do flanco, e retaguarda, face ao vale do Chiese;

— Massena, com 13.000 homens, em Verona e

— Augerau, com 10.000 homens em Legnago, faziam a cobertura frente a planicie de Verona;

— em reserva, Vitor com uma brigada (2.000 h.), postado em Valeggio;

— Serurier no sitio de Mantua;

— Q. G. em (Roverbela).



— a mór parte da cavalaria estava afêta a Massena e Augerau, de vez que seu emprego em massa não era possível no terreno acidentado de Rivoli.

Essas forças de cobertura, como sabemos, deveriam resistir, em caso de ataque, o tempo necessario á reunião do grosso formado com destacamentos tirados dos elementos de cobertura onde não se ferisse o ataque principal. Com essa “massa de manobra”, assim formada, seria atacada a coluna principal.

**AS OPERAÇÕES:** — A 3 de Janeiro os austriacos se reve-am deante de Augerau no baixo Adige, repelindo os postos francezes; a 12, deante de Verona, tambem Massena é atacada mas Napoleão determina um contra-ataque que precise o contacto e os austriacos são repelidos; dos lados de Joubert e de Rey informes negativos.

Tudo indica, pois, na tarde de 12, que do lado de Augerau se esboça o ataque principal, tanto mais que Joubert, atacado de manhã em La Corona, repelira o inimigo.

Napoleão, porém, julga prematuro definir a direção do ataque principal austriaco por essas primeiras noticias: De uma cousa entretanto está certo — um ataque em forças pelo vale do Cheise é hipotese a afastar, e em consequencia a divisão Rey é chamada para reforçar a reserva em Valegio, deixando em Salo apenas uma meia brigada e a cavalaria, ás ordens de Murat.

Necessitando conhecer com exatidão a direção do ataque austriaco, Napoleão determina em toda a frente do Adige reconhecimentos rigorosos para obtenção de informações bem definidas, especialmente a Joubert.

O resultado não se faz esperar. Na tarde de 13 Joubert informava que tinha sido atacado por forças numerosas cujo impeto o obrigava a abandonar La Corona para postar-se em Rivoli.

Dadas as condições de defesa natural da região de La Corona e não tendo aí Joubert podido se manter com seus 10.000 homens apesar de seu valor pessoal, Bonaparte não tem mais duvidas: os austriacos atacam com a massa principal pelo vale do Adige.

O plano dos austriacos está claro: uma direção principal de ataque (Alvinzi pelo Adige) e direções secundarias (Bajalich sobre Verona, como ligação, Provera sobre Legnago) destinadas



a iludir os francezes sobre a verdadeira direção do esforço principal.

Napoleão, por seu lado, vai passar á ofensiva, "manobrando em linha interior", metido que está no meio dos adversarios em consequencia de seus proprios movimentos. Despresando o ataque secundario de Provera sobre Legnago e a demonstração de Bajalich sobre Verona, faceis de conter por fortes destacamentos protegidos pelo Adige, o curso vae opor o grosso de suas forças á massa principal austriaca, na direção de Rivoli. Batida esta, voltar-se-á contra as secundarias.

Na tarde de 13 são tomadas as primeiras providencias para a concentração em Rivoli em vista da batalha que aí se ferir.

— Massena, com meia divisão, marchará para Rivoli onde será precedido, desde ás 4 horas de 14, pela artilharia ligeira e uma parte da cavalaria;

— Rey, com sua divisão, deverá atingir Castelnovuo ás 2 horas de 14;

— Vitor, com uma brigada, deslocar-se-á para Vilafranca onde substituirá a reserva de cavalaria, posta a disposição de Augerau.

Desse modo, os francezes disporão para a batalha de um efetivo de cerca de 23.000 homens, 1.500 cavalarios e 35 canhões. Os austriacos pouco mais que isso.

Quanto ás forças de cobertura, ás ordens de Augerau, estão formadas pela — meia divisão de Massena em Verona e cercanias, toda a divisão Augerau, de Ronco e Legnago, dispondo de bastante cavalaria, inutil em Rivoli, e apoiadas pelas praças fortes de Verona e Legnago. Além disso, a reserva Vitor em Vila Franco está em condições de atender tambem ás forças de cobertura em caso de necessidade.

O terreno em que se vai ferir a batalha de Rivoli é muito acidentado. Aí se encontram os vales do Adige, do Tasso, seu afluente, e as margens do lago da Guarda, formando tres nitidos compartimentos paralelos separados entre si pelas cristas do monte Pastelo, a L. do Adige, do monte Magnone, entre o Adige e o Tasso, e do monte Baldo, a L. do lago. Entre estes tres compartimentos a ligação é praticamente impossivel.

Particularmente, o monte Magnone tem a sua crista bifurcada, cerca de Osteria, prolongando-se para o sul em dois "pla-



teux", as alturas de Trombalora e planalto de Rivoli, onde se destacam as elevações Buisini e Pipolo, respectivamente.

Entre o Magnone e o Pastelo corre o Adige. Por suas margens correm duas estradas que vão ter a Verona. A estrada que margeia o rio costeando o Magnone a certa altura abandona o vale infletindo para SO, galga a encosta do morro e vem surgir no "plateaux" de Rivoli, que atravessa, para depois descer novamente a contra encosta dirigindo-se para o S. pela depressão entre os dois plateaux.

Na sua subida para o plateaux, essa estrada, que corre num desfiladeiro, apresenta-se sob a forma de degraus estreitos, denominando-se "a rampa ou os degraus de Incanale", do nome de vilarejo que nele se encontra. Aí se passará uma ação importante.

Na junção dos "plateaux" com o monte Magnone, no ponto em que desembocam os "degraus de Incanale", encontra-se o logarejo denominado S. Marco, donde se divisam os vales do Tasso e do Adige e toda a encosta do Pastelo por onde corre a estrada que margeia o rio, a L.

A posse de S. Marco, pela sua posição, pesaria decisivamente na vitória.



Enquanto se procedia á concentração, durante a jornada de 13, Joubert manobrava em retirada, conseguindo furtar-se ao envolvimento que Alvinzi lhe armara, e o fixava, na noite de 13 para 14, nas alturas de Trombalona.

Alvinzi, sempre no encalço de Joubert, certo que Provera e Bajalich tinham atraído para Legnago e Verona a atenção e as reservas de Bonaparte, não queria deixar escapar a oportunidade de uma vitória esmagadora. Concebe uma manobra de duplo envolvimento das alas e assim dispõe as suas forças em 6 colunas, unico dispositivo aconselhavel dada á compartimentação do terreno.

— 1.<sup>a</sup> coluna com 6.000 homens ás ordens de Lusignan, deveria desbordar a ala esquerda de Joubert, pelas margens do lago e encosta do monte Baldo, desembocando sobre os montes Pipolo e Bruinisi ao S. de Rivoli;



— ao centro, com a missão de atacar de frente sobre Rivoli, desembocando no vale do Tasso pelos colos de Ferrara e La Corona, 3 colunas sob o comando geral de Liptay, ao todo 18.000 homens.

— 5.<sup>a</sup> Coluna, sob Quasdonovich, deveria acompanhar a estrada a O. do Adige e pelos “degraus de Incanale”, fazer junção ás 3 colunas do centro no planalto de Rivoli, para em ação conjunta investirem contra Joubert.

Essa coluna contava com 8 batalhões e toda a artilharia e cavalaria disponíveis.

— 6.<sup>a</sup> coluna, ás ordens de Wukassovich, pela margem L. do Adige, deveria impedir a retirada de Joubert pela Chiusa para a margem esquerda do Adige e cooperar para o aniquilamento da ala direita francesa. Contava com 5 Batalhões, 1 Bia. e 1 esquadrão.

No plano de Alvinzi o ataque principal se faria pelo centro (Liptay). Acontece que só a coluna de Quasdanovich dispunha de artilharia, pelo Liptay só poderia atacar após a junção com Quasdanovich. Por sua vês este só poderia desembocar em Zoano, ponto de ligação, depois que aquele fosse senhor da crista na altura da Capela de S. Marcos e assim garantir o seu desembocar do Incanale.

Isso feito, os austriacos poderiam lançar sobre Joubert uma massa de 20 batalhões e toda cavalaria e artilharia. Tudo dependia, porém da posse da Capela de S. Marcos, a cavaleiro sobre os dois vales (Tasso e Adige) que se tornava assim a chave do plano.

A situação dos austriacos na noite de 13 é a seguinte:

- A coluna de Lusignan, a mais atrasada, cerca de Lumini;
- O centro ao longo de Caprino, a cavalaria no Tasso, com postos avançados até S. Marcos.
- A coluna Quasdanovich deante de Incanale.
- A coluna Wukassovich mais atrás.
- Quanto a Joubert, instalara-se em Rivoli.

As duas horas da madrugada Bonaparte se junta a Joubert e imediatamente faz o balanço da situação. A claridade da noite e os fogos dos bivaques austriacos lhe indicaram o dispositivo inimigo. A’ sua argúcia não escaparam as terríveis possibilidades do inimigo tanto mais que a concentração não terminára e



só podia contar para o primeiro choque com os 10.000 homens de Joubert.

Os austriacos são 30.000. E' bem verdade que Lusignan, muito atrasado, só poderia intervir ás 10 ou 11 horas e Wukasovich só o poderia fazer do outro lado do rio com a artilharia.

Sua intenção é atacar as colunas inimigas antes que elas tenham podido desembocar dos desfiladeiros e se desenvolver no "plateaux". Desse modo ficaria compensada a vantagem numerica do adversario, encafiado em desfiladeiros donde só poderia irromper por testas de coluna.

Trata-se, então, de manter a todo custo o intervalo que se separa o centro da esquerda inimigas, sua junção e bate-los separadamente com os 25.000 homens a que os reforços elevariam os efetivos.

Era a manobra em linha "interior" no campo tatico.

Não era possivel, porém, esperar pela chegada dos reforços para "agir com todas as forças reunidas". Antes de tudo é preciso ocupar a Capela de S. Marcos, para "postar-se no meio do inimigo".

Imediatamente Joubert é lançado, em plena noite, á ofensiva e ao amanhecer a posição de S. Marcos e as alturas de Trombalona estão em poder dos francezes. A cunha estava encravada.

Enquanto isso ordens são expedidas tendo em vista conter as colunas das alas austriacas:

— a 39.<sup>a</sup> meia brigada, perto de 1.000 homens, da divisão Joubert, entrincheirada em Osteria, enfiava o Incale afim de conter a coluna Quasdanovich;

— Rey deveria marchar de Castelnovuio sobre Aqui e Massena destacar a meia brigada, ambos com a missão de conter Lusignan.

**A BATALHA:** — Cerca de 9 horas de 14 os austriacos contraatacam vigorosamente em toda a frente de Joubert: o centro é em direção de Osteria.

A esse tempo porém, os reforços vinham chegando.

Bonaparte, do Q. G. em Zoano, lança então Massena com duas brigadas de cavalaria e artilharia em auxilio de Joubert: a 32.<sup>a</sup> meia brigada consegue recompor-lhe a ala esquerda e a 75.<sup>a</sup> bda. reforça-lhe o centro, repelindo o centro e a austriaca 50-



bre Caprino. Mas logo o perigo irrompe á direita, onde a ala cede S. Marco a elementos da 4.<sup>a</sup> coluna (ala esquerda austriaca) que progredia pela crista do monte Magnone.

Durante a ação Massena—Joubert, porém, atesta da coluna Quasdanovich força as posições da 39.<sup>a</sup> bda. que de Osteria dominava a saída de Incale, enquanto Wukassovich, do outro lado do rio bombardeia a posição. A situação era insustentavel e a 39.<sup>a</sup> cede conseguindo tomar pé no planalto um btl. e um esquadrão austriaco.

Por seu turno, Lusignan se aproxima de Afi.

Não ha tempo a perder: a 75.<sup>a</sup> meia bda. e anteposta a Lusignan nas alturas do monte Bruinisi, em Fifaro, e contra a testa da coluna de Quasdanovich são engajadas:

— um regimento de cavalaria da reserva, que contraataca de frente, apoiado por artilharia ligeira.

— a propria 39.<sup>a</sup> que impulsionada em tempo, caé-lhe no flanco esquerdo e

— parte da ala direita de Joubert (que conseguira se fixar atraz de S. Marcos, ao ceder á pressão da 4.<sup>a</sup> Coluna austriaca).

— Completando essa ação sobre a testa da coluna, duas baterias, entre outras, destacadas da reserva para secundar a ação d cavalaria, alongam a alça e passam a atirar sobre o grosso da coluna Quasdanovich, comprimida no desfiladeiro. Ao efeito da artilharia vem se juntar a defeccão da testa, que acuada de todos os lados se precipita para a saída disponivel — o desfiladeiro por onde entrara — e qual embolo num cilindro, empurra deante de si o resto da coluna, já tomada de panico pela explosão das granadas que o éco, como num tubo sonoro, tornava tonitroante.

O resultado foi a fuga precipitada de Quasdanovich que abandona canhões e prisioneiros ás mãos da cavalaria, lançada em perseguição, e se retira para o Tirol, subindo o Adige.

Resolvida, assim, a situação em Osteria, a ala direita de Joubert impulsionada vigorosamente por uma carga de 200 cavalarios contra-ataca S. Marcos e leva de arrancada os austriacos até S. Giovanni, enquanto Massena na esquerda completa a ação.

A esse tempo Lusignan tomára posição, não no Bruinisi, mas no monte Pipolo. A 75.<sup>a</sup> contra marcha de Fifaro e juntandose á uma outra de Massena (a que tivera ordem de marchar so-



bre Gasda) atacam de frente enquanto que Rey, surgindo de Afi (para onde recebera ordem de dirigir) toma de revez aquelas posições tudo apoiado por uma bta. que Napoleão pusera a disposição desses reforços que vinham chegando. A coluna Lusignan completamente cercada não resiste e quem não pde fugir foi aprisionado.

O envolvimento de Lusignan põe em evidencia a previsão de Bonaparte, que desde a madrugada de 14, antes da batalha, dera ordens a Rey e á bda. de Massena (os mais distantes) de se dirigirem para Afi e Gasda, afim de conterem a coluna Lusignan (a mais atrasada). Ambos pela sua situação deveriam chegar quasi juntos ao campo de batalha. E foi o que se deu.

Destarte, Quasdanovich e Lusignan estão fóra de combate. Liptay ainda não destroçado, se estende de Caprino, a S. Giovanni. Wukassovich se retirára, deante do insucesso de Quasdanovich, sobre o Tirol.

Urgia liquidar Liptay: Bonaparte porém, fôra informado que Provera forçara a passagem em Legnago e se dirigia á Mantua afim de se ligar a Wurmser. Se tal se desse o sacrificio das tropas e o resultado de Rivoli se tornariam inuteis.

Bonaparte não hesita em pedir á divisão Massena um ultimo esforço e ao terminar sua alocução seus briosos soldados concluem com ele "á Mantua". 50 kms. de percurso mais, e após 2 dias de marchas e combates sem descanso, a outra vez a luta.

Augerau, entretanto, seguira no encalço de Provera e sendo que êle se dirigia a Rivoli manobra de modo a corta-lo dessa direção. Outro era porém o objetivo do austriaco: vai direto a Mantua e a 15 tenta se apossar de Favorita renovando o ataque a 16 desta vez combinado com uma sortida de Wurmser — Serwier porém, estava atento e o atira na praça novamente, ao mesmo tempo que continha Provera. Massena chega e com Augerau o envolvem pelo flanco e retaguarda forçando-o a capitulação.

O sitio é restabelecido.

Em Rivoli, porém, Joubert e Rey manobravam de modo a cortar os colos de Ferrari e la Corona á coluna de Lipatay. Quem o faz entretanto é Murat, vindo de Salò por ordem de Napoleão, tendo atravessado o lago em barcos. Completamente cercado, Liptay deixa em mãos de Joubert 5.000 prisioneiros mas consegue fugir para o Norte.



Alvinzi e Bayalich conseguem se reunir, mas se refugiam além do Taliamento, na planície de Veneza.

A 2 de Fevereiro Mantua capitulava definitivamente entregando aos francezes 13.000 homens *validos* e 350 *canhões*, além de copioso material.

A batalha de Rivoli era o marco definitivo da conquista da Italia.



COMENTARIO: — (1) Ainda uma vez aqui, Napoleão mostra como se atinge um objetivo estrategico defensivo, por meio da ofensiva tatica. *Para aquele que tem menos força é especialmente perigoso ocupar uma posição e esperar que o mais forte aí o ataque.* O mais fraco deve, ao contrario, atacar, no momento oportuno, para supir a sua inferioridade numerica com as vantagens da ofensiva.

Outro ensinamento que encerra esta campanha é que, por mais desesperada que seja uma situação, ha sempre meios de se sair dela, contanto que o general conserve toda a sua energia, coragem tenacidade e audacia. A questão é aproveitar o momento oportuno e aí então exigir das suas tropas os maiores sacrificios. Ha sempre uma esperança de vencer. Napoleão venceu pelo seu genio, que lhe permitia inventar sempre meios novos para corresponder a situações perpetuamente variaveis, e pela sua energia, que lhe permitia pô-los em pratica sem desfalecimento.

(1) — Das "Lições de Historia Militar" do Coronel Mario Clementino de Carvalho.



## Oportunidade de conceitos

### A FRATERNIDADE E A POLITICA MILITAR SUL-AMERICANA

Não residem só na Europa as ameaças à tranquilidade próspera do mundo. A sua politica agressiva e egoista provoca reações e forma discipulos.

Da Asia recalçada, injustiçada, vilipendiada pela civilização dos brancos, e também vitima de super-população como a propria Europa, o amarelo parte cauteloso, astuto e risonho, comboiado pelo japonês e se infiltra...

.....

"Tudo nos une e nada nos separa", foi a felicissima expressão de um grande estadista do Prata. Seria um erro grosseiro, como querem alguns espiritos ligeiros, restringir a significação dêste principio de rara evidência, de uma politica lapidar, à méra necessidade de paz na America.

Não basta. A América precisa ser pacifica, mas, sobretudo forte.

Não podem nem devem aqui haver guerras porque a nossa civilização, em que pese a muitos, deve ser e é mais refinada que a européa, pejada que está de um tradicionalismo retardador de que nos achamos libertados.

.....

E' preciso então uma força americana para assegurar o direito de viver americano.

.....

Que temos feito visando objetivo tão importante e claramente definido ?

As tentativas de um A. B. C. formariam um sistema de alianças incompleto, imperfeito, ineficaz si houvesse medrado. Teriam o vicio europeu...

.....

E' preciso fazer uma aliança de todas as forças capazes de darem como resultado **uma potência militar indiscutivel.**

.....

Que o entendimento, claro e preciso, em tal sentido, vá desde cultura dos campos, formação de industrias e rede de comunicações externas, rápidas e intensas, até o desenvolvimento máximo das **organizações militares.**

(N.º 154 de Outubro de 1926 de "A Defesa Nacional")



## O BRASIL, A PAZ E A GUERRA...

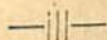
Pelo Cel. JOÃO BAPTISTA DE MAGALHÃES

O Brasil, ha 438 anos passados ,terra selvagem da América, é hoje uma nação de mais de 40.000.000 de habitantes de todas as raças !...

E' uma jovem nação de mestiços, senhora de um imenso país capaz de suportar em seu seio cerca de 15 vezes as almas que o habitam sem que lhes falte espaço, como acontece a certos países superpovoados da Europa e da Asia !... Possui todos os climas, nenhum extremo, porém.

Todas as raças habitam nêle, mas a alma nacional é uma só e se não fossem seus próprios descuidos, nenhum problema racial ameaçá-lo-ia de futuro!...

E' que o mestiço que resultou das primitivas crusas possui características próprias resistentes, transmissíveis e é prolífero ! Mal alimentado, pobre, definha... Mas, é capaz, e mmeio mesmo dêsse descrédito das mais heroicas emprezas e dos mais corajosos e tenazes empreendimentos!... Seu mal é que não sente necessidade... Contenta-se com mínimos... Quer viver tranquilo... A rotina o satisfaz... Não desama porém, o progresso...



O Brasil nasceu na praia. Dilatou-se pelo litoral, penetrou pelos rios -- galgou as montanhas. Venceu a floresta... Hoje, tem devastados muitos espaços separados por enormes distâncias... Mas suas fronteiras são longinquas...



Tal como lhe acontece, sucede também a seus vizinhos... resalvada a Argentina mais fácil de recursos à mão cheia de percursos por toda parte, terras de planícies e campos férteis...

Onde, porém, o solo deixa de ser o mesmo, lá também o progresso arrefece...

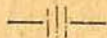
A imensidão da terra e a raridade do homem criaram-lhe uma mentalidade peculiar... Não sente ainda que o Mundo começa a comprimí-lo... Já sabe, percebe que deve ser assim, mas não sente, porém, o fenómeno, dúvida... Escapa-lhe o perigo...

E' bom, não percebe a maldade...

Descuida-se e pôde vir a ser vítima... E' crédulo... e de bôa fé...

E' admissível que tendo crescido 10 vezes, mesmo mais, no espaço de 100 anos, possa vir a sofrer transformações radicais, perder sua autonomia, decompôr-se, êle que soube, tendo todos os climas e todas as raças, adquirir **características nacionais** próprias? E' possível que desapareça quem soube criar-se uma alma através dos tempos?

E é porque é demasiado pacífico como Nação... E sua alma é ingenua... E' infantil... vive ainda muito de imitações e arremedos... não sente que é já maior... Criado em meio de facilidades, escapa-lhe o interesse que teria em sentir a experiência alheia... Mesmo os exemplos dos mais velhos ou dos jovens países ajuiza os... Aprende, não aprofunda...



Que sua capacidade de viver é manifesta, basta que se contemplem as realizações que operou, embora sem



ordem nem método, mas contra elementos adversos de monta.

Primeiro, a montanha, a selva e a falta de gente... Depois os espaços devastados, as populações esparsas e a falta de transportes... Finalmente, a luta contra os que lhe dificultam ou procuram impedir que tire partido de seus recursos capitais para o desenvolvimento das indústrias, alguns mal colocados, e outros relativamente pobres — **Ferro e carvão**.

Mas não esqueçamos, ha 50 anos, o trabalhador era ainda o negro escravo... e o brasileiro respirava o vício das sensálas... vício moral...

E êsse vício só ha pouco, começou a ser eliminado... A única indústria era a agrícola e esta desorganizou-se por completo...

Os abalos políticos consequente da revolução econômica daí resultante, não lhe permitiram solucionar seu progresso em plena ordem... Não é estranho que ainda dêles sofra...



Tudo isso é verdade e é um conforto a lisonja de nossas grandezas e realizações e as esperanças que estrangeiros ilustres põem em nosso deslumbrante futuro...

Nenhuma dúvida a respeito. Um golpe de mão rápido no que até aqui se fez e considerado a maneira por que se passaram as coisas, é índice bastante de que uma vez resolvido o problema da industrialização do país — máquinas e transporte — portanto — ferro e carvão — energia elétrica e petróleo, nosso progresso



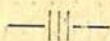
tomará uma ascensão crescente em progressão geométrica de elevada razão !...

Tudo virá facilmente...

Mas até lá é preciso esperar...

Não basta reconhecer essa **fatalidade** é preciso fazê-la surgir e estar atento para não perder a mínima oportunidade...

A inteligência tendo compreendido o fenômeno... que falta para dominá-lo e dirigí-lo ?



A mentalidade **conquistadora de certos povos**, fá-los agir ainda a moda de ha **meio milenio** passado, mantém ainda o mesmo sabor do tempo das cruzadas, embóra a linguagem seja diferente... Não estravasam êles de suas pátrias esgotadas ou superlotadas, para irem **civilizar terras selvagens e incultas**, para cultivá-las, mas, para dominá-las e civilizar à fôrça, a tiros de metralhadora e de canhão, os indigenas...

Êles têm ciências, artes, filosofias e religiões... mas, só sabem agir a fôrça de exércitos de mar, terra e ar. Apesar de todo progresso de civilização que ostentam e de que se orgulham, só sabem se entender por **comunicações de fôrças**... Entre êles, o mais adiantado é o mais forte... o argumento é audacia contra o medo...

Assim sendo, quem não quer correr o risco de perecer precisa saber como evitar as audácias... e não ter medo...

Precisa **armar-se**.

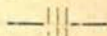


No caso do Brasil o **armar-se** não corresponde somente à necessidade de poder defender-se. E' mesmo o principal recurso ao seu dispor para fomentar seu progresso metódico e corrigir certos erros do passado. Tudo está em que aja com inteligência e vontade...

Concientemente... com conhecimento de causa... e com sinceridade...

Solucionar seu problema militar é criar transportes, é criar industria, é desenvolver agricultura, é educar física e civicamente o povo, é incorporar o imigrante...

Mas, atente-se bem, tudo isso pôde-se fazer sem ter Exército, Marinha e Aeronautica... mas, só com estes se pode ensinar e preparar a não defender-se...



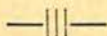
Mas estas **armas** só são eficazes quando trazidas cuidadosamente e prontas a funcionar... São mesmo perigosas quando mal cuidadas porque inspiram uma confiança injustificada... dão a idéia de uma segurança que não existe...

Só se ilude quem as tenha assim em mal estado porque ao adversário não escapam as fraquezas visíveis e, não raro, as invisíveis...

Mas ter **fôrças armadas** — é ter reservas imediatas e possibilidades de reservas futuras até a saturação... E' ter hierarquias bem formada, física, moral e intelectualmente; quadros jovens, crentes, ativos, bem instruídos e treinados... E', por fim, ter **materiais de lutar** e meios de viver... E' principalmente ter a consciência das necessidades e das características da guerra, uma alma a elas forjada e afeita... Alma coletiva... almas individuais...



E tudo isso se pôde ter, sem ser perigoso... salvo para quem se torne agressivo...



Mas nenhum resultado verdadeiramente eficaz a tal respeito se consegue sem a meditação objetiva do problema a resolver; sem a preocupação ativa e persistente e tenaz em chegar a resultados ponderosos, em tempos mínimos... Sem um plano, e um método de execução do plano... duráveis...

Não ha tempo a perder...

---

## Campo defeso

As piores guerras que houve, antigamente, foram as provocadas pela intolerancia religiosa. A crença não se impõe. E' uma questão de fôro intimo, inaccessivel à violencia, que poderá obter, da fragilidade do corpo, negativas ou afirmativas, que o espirito continua a repelir. Mesmo quando, sob a questão do martirio, a vitima da prepotencia renega o seu credo, em altas vozes, para cessar de sofrer, ninguém poderá proclamar sua adesão ao opressor.

A situação tumultuaria da Europa oferece agora um aspecto mais grave. As ultimas 'ocorrencias de Viena, em que a selvageria do ataque à residencia e à pessoa do Cardial Innitzer chegaram a desatinos incriveis, é um sintoma alarmante, um rastilho perigoso que os dirigentes dos povos em dissidio precisam eliminar.

As conquistas da humanidade, que alcançaram a liberdade do culto, não admitem retrocessos e a invasão da consciencia individual, que é um campo defeso a violencias e embate de armas".

(Do "Jornal do Brasil")



# SECÇÃO DE TÁTICA GERAL

Redator: ALUIZIO DE M. MENDES

## O ESTADO MAIOR DO EXERCITO E SEUS PROBLEMAS

Cap. Newton Franklin do Nascimento

Em substancioso quão interessante artigo, intitulado **Plano de Guerra** e inserto no órgão oficial do Exército colombiano, o Cap. Carlos Villamil C. encabeçou seu trabalho com as seguintes palavras: "A presente produção não é original; trata-se apenas duma recompilação de dados sôbre a doutrina adotada nos exércitos mais adiantados do mundo, na parte referente à concepção, preparação e ordenação de seus planos de guerra".

Fazendo nossas as palavras acima, tomamos a liberdade de inserir nestas páginas — *mutatis mutandis* — afim de melhor divulga-lo entre nós, um resumo das oportunas idéas contidas no artigo do oficial colombiano, e de todo em todo applicáveis ao ambiente atual do país, não só militar, mas também relativo à politica externa.

Embora se atrevesse uma fase de ampla tranquillidade, embora sejam as mais cordiais as relações com os vizinhos, nada justifica, pelo contrário, tudo impõe que se pense, mais do que nunca, nos problemas da segurança interna e externa do país, para não ser o Brasil de novo surpreendido, como o foi em 1864, quando atacado inopinada, brutal e violentamente por Francisco Solano Lopez.

Ao Brasil não interessam, no momento, ideais de conquista, de predomínio continental e, muito menos,



de expansão de seu território. E todos os seus atos, tanto do passado como do presente, aí estão para confirmar tal verdade. Porém, isso nada impede que se cogite com ardor e veemência de resguardar o grande patrimônio recebido dos antepassados, e representado não só pela grandeza territorial, mas também consubstanciado nas tradições que eles nos souberam legar, tradições de perseverança, de fé, de confiança e de apêgo aos altos destinos da nacionalidade.

Isto posto, desde que, entre dois países, existam ameaças de um litígio, as quais, em função de tempo e das relações existentes entre os litigantes, possam criar determinadas consequências, são os governos obrigados, afim de obterem uma solução satisfatória, ou mesmo a extinção do mal, a analisar a questão a fundo, de modo que fiquem resguardados os interesses das coletividades que os ditos governos representam.

O estudo do **problema** por partados governos, compreende dois **fatores** capitais: — o diplomático e o militar — que se completam, politicamente, e determinam a solução ou extinção almejadas.

Ainda mesmo que a política internacional de um país tenha, como **característica** principal, um profundo sentimento de pacifismo — tal como acontece a nosso país — a experiência mais trivial ensina que, mesmo em tais circunstâncias, não se deve abandonar nenhuma das duas fases do problema, pois seria ingênuo proceder ao contrário.

O fator diplomático, que deve encarar a solução do problema do ponto de vista das boas relações, compete a outras entidades, motivo pelo qual não o discutiremos.

O fator militar deve encarar as possibilidades de



solução no campo da guerra, como continuação da política diplomática, que não obteve solução favorável.

Um ponto de capital importância, que não deve ser desprezado por quem dirige a política do país, é que nenhum dos dois fatores venha constituir, no futuro, uma surpresa, em detrimento dos interesses materiais e morais do país.

Se, no campo diplomático, não é plausível que se perca a menor oportunidade de procurar uma boa solução, mantendo cordiais relações com os vizinhos e assegurando a paz, também será pouco inteligente regalar ao olvidos o fator militar que, focalizando os acontecimentos no sereno ambiente do pacifismo, os analisa apenas do ponto de vista defensivo, sem ferir, nem ofender, os sentimentos antibelicoseos do país.

E' obrigação precípua do exército pensar desde o tempo de paz, em como vae agir na guerra, embora não a declare, pois isso corresponde à política externa: ao exército cabe apenas **preparar a guerra**, lançando mão de todos os recursos do país.

Se a guerra é o ato pelo qual se põem à prova a moral e a potencialidade de um povo, é necessário que a mentalidade desse povo fique impregnada do sentimento de que todo o esforço, que se faz no campo militar, afim de assegurar e alicerçar as boas relações com os vizinhos, não póde afetar em nada o calor das mesmas relações. O povo que se encontra preparado, e que tem noção exata de seu valor moral, terá de responder sempre, com presteza, às chamadas de seu destino histórico. Não se veja nisso uma simples maneira de apresentar os acontecimentos, mas sim um ensinamento da história, que tantas e tantas vezes se hã repetido.



A que órgão compete o estudo do fator militar? Indubitavelmente ao Estado-Maior do Exército que analisando detidamente o problema, prevê seu desenvolvimento e orienta sua solução. Tais devem ser suas preocupações no tempo de paz. Um estudo cuidadoso do vizinho, ou do possível contendor, traduz o labor daquele órgão. Um plano de guerra, e um plano de operações, concretizam a proposta ao governo, definindo, assim, perante o país e perante a história, a responsabilidade do Estado-Maior do Exército.

## PLANO DE GUERRA

Analizando, pois, de forma completa e abundante, tanto as possibilidades do vizinho, como as nossas, sem que se submetam estas a esquemas estrangeiros, por isso que a situação de cada país é típica, e abordando com confiança e serenidade o conjunto da questão, determinar-se-hão a organização do exército, o emprego dos recursos econômicos e uma doutrina de guerra (ofensiva ou defensiva).

O plano de guerra compreende medidas políticas, econômicas e militares. Estas últimas devem encarar, em princípio, os seguintes tópicos:

- 1.º) — Os objetivos da guerra;
- 2.º) — A preparação e coordenação dos meios de luta e dos recursos de toda a natureza que o país possui;
- 3.º) — O caráter da guerra (ofensivo ou defensivo), mediante um estudo prévio do teatro de guerra;
- 4.º) — A organização do exército para tal fim;
- 5.º) — Instruções gerais sobre a conduta das operações.



Em resumo, o plano de guerra basea-se nas aspirações do país e nos desejos de sua política exterior. O valor da fronteira e sua segurança, ou insegurança, regem as relações com os vizinhos, sendo estes fatos de consequências imperativas. Se os objetivos da guerra hão de ser estáveis, os meios variam, pois dependem da situação diplomática, suscetível de ser modificada pelas relações exteriores. Se a situação muda, o plano de guerra muda, igualmente, e, por conseguinte, não se deve basear em hipóteses que se não conformam com a realidade.

### PLANO DE OPERAÇÕES

Consequência do plano de guerra, o plano de operações deve determinar, de forma evidente, a maneira pela qual as operações devem ser conduzidas.

Um plano de operações racional exige o trabalho metódico e assíduo de uma personalidade ardente e equilibradas, que saiba rodear-se de colaboradores dotados de grande dedicação, probidade intelectual e capazes de dar o rendimento necessário à tarefa de tal magnitude. Tomados do quadro do plano de guerra, o plano de operações escolhe os objetivos estratégicos, guardando-se de todas as opiniões preconcebidas; reúne as diversas hipóteses prováveis sobre os projetos do adversário, evitando um juízo arbitrário e definitivo. Sem perder de vista os objetivos escolhidos, examina as medidas que se podem tomar, afim de desbaratar os projetos do adversário, e conservar assim a liberdade de ação. As reflexões preliminares acima permitem determinar as grandes linhas de um plano de manobra, uma repartição geral e um dispositivo adequado das forças. Planos de transporte, concentração, cobertura, manobra, informa-



ções, estudo do teatro de operações e dos objetivos estratégicos, formarão, em resumo, o plano de operações.

## ESTUDO DO TEATRO DE OPERAÇÕES

A fronteira, seja política, ou seja militar, será a base de partida das operações ofensivas ou defensivas; sobre ela, efetuar-se-ha a concentração; nela, ferir-se-ha a batalha eventual, com os primeiros escalões de mobilização; sobre ela, será também dirigida a grande batalha defensiva, no caso duma invasão do inimigo. Em função de seu aspecto, determinar-se-ha o dispositivo de concentração, e as características de seu solo influirão na manobra estratégica. Enfim, os obstáculos e objetivos que apresenta, determinarão as operações preliminares e influirão na conduta da batalha planejada.

Dever-se-ha, portanto, examiná-la, não em sua forma abstrata, mas nas suas características essenciais, pondo-as em evidência, afim de utilizá-la de forma acertada, nas operações que se deverão suceder. Por conseguinte, podemos deduzir que, do estudo do teatro de operações, com suas características físicas e econômicas, obter-se-hão os meios e os objetivos da manobra estratégica.

## OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O armamento é o argumento essencial do inimigo. Porém, como o material empregado, hoje em dia, permanece em estreita dependência com o sistema de comunicações, o armamento sofre também tal influência. Os objetivos estratégicos serão então:

— a massa principal das forças inimigas;



- os centros povoados e industriais do provável inimigo;
- os nós ferroviários e rodoviários;
- os obstáculos naturais, que representam, desde as mais remotas éras, um valor logístico considerável.

## PLANO DE INFORMAÇÕES

O plano de informações baseia-se, tanto no plano de guerra, como no de operações.

Os informes, reunidos no tempo de paz, são de natureza variada e exigem o concurso de agentes de diversos ministérios, agrupando-os em diretivas comuns. Em geral, tais agentes devem procurar informações seguras, no território provável inimigo, sôbre os seguintes pontos:

1.º) — Diretivas de política estrangeira; tratados secretos e convenções militares concluídas;

2.º) — Situação financeira e econômica, tanto do tempo de paz, como a que seria capaz de se desenrolar em tempo de guerra; liberdade e capacidade no mar; centros industriais mais importantes; natureza e rendimento da produção;

3.º) — Sistemas de comunicações fluviais, terrestres, marítimas e aéreas,

4.º) — Princípios da administração interior (política e civil). Esta informação é absolutamente indispensável, em caso de guerra ofensiva, para a organização eventual dos territórios invadidos e, depois da vitória, para a elaboração do tratado de paz;

5.º) — A organização, o armamento, a instrução e o estado moral do exército, que será, também, o da nação;



6.º) — A conduta na mobilização e a produção de guerra;

7.º) — Os efetivos que o país seria capaz de pôr, imediatamente, em pé de guerra;

8.º) — As medidas tomadas para a concentração, a cobertura e a organização defensiva;

9.º) — As reações das massas populares e dos partidos políticos;

10.º) — Medidas tomadas pelo govêrno, durante os períodos de crises diplomáticas, nas eventualidades de um conflito. Estas investigações têm por objeto não só evitar uma mobilização tardia, mas saber se o inimigo tem, ou não, vontade de fazer a guerra.

### ESTUDO E VERIFICAÇÃO DO PLANO DE OPERAÇÕES

Concluidos o plano de manobra e seus corolarios — os planos de informações, concentração, cobertura, transportes, etc. — cabe verificá-los afim de serem nelles introduzidas todas as modificações que se justificquem.

Esse estudo tem por fim pôr os diversos comandos subordinados, ao par das intenções do comando em chefe, à vista de se criar uma unidade de ação entre todos que vão pôr em execução os planos em apreço. Tal trabalho é um dos atos essenciais da preparação para a guerra.

E, se o ato de comandar impõe-se, é necessario reunir, sob uma unica direção, tudo aquilo que o comando exige: a graduação hierárquica, a competência, o poder, a responsabilidade, tudo isso sem nenhuma discrepância, e então, o Estado-Maior estará em seu verdadeiro



pôsto. Resta somente saber se a organização é tal que o alto comando ocupa aí o lugar que lhe corresponde, desde o tempo de paz.

Para isso, a continuidade é da mais alta importância. Sem ela, o plano de operações não terá valor algum, pois sua direção incumbe ao alto comando.

O desenrolar de exercícios estratégicos de duplação, sobre a carta; preparação de viagens, sobre o terreno; preparação das diversas hipóteses iniciais, tanto as que tenham servido de base ao plano, como outras, mais ou menos possíveis e de que devem participar as forças de terra, de mar e do ar, tudo isso dará uma idéia clara da conduta das operações.

Este estudo não terá um valor positivo, se nêle não pesarem todos os fatores da pura realidade.

Em outras palavras, é preciso enfrentar o problema tanto nas situações faceis, como nas difíceis, que pôdem constituir a realidade; e, dada a variedade de casos que se apresentam, evitar-se-hão as opiniões preconcebidas, que acabam por transformar o plano num mecanismo inútil.

## CONSEQUÊNCIAS DO PLANO DE OPERAÇÕES

O plano de operações estando concebido para uma guerra planejada com determinadas intenções, contra um adversário determinado, sobre um terreno conhecido, necessita ainda, para a segurança de sua organização, do seguinte:

1.º — A orientação da instrução, de acôrdo com os regulamentos para as grandes unidades e do serviço em campanha, nos quais terão de basear-se os regulamentos particulares das armas. Não se deverá, portan-



to, ministrar uma tática imaginária, porém encarar os problemas como de fato se apresentarão na realidade.

2.º — A organização do exército que deverá, até certo ponto, conformar-se com as tendências organicas e táticas do exército adversário e, particularmente levar em conta as características do terreno, no qual ter-se-hão de desenrolar as operações.

3.º — As mesmas considerações terão influência sobre a escolha do armamento. Por exemplo, as cochilhas descampadas do **Rio Grande do Sul** determinarão, para nós outros, um sistema especial de organização, de tática, e de armamento.

4.º — A organização defensiva da fronteira, que é mais ou menos urgente, conforme o plano de operações determine que a guerra se desencadeie no territorio inimigo, ou próximo à nossa fronteira.

5.º — O estudo da ofensiva, no período de cobertura, e das grandes operações dos primeiros escalões, deve merecer também cuidados especiais.

6.º — Finalmente, para concluir estas necessidades, devemos frisar que o plano de operações fôrma um todo harmônico, devendo possuir as relações necessárias de causas e efeitos, bem como de reações mútuas entre os objetivos de guerra, a exploração do terreno, a instrução do exército e o rendimento das vias de comunicação.

Os erros mais graves terão de consistir, pois, na falta de harmonia do plano de operações, falsa apreciação do adversário e das características do terreno, bem como na falta de flexibilidade do mencionado plano.



## ESTABILIDADE DO PLANO DE OPERAÇÕES

Quando o plano de operações possui bases fixas, tais como o traçado da fronteira, as características gerais do terreno e do adversário e, de outra parte, a organização de exército, o armamento, o sistema defensivo, a rede de comunicações existentes, constituem outro ponto invariável do problema estratégico e, se o plano de guerra tem sido estudado relamente com todo o cuidado e sua verificação foi feita atentamente, o plano de operações não é suscetível de alterações graves, sob pena de deitar por terra o sistema, no qual se hão introduzido já todos os dados do problema.

Isso é necessário definir, posto que circunstâncias diversas determinem a mudança dos grandes comandos e os que vierem, não deverão querer que predomine sua idéia pessoal, deixando de lado o que constituiu matéria de profundo estudo, por um consenso de vontades bem orientadas.

---

“Agradeço a saudação que me foi dirigida, e exijo de todos vós o que impús a mim mesmo e que é para os militares um postulado do seu dever: — o compromisso do devotamento de cada dia, de cada hora e de cada minuto, sem temer as consequências e sem vacilar diante dos resultados, o compromisso do devotamento constante e permanente pela prosperidade e pela grandeza do Brasil”. — GETULIO VARGAS



## VERDADES JA' EMITIDAS

"...será um grande erro que os povos sul-americanos se armem uns contra os outros ou restrinjam o desenvolvimento de sua potência militar para não despertar suspeitas nos vizinhos. Preciso é, ao contrário, que todos êles desenvolvam ao máximo sua capacidade guerreira para, com perfeito espirito de fraternidade, aqui constituírem uma força capaz, não de vencer as grandes potências, mas de tornar difícil de realização ou duvidosa qualquer idéia de conquista".

(N.º 178 de "A Defesa Nacional" de Novembro de 1928).

\* \* \*

"E' urgente a constituição de uma força latino-americana capaz de opôr-se aos maiores perigos que a todos nos ameaçam.

Trabalhar pela constituição dessa força moral e material ponderável deve ser um objetivo politico comum..."

(N.º 181 de "A Defesa Nacional" de Janeiro de 1929).

\* \* \*

"Tomando em consideração a situação particular da America do Sul, vemos que as **hipoteses** de guerra continental acham-se virtualmente desaparecidas... Salvo erro de uma politica inconciente, não é de prevêr uma luta entre nações sul-americanas".

"E' racional, então, que as nações americanas desprezem a hipótese de uma guerra continental, este facto é pouco provável, **feitamente** evitável, para fazer em go. a séria a de uma guerra extra-continental, que a todos, sem excepção, interessa profundamente".

(N.º 190 de "A Defesa Nacional", de Outubro de 1930).



# SECÇÃO DE INSTRUÇÃO

Redactor: ALUIZIO M. MENDES

## PARA SER CHEFE

SABER - INSTRUIR - COMANDAR - PREPARAR

Commandant ARMAND MERMET

Trad. do 1.º Ten. MURILLO BORGES MOREIRA

### CONSELHOS AOS GRADUADOS PARA O ESTUDO DOS REGULAMENTOS

O trabalho que se vai lêr, destina-se especialmente aos jovens oficiais e graduados; não quer dizer porém, que se deixem ficar indiferentes, os melhores colocados na hierarquia militar, pois de uma maneira simples e familiar, êle visa mostrar o valor das missões mais humildes, esclarecer os instrutores, despertar seu espirito e fazer nascer o "fanatismo", sem o qual a "profissão" não é mais do que uma servidão.

### VALOR DOS QUADROS

As necessidades do enquadramento no Exército moderno e a adoção do serviço em curto prazo levaram os poderes publicos a favorecer os engajamentos e reengajamentos principiamos por dar um numero de sargentos de carreira, de chefes de pelotão, de valor intelectual e moral, dos quadros, os que dependem a boa instrução do Exército e, portanto, sua força e sua coesão. A experiência da Grande Guerra, que poz em destaque o caracter scientifico com que se revestem os conflitos modernos, a



“natalidade ainda baixa do nosso país e a exiguidade dos nossos orçamentos” condicionaram a organização do nosso Exército quando se procurou introduzir o maquinismo, representando na Infantaria pelas armas automáticas. Se o resultado foi a diminuição do numero de executantes, esta diminuição não atingiu os quadros subalternos, sempre mais indispensáveis. (Foi o que se deu no G. C. cujo efetivo de 15 homens passou a ser de 13, para não falar na tendência que se esboça para diminui-lo ainda mais, para 11 homens, conforme se lê nos numeros de Novembro e Dezembro do ano de 1936 da presente revista) (1). O enquadramento previsto ha vinte anos passados e que era, em media, de um graduado para oito homens, foi elevado, a um graduado para 4 homens e se fixa atualmente, conforme os quadros de efetivo em vigor, em quasi um graduado para três homens.

Os trinta e seis homens do Pelotão de infantaria (três fuzileiros, seis municiaidores, seis remuniciaidores, doze volteadores, três granadeiros, três remuniciaidores auxiliares, um observador e dois agentes de transmissão) são enquadrados por onze graduados (um tenente, um sargento auxiliar, três sargentos comandantes de grupo e seis cabos) (2). Porém, se a experiência da guerra mostrou a necessidade dos quadros subalternos em quantidade, mais imperiosamente ainda, ela afirmou sua missão cada dia mais delicada, e sua responsabilidade de mais necessaria. No começo, o recrutamento se efetuava guiado mais pelas considerações quantitativas do que pelas condições americanas desproporcionais. A procura do numero a todo custo era pouco provável. A séria a de um na época.

(1) rans trechos entre aspas e parentesis acima mencionados são adal do tradutor ao nosso caso brasileiro.  
(2) notação feita, para o caso do nosso efetivo atual.



da procura do valor indispensável. O mesmo não se deve fazer atualmente quando, o número já sendo grande e os candidatos se fazendo mais numerosos pela continuação da crise econômica e das condições de existência civil mais difíceis, uma escolha mais séria pode ser feita. Tudo deixa prevêr uma sensível melhora da situação, graças a uma classificação possível mais rigorosa entre os numerosos candidatos. Escolher minuciosamente os quadros é uma necessidade vital. É preciso que o Exército não seja o refugio daqueles que, na vida civil, não podem ou não querem trabalhar; é preciso que ele não seja a "fossa" dos incapazes ou o asilo acolhedor para aqueles que, de barriga vazia, não penetram, para achar um ganha-pão. É preciso, ao contrário, que ele seja o ponto de encontro daqueles que se entregam inteiramente decididos a fazer um esforço, capaz de torna-los verdadeiros "chefes". Estes deverão ser instruídos para saber instruir, saber comandar para saber preparar e, pela sua calma e sangue frio, saber inspirar aos seus homens a confiança, condição de uma sólida moral. Para chegar a este resultado, devem estar bem persuadidos de que sua bela função comporta muito mais deveres do que direitos. A leitura de alguns conselhos nas linhas que se seguem ajuda-os-á a compreender sua missão, a apreciar sua utilidade e beleza, a saber como cumpri-la para o maior proveito do Exército, usina da segurança nacional, da qual devem ser os contra-mestres instruídos e ativos.

## NECESSIDADE DE TRABALHO

Principiamos por demonstrar o principio da necessidade de trabalho. É bem entendido que alguns destes homens não são destinados a aqueles que querem se instruir com uma idéia louvável de consciência profissional,



para estarem à altura de sua missão de chefe, para serem capazes e dignos de instruir e comandar uma tropa. Os preguiçosos, aqueles que não querem se compenetrar da grandeza de sua tarefa quotidiana, aqueles que consideram seu "métier" de chefe como um meio de "assegurar a existência" trabalhando o menos possível, são indignos de permanecer no Exército. Em tempo de paz, sua inercia e incapacidade são nocivas; em tempo de guerra, são criminosas. E é um outro crime, confiar a incapazes, preciosas vidas humanas, que pelo seu trabalho constante, não serão preparadas para serem empregadas judiciosamente ou mesmo sacrificadas, se fôr preciso, como deviam ser. Com os máus instrutores, o dever dos chefes, em todos os escalões da hierarquia, custe o que custar, e sejam quaes forem as razões de sentimento que poderiam leva-los a clemência, é de serem implacáveis, no proprio interesse da Pátria.

### 1.º — QUERER APRENDER

Existem, felizmente, muitos graduados trabalhadores, que têm vontade de ser capazes, mas que acham árido, penoso, fastidioso o estudo de seus regulamentos. E' porque geralmente fazem, para aprende-los, muito mais esforço com a memoria do que com a inteligência. Eles procuram guarda-los e não compreende-los. Depois de duas jornadas de instrução colocam-se em frente de seus regulamentos. As palavras e as frases dansam diante de seus olhos entorpecidos. Repetem maquinalmente, sem bem aprender o sentido e o significado das palavras assim lidas, e, desesperados de guarda-las, perdem a <sup>seria</sup> coragem. Aprender lhes parece difficil, porque elles não sabem aprender. Querem transformar o cerebro em um fonógrafo registrador e



se admiram que êle seja contrário a êsse registro. O trabalho desgosta-os, porque não sabem trabalhar. E' somente quando se sabe trabalhar, qual o método a empregar para aprender, que se trabalha e se aprende com alegria. A alegria que um homem sente de ter aprendido reside não somente no sentimento que provém de ter aumentado seu proprio valor, de ocupar um lugar um pouco maior no mundo, de ser grande, mas ainda na satisfação profunda que se desprende para êle, da descoberta de uma idéia devida ao esforço de sua reflexão. Raciocinar, refletir, meditar, pensar, são motivos de mil alegrias constantemente renovadas. Mas ainda, é preciso saber raciocinar, refletir, meditar e pensar. E' preciso, antes de tudo, querer aprender; mas esta vontade inicial de aprender será improficua, se ela não for metodicamente utilizada. Não será pouco a pouco que ela se transformará, graças à alegria sentida, em verdadeira necessidade. O homem habituado ao trabalho sentirá a necessidade de nutrir o seu espirito com o mesmo cuidado com que nutre o seu corpo. Mas para atingir este estado onde o trabalho vem a ser uma alegria é preciso "começar", é preciso fazer um esforço inicial de vontade. E' preciso ter confiança e não se deixar desanimar. Muitas vezes nós ouvimos dos sargentos, aos quais fazemos advertência pela sua insuficiência em qualquer ramo da instrução, nos responder: *"Eu faço aquilo que posso; quero aprender. Passo as minhas noites a trabalhar, mas me faltam meios. Eu tenho falta de memoria. Faço um grande esforço de trabalho para ter um resultado insignificante !!"*

Admitamos que o fato seja exato, que êles queiram trabalhar, e que trabalhem. Seu raciocinio prova muito simplesmente que êles não sabem aprender. Podemos lhes responder, sem medo de nos enganar: *"Não digam isso!..."*



*Já tendes elucidado vossa inteligência? Não sereis como o agricultor que dirigia, à simples vista de um terreno, que êle é esteril, e renunciaria ao trabalho metodico e aí colocar adubos? Não sereis como o homem que se lamentava de não poder ser campeão de corrida a pé e que não tinha nunca exercitado com método, com esse fim, os músculos de suas pernas? O officio de agricultor depende dos esforços continuos e de uma longa paciência; a procura de um titulo de campeão exige um treinamento corajoso e contínuo. Deveis dizer: EU QUERO porque querer é poder”.*

Isto não é falso senão para os enfermos da inteligência. Ora, um graduado não tem o direito de ser um “debil mental”. Se as divisas lhe foram dadas, é porque seus chefes reconheceram, em um momento qualquer, que êle as merecia. Êle não tem o direito, em seguida, de ser unicamente um porta divisas sem valor. E’ preciso que trabalhe ou que renuncie. O presente trabalho tem por fim mostrar a todos qual deve ser o mecanismo do estudo. Poderá ser para êles como a barragem rolante que ajuda o infante a vencer sua angustia, seu medo na partida para um ataque, e que o tira fóra de seu abrigo ou de sua trincheira. Poderá ter como resultado, dar ao graduado confiança na sua capacidade, mostrar-lhe o sucesso possível, treina-lo fóra da trincheira da inercia, do abrigo da preguiça e da mediocridade.

## 2.º — COMPREENDER, E, PARA ISSO EXPLICAR

A base de partida para o estudo está nestas palavras que desejaríamos vêr inscritas em todo lugar, com letras de ouro: “*Para aprender, é preciso compreender*”. E’ preciso partir deste principio em que se baseia o mundo: “*Todo ato, toda disposição, toda prescrição tem uma razão*”



de ser". Cada frase do regulamento (visto que nós nos colocamos sobretudo neste ponto de vista particular), antes de ter sido adotada, foi discutida, pesada, retocada numerosas vezes. Cada palavra que a compõe tem seu valor. Nada poderá ser mudado de lugar ou substituído por uma outra sem que sejam modificados mais ou menos o pensamento e a vontade de seus autores. Estes raciocinaram; não agiram privadamente. Estudar um regulamento, é descobrir e explicar esta idéia; é descobrir as causas que motivaram sua concepção. Nós mostraremos mais adiante como achar estas causas. Mas, inicialmente, ha uma operação preliminar indispensável. Antes de procurar o sentido de uma frase, é preciso estar bem seguro da significação das palavras que a compõe. Nós não podemos cogitar, por exemplo, em descobrir o sentido da frase seguinte, achada casualmente no n.º 55 da 2.ª parte do R. E. C. I.: "*Uma concordancia perfeita entre os fogos da artilharia e a ação da infantaria pelo fogo e movimento é condição indispensável de bom exito*", se nós não conhecemos em primeiro lugar o sentido preciso, a definição da palavra *concordancia*. Nós não estudaremos com proveito se não compreendermos a fundo esta palavra. Um graduado sincero deverá então procurar uma definição exata. Ele a procurará em um dicionário. Este modesto trabalho preliminar o orientará; lhe permitirá de não começar ao acaso. A procura da definição das palavras, é como uma parte do trabalho do pombo-correio antes de se pôr a caminho. Deixa seu pombal, eleva-se, fica indeciso, procura se orientar; depois, seguro de sua direção, parte. Abrimos então o dicionário e lemos: *concordancia*: acôrdo. A palavra um pouco difficil se esclarece instantaneamente por este sinónimo. Nós devemos acrescentar ainda mais que, se os autores empregaram a palavra *concordancia* em lugar



da palavra *acordo*, é que tiveram uma razão. Senão teriam procurado a palavra mais simples. E' evidente que ha uma diferença pouco sensível entre estas duas palavras e que a palavra *concordancia*, para ser exatamente traduzida empregando-se a palavra *acordo*, deveria ser substituída pela expressão: *acôrdo no espaço e no tempo*. Apesar da diferença, a descoberta do sinonimo *acôrdo* é suficiente para nos fazer entrevêr, ao menos, este acôrdo necessário entre o movimento da infantaria e o tiro da artilharia.

Terminada a operação preliminar da procura da definição, trata-se de compreender o sentido da frase. Compreende-se este sentido quando se é capaz de explicá-lo. Para explicar é preciso procurar. E' preciso ser curioso. E' ainda, dar prova de vontade, manifestar este desejo de curiosidade, que é a fonte de todo progresso e de todo ensinamento. A pergunta "POR QUE?", o graduado deve fazer constantemente e tentar responde-la. Esta simples questão do "PORQUE" é a chave do mecanismo do estudo, porque desperta o raciocínio e a reflexão, porque ela exige explicação. E' o segredo do estudo.

Aprendemos a nos servir desta chave e, com este fim, tomemos alguns exemplos: Nós lemos casualmente no n.<sup>o</sup> 113 da Introdução do R. E. C. I.: "*A confiança em si, no armamento, nos camaradas e nos chefes, constitue o principal fator de uma tempera moral elevada*". Para estudar com proveito, não devemos procurar guardar de cór esta frase, sem compreende-la. O regulamento diz isto e afirma. Esta frase não foi redigida com pouco acerto. Ela lá está nitida, firme, na sua redação simples. Porém ela não está explicada. Pela reflexão e pelo raciocínio, devemos transformar a afirmação do regulamento em uma explicação. Vamos, com efeito, nos fazer a pergunta: "*Por que a confiança em si constitue o principal fator de uma tempera*



moral elevada?”. E’ preciso responder esta pergunta dando um “porque”. Fazemos esforço de reflexão e respondemos por exemplo: *“Porque um soldado que tem confiança em si, em seu valor físico ou intelectual, tem o sentimento de sua força e de sua superioridade sobre o inimigo. Sentindo-se superior, julga-se capaz de vencê-lo e terá, certamente, bom moral”*. Eis um primeiro resultado. Continuando, somos levados a nos interrogar de novo: *“Por que a confiança no armamento constitui o principal fator de uma tempera moral elevada?”* Queremos responder, procuramos, e achamos por exemplo: *“Porque a confiança que um soldado tem em suas armas torna dez vezes maior o sentimento que êle tem de suas forças e de sua superioridade. Seu moral é por conseguinte acrescido em proporções consideráveis”*. Como tudo isso se esclarece e a que ponto este trabalho de investigação é agradável! Descobrimos uma idéia... Perseveremos! *“Por que a confiança em seus camaradas constitui o principal fator de uma tempera moral elevada?”* Ainda um momento de reflexão. E’ mais difícil, porém, é preciso achar. Queremos explicar. Pensamos na solidariedade no combate e diremos: *“Porque o soldado que tem confiança em seus camaradas tem o sentimento de que a sua força é acrescida de todas as forças de seus vizinhos. Êle compreende que a união faz a força”*. Como na realidade isto é fácil! Abordamos por fim a última questão: *“Por que a confiança em seus chefes constitui o principal fator de uma tempera moral elevada?”* Mesma operação: esforço de reflexão e de raciocínio. Somos levados a responder: *“Porque o soldado que tem confiança em seus chefes, está convencido de que a sua força não será empregada inutilmente e que não será sacrificado em vão”*. Livre deste pequeno trabalho muito simples, procurando descobrir por nós mesmos estas explicações, temos a impres-



são de ter clareado nosso horizonte. Quão clara tornou-se para o nosso espirito a afirmação do regulamento, agora explicada! As soluções que o graduado achar no princípio não serão, sem dúvida, tão nitidas. Ele não chegará a explicar rapidamente e com segurança senão com um pouco de exercício e habito. Certamente no início, hesitará e às vezes deixará "de lado"; enganar-se-á ou será mesmo obrigado, não achando resposta, a fazer a pergunta a seus instrutores. Porém, deverá tentar, deverá fazer trabalho de inteligência. Mas "*se ele cruzar os braços*"... tanto pior! Sua tentativa intelectual, mesmo incompleta, trará todavia seus frutos. Cristovão Colombo descobriu a America quando procurava as Indias. Ele errou... Mas seu erro foi fértil. Ele tentou... Tanto seu merito veio de sua coragem e de sua idéia que enfrentou os ventos e as tempestades. Mas ele queria. Como o grande navegador, que o graduado se decida a frentar, que marche, mesmo incertamente. Que importa se as explicações que descobre inicialmente são rudimentares ou erradas. Tudo isso será retificado sem trabalho, com o tempo, quando seu julgamento for examinado pela prática. Que seja curioso, que se interroge, que responda, que explique. Seu trabalho será útil, para si, e para aquêles que têm o pesado encargo de instruir e comandar.

Esta procura dos "PORQUE" é algumas vezes facilitada pelo próprio regulamento que, em numerosos casos, os indica ou os sugere. Nós lemos, por exemplo, no n.º 168 da 2.ª parte do R. E. C. I.: "*Na guerra, aumentam-se as possibilidades de bom êxito pela surpresa*". Por que? Se nós continuarmos no n.º 168 achamos: "*A surpresa é fator poderoso de desmoralização e de desordem*". Eis o "porque" procurado. Mas se nós perseverarmos, e devemos fazê-lo: "*Por que é um agente de desmoralização e de*



desordem ?”, nós acharemos a resposta na frase que antecede: “*A surpresa resulta de um perigo inopinado que não podemos ou supomos não poder antecipar com eficácia. Incapaz de atenuar o fogo inimigo respondendo-lhe, o elemento surpreendido, sofre, o máximo efeito dêsse fogo*”. Eis o “porque” procurado.

Algumas vezes é mais difícil achar a explicação. Por exemplo, no n.º 204 da 2.ª parte do R. E. C. I.: “*As unidades de primeiro escalão não devem perder tempo na redução das ilhotas de resistência existentes na zona que lhes coube. Limitam-se a cobrir-se contra elas e assinalá-las aos escalões que seguem*”. Por que esta disposição? Refletimos e pensamos naturalmente: “*E para andar mais depressa*”. Verificamos então se estamos certos. Folheado o regulamento e procurado os artigos onde se trata do assunto “Aproveitamento do exito”, achamos:

Número 483: — *Aproveitamento do exito no combate da Companhia* — “*A principal preocupação do Capitão é conservar o contacto; esforça-se para ganhar terreno rapidamente, conservando as ligações, e garantindo a segurança de sua unidade, nos flancos e na frente, mesmo quando estiver precedida da cavalaria divisionária*”.

Numero 533 — *Aproveitamento do exito no combate do Batalhão* — “*A progressão, levada a efeito de maneira mais contínua do que no decurso do ataque e por lanços mais amplos, toma o caracter de rapidez que não possuía até então; a profundidade do dispositivo aumenta. O Comandante do Batalhão encontra-se geralmente na necessidade de destacar unidades de metralhadoras, para junto das Companhias de primeiro escalão, afim de garantir-lhes o apoio de fogo que lhes é indispensável*”.

Numero 585 — *Aproveitamento do exito no combate do Regimento* — “*Se é possível a perseguição, o Coman-*



*dantes do Regimento vela para que ela seja ininterrupta e encarniçada”.*

Com a luz destes artigos do Regulamento, a prescrição estudada se explica e justifica. Nós não podemos esquecer mais que o aproveitamento do exito reclama velocidade, rapidez. Esta noção fica gravada no nosso espirito. Este processo de estudo, tem entre outras as vantagens de guardar o paragrafo examinado no conjunto do Regulamento.

### 3.º — GUARDAR, E PARA ISSO, EXERCITAR A MEMORIA

Não se trata pois, de conduzir o trabalho com aspecto inteiramente decorativo, mas com inteligência e discernimento. Quer dizer que a memoria deve ser despresada ou descuidada? Não, certamente. O graduado deve se habituar a procurar e a descobrir êle proprio as razões de cada prescrição. Porém, isto não quer dizer que, terminado este trabalho, poderá se fechar o livro sem se fazer caso de guardar aquilo que foi estudado. Os conhecimentos tendo sido compreendidos e explicados, o indispensável trabalho de memoria será grandemente facilitado e a assimilação se operará com facilidade e a custa de um pequeno esforço. Será preciso então cultivar com cuidado essa memoria, guardando de cór, de tempos em tempos, algumas frases essenciais bem escolhidas. Existe um certo número nos regulamentos. Elas estão impressas com letras grandes. Como guarda-las de cór? Distinguem-se duas especies de memorias: a memoria visual e a memoria auditiva. Alguns entre os graduados, guardam mais facilmente aquilo que ouvem do que aquilo que vêem; outros, ao contrario, guardam melhor aquilo que vêem do que aquilo que ouvem. Cada um deve se conhecer a este respeito. Aquele que é



dotado de memoria auditiva guardará de cór repetindo em voz alta, repisando. Aquele que possui memoria visual, escreverá varias vezes a frase a guardar. Copia-la-à, recopiará e recopiará outra vez. E' por outra, recomendado dormir depois de um exercício de memória. Esta faculdade misteriosa não fica inativa durante o sôno, e ficar-se-à muitas vezes surpreendido de saber, na manhã seguinte, uma frase que se tinha a impressão de nunca poder guardá-la. Estes exercícios de memoria são algumas vezes penosos. Exigem muita força de vontade e energia. Mas constituem um treinamento muito proveitoso. Contribuem para dominar e abrandar este don precioso que não é realmente inexistente senão para os "menos habeis".

#### 4.º — SER PACIENTE

Mas, dirão os impacientes, para proceder assim, para raciocinar assim, é preciso tempo. Nós não negamos que, para estudar, é preciso muito tempo e que não se ganha nada em querer correr. E' preciso evitar querer aprender muito depressa ou muitas cousas em pouco tempo. O estudo requer muita paciência. Certos, para achar uma desculpa para sua preguiça natural dirão: "*Eu não tenho tempo para estudar*". E' ainda um erro. Aquele que quer trabalhar achará sempre alguns instantes de descanso para o fazer. Cada um deve estudar o melhor possivel e durante o tempo que dispõe. O rendimento, certamente, será pouco; mas é preciso perseverar corajosamente. Por mais insignificante que possa ser esse rendimento, reservará entre tanto agradaveis surpresas para aqueles que se obstinaram em continuar cada dia, e, tanto quanto possivel, nas mesmas horas. E' preciso pensar que escrevendo diariamente cinco linhas, três anos sómente seriam necessarios para es-



crever um livro de mais de duzentas paginas. E' de grão em grão que a galinha enche o papo. Fugamos então da impaciência e da falta de coragem. O trabalho bem conduzido é sempre uma fonte de alegria sem par.

*Querer aprender — Compreender, e para isso, Explicar — Guardar, e para isso, Exercitar a memoria — Ser paciente.*

Tais são as diretrizes de todo estudo bem sonduzido.

---

“No sêr altamente civilizado, a vontade e a inteligência são uma única e mesma função; delas derivam todas as qualidades morais”. — Dr. ALEXIS CARREL



# SECCÃO DE INFANTARIA

Redator: NILO GUERREIRO

## COMBATE DE BOSQUES

Pelo Major NILO GUERREIRO

I — Generalidades.

II — A defesa dos maciços matosos e bosques isolados.

III — Operações ofensivas: aproximação e tomada de contacto; ataque.

### I — GENERALIDADES

Sob a denominação genérica de bosques, vamos estudar não só as operações nos bosques isolados como também nos maciços matosos.

Os bosques possuem característicos distintos, que muito influem nas operações. Assim, podem se classificar:

1.º — Segundo a sua extensão: (frente e profundidade).

2.º — Segundo a sua natureza (gráo de visibilidade, permanência da coberta formada pelas folhas, altura e espécie da vegetação, etc.);

3.º — Segundo a sua topografia: situação em relação ao terreno visinho, obstaculos naturais, natureza do sólo, etc.

4.º — Segundo as vias de comunicação ou possibilidades de penetração: estradas, caminhos, etc..

O combate de bosques é, antes de mais nada, uma luta de infantaria. Eis uma verdade que é preciso reter.

Todos êles são mais ou menos permeaveis à infantaria. Os que dispõem de arvores altas, são mais praticáveis e oferecem campos de tiro mais extensos. Em alguns o sólo alagadiço póde exigir trabalhos especiais, não só para a conservação dos caminhos como também para a construção das trincheiras e abrigos.

Resumamos agora as vantagens e inconvenientes que apresentam os bosques, não só para a I., como para as outras armas que com ela colaboram.

A vantagem principal para a I. é de poder aproveitar imediatamente a "coberta" que os bosques sempre lhe oferecem. Em compensação estes lhe impõe tres graves inconvenientes:

— tornam difficil a sua progressão numa dada direção;



— limitam as suas vistas e, por consequência, a profundidade de suas barragens de fogo;

— favorecem os panicos, tornando difíceis a manutenção da coesão e o exercício do comando.

Veremos adiante como a infantaria deve operar para utilizar completamente a vantagem da coberta e remediar, na medida do possível, os inconvenientes que acabamos de indicar.

Lembramos também que a infantaria pôde encontrar nos bosques um inimigo terrível, os **gazes**, cuja persistência dos efeitos nocivos é acrescida pela humidade e folhagem.

Os carros leves podem manobrar sem grande perigo nos bosques de arvores altas, que lhes proporcionem vistas. Em caso contrário porém, eles ficam cegos e portanto a mercê das emboscadas, tornando-se a sua progressão extremamente perigosa.

A cavalaria, forçada frequentemente aos caminhos, está sujeita às emboscadas aproximadas; todavia, ela poderá prestar bons serviços si estiver acostumada a essa espécie de operações.

Os bosques são para o artilheiro um obstáculo às suas vistas e aos seus tiros. À suas vistas, porque os observadores terrestres e aéreos não vêm quasi nada; aos seus tiros, devido à abundância dos arrebitamentos prematuros ocasionados pelas árvores.

Disso resulta que a artilharia será induzida, numa região matosa, a atirar pela carta, nas orlas, caminhos, bifurcações, clareiras, etc., e a aumentar consideravelmente a distância de segurança entre seus projeteis e o infante.

A execução da barragem rolante ; impraticável nos bosques, assim como é precária a ligação infantaria-artilharia.

De resto, um tiro de artilharia prolongado, cria no bosque abataz indesejáveis, que constituem um sério obstáculo à progressão da infantaria e dos carros.

Enfim, os bosques de fraca extensão atraem os obuzes. **A Infantaria deve fugir deles.**

De dia, os bosques constituem sempre um obstáculo às vistas da Aviação. Unicamente os trabalhos executados nas clareiras e mal disfarçados, assim como as fumaças, podem ser percebidos pelos observadores aéreos.

A regulação dos tiros de artilharia pelo avião é, as mais das vezes, considerada impossível.



O balisamento por painéis é irrealizável; o balisamento por fôgos de bengala pode mesmo passar despercebido.

De noite, os bosques formam massas escuras, facilmente reconhecíveis; são, por conseguinte, objetivos de bombardeios indicados. Portanto, mais uma razão para a infantaria fugir dos bosques de pequenas dimensões.

Todo esse quadro é bastante negro no ponto de vista do auxílio que as outras armas podem dar à infantaria.

Para sermos justos, reconheçamos, por outro lado, que os bosques proporcionam uma **coberta** e mesmo, muitas vezes, um **bom abrigo** contra o adversário.

A engenharia, os pioneiros, os sapadores e todos os infantes encontram nos bosques materiais para construir abrigos (cujo disfarce é completo), defesas acessórias, etc.. Num combate de bosque, a melhor infantaria é aquela que, utilizando plenamente a vantagem da cobertura, saiba melhor remediar os tres inconvenientes citados acima, prejudicando o mais possível o adversário e tirando o máximo partido do apoio das outras armas.

## II — DEFESA DOS BOSQUES

O que predomina na defesa, qualquer que seja a sua particularidade, é o fogo. Mas a eficácia do fogo depende em grande parte do terreno, que exerce especialmente sobre as armas da I. uma tirania absoluta.

Que condições ideais poderia apresentar num terreno sob o ponto de vista defensivo?

**Para a frente:**

- bons campos de tiro;
- observatórios;
- obstáculos.

**Para a retaguarda:**

- cobertas, oferecendo facilidades aos movimentos e proteção contra as vistas e os fôgos.

Um terreno que ofereça todos estes requisitos relativos às vistas, aos fôgos, aos obstáculos e às comunicações, será "um terreno tipo", infelizmente bem difícil de se encontrar.

De uma maneira geral, porém, procura-se sempre, em qual-



quer terreno, obter o maior numero das quatro condições acima citadas.

A defesa dos bosques pois, não fugirá à regra, ficando a sua organização na dependência direta desses fatores e na de certas prescrições que pretendemos focalisar. Aliás, sabemos bem que si os processos gerais são sempre os mesmos, nossas conclusões não terão o menor valor si não forem judiciosamente adaptadas às necessidades do momento.

Vejamos, pois, as particularidades a encarar na defesa dos bosques.

Para melhor compreensão do assunto estudemos separadamente: a defesa de um macisso matoso e a defesa de um bosque isolado.

#### A) — DEFESA DE UM MACISSO MATOSO.

Há várias maneiras de se encarar o traçado de uma linha principal de resistência em relação a um macisso matoso. A L. P. R. poderá passar:

- a) — fóra do macisso:
  - na frente;
  - atrás.
- b) — no próprio macisso:
  - na orla;
  - no interior da orla.

O traçado fóra do macisso e na frente do mesmo, se impõe quando, logo à frente da orla, ha uma dobra do terreno que supprime o campo de tiro. Nesse caso a cobertura oferecida pela vegetação só é utilizada em parte, servindo especialmente para a instalação dos apoios e das reservas e para conservar os caminhamentos desenhados, necessários à vida das tropas.

O traçado fóra do macisso e atrás do mesmo, parece indicado quando se trata de "baixios matosos", onde a I. teria que sofrer muito com os tiros da artilharia e com os gases. Neste caso não se utiliza a cobertura da vegetação, mas se deve impedir que o inimigo desemboque dessa cobertura, mantendo sob o fogo todas as suas desembocaduras. Em qualquer caso aliás é regra caber ao defensor na hipótese do assaltante ocupar um bosque, empenhar todos os seus esforços para impedi-lo de sair do mesmo (n. 672 do R. E. C. I., 2.<sup>a</sup> parte).



### Instalação do macisso

Duas soluções são possíveis:

- ou se instalar na orla;
- ou se instalar no interior do bosque.

Em face de um inimigo que disponha de Artilharia e de bons observatórios, a defesa na orla será contraindicada. A esse respeito o nosso R. E. C. I., 2.<sup>a</sup> parte, em seu n. 671, pag. 335, diz textualmente:

"A L. P. R. não deve ser colocada na própria orla, para não ficar muito exposta aos tiros da artilharia inimiga; será preferível instalá-la na frente, ou ainda melhor, à retaguarda, conforme o terreno ou a natureza do bosque".

Todavia, em determinadas situações, como por exemplo: Posições Avançadas — Retaguardas — Cortinas defensivas e outros, a defesa na orla conserva todo o seu valor, porque permite hostilizar de muito longe o inimigo e facilitar depois o desaferamento.

Resta, pois, a segunda solução, que consiste em trazer a L. P. R. para o interior do bosque. Neste caso, aproveita-se completamente a "coberta" proporcionada pela vegetação, e que oferece a grande vantagem de deixar o atacante na mais completa incerteza dos locais exatos dos órgãos de defesa. Só no decorrer do ataque, após ter tomado pé na orla e progredido no bosque, poderá o atacante — e a custa de pesadas perdas — descobrir alguns sinais de resistência.

E mesmo nesse momento o problema para ele, não está de modo algum resolvido, pois para permitir a intervenção de sua artilharia talvez precise recuar a sua infantaria, e este recuo pôde ir até a evacuação completa do bosque, **se a defesa colocou bem a sua linha de resistência**. Eis porque esta linha não deve ficar, nem muito perto, nem muito longe da orla — 100 a 150 metros, será em média numa distância bem satisfatória.

De outro lado, a proporção que a L. inimiga penetra no bosque e procura definir o contorno da defesa, sua progressão será cada vez mais lenta. Nessa ocasião a artilharia inimiga mal informada, não poderá agir em proveito imediato da L. Os carros de combate do atacante só podendo circular nos bosques pouco densos, serão apenas empregados em certas ocasiões e assim mesmo isoladamente, sobre um objetivo nitidamente definido.



O defensor terá assim uma defesa natural contra os ataques dos carros, o que em parte resolve o problema da I. atual, que dispõe de um numero reduzido de armas anti-carros.

Estas grandes vantagens da defesa, no interior dos bosques, tem porém uma oposição: que é a de limitar as vistas do defensor. Os campos de tiro em geral são curtos. Tornam-se impossíveis os grandes flanqueamentos e os tiros nos intervalos, que permitem em terreno limpo, grande economia de pessoal em beneficio das reservas. Nos bosques, as barragens são constituídas por tiros frontais, reservando-se os tiros de flanqueamento para enfiar as picadas e caminhos. Mas a barragem deve ser contínua e densa, o que acarretará a obrigação de se pôr em linha muitas armas e muitos homens. Ainda mais, pelo próprio fato dos campos de tiro serem reduzidos, a barragem não terá profundidade, o que obriga a criação de linhas de defesa sucessivas.

Vemos, desse modo, como os bosques absorvem os efetivos.

Onde e como são estabelecidas essas linhas de defesa sucessivas?

Nas situações que necessitam uma ação rápida, as clareiras, os córtes, as encruzilhadas que dão imediatamente campos de tiro, são balisas naturais para o traçado das linhas de defesa. O inconveniente é que essas linhas, vistas ou advinhadas pela artilharia ou aviação inimigas, serão submetidas sistematicamente aos seus fôgos. Por isso será melhor, todas as vezes que se tenha tempo, estabelecer as linhas sucessivas da defesa em pleno bosque.

As trincheiras serão profundas, sem relevo, bem disfarçadas e contínuas. Este ponto é capital. Em nenhuma parte o moral da infantaria é tão frágil como nos bosques; um tiro, gritos nos flancos ou na retaguarda de uma unidade, são suficientes para crear um panico. Para se antepôr a esse perigo, o traçado da trincheira será contínuo e pouco sinuoso; a ocupação, também, será contínua de maneira que o homem possa ver seus visinhos da direita e da esquerda. Serão assim, mantidas a coesão e o exercício do comando, condições primordiais a que deve responder qualquer sistema defensivo nos bosques.

Sem dúvida, num massiço matoso encontrar-se-ão certas partes pouco perigosas para a defesa e que poderão ser transformadas em órgãos passivos pela combinação de abatizes e redes de ara-



me, mas na altura da linha principal de resistência, essa medida deve ser tomada com muita cautela.

Cumprida essa condição, vejamos como vão ser realizadas as barragens de fogo sucessivo. O fim a alcançar é de dissociar o dispositivo inimigo, atraindo-o a cair, si possível repentinamente sob o fogo das armas da defesa. Para isto que é preciso? Uma combinação íntima do fogo e do obstáculo, visando canalisar, por assim dizer, as colunas inimigas.

O obstáculo póde ser realizado por abatizes e rêdes de arame. Os abatizes apresentam o inconveniente de ainda limitar mais as vistas da defesa e por outro lado de favorecer a aproximação do inimigo. Eis porque se prefere as rêdes de arame ou melhor, as cercas metálicas, mais difíceis de descobrir. Graças às arvores, que constituem estacas naturais, a instalação das rêdes ou das cercas é muito rápida. Seu traçado fórma uma série de rêdes onde o inimigo virá, provavelmente, entranhar-se.

Como vemos, o traçado do obstáculo é muito mais delicado nos bosques do que em terreno descoberto; êle exige de parte do chefe, muita prática e também um pouco de imaginação.

Entre as diferentes linhas de defesa, serão estabelecidas **diagonais** constituídas por sapas organizadas defensivamente e cobertas por uma rede de arame.

Enfim, **redutos** serão construídos ou em pleno bosque, em pontos bem escolhidos e que tenham campo de tiro — geralmente nos cruzamentos importantes — ou na orla oposta do inimigo. Serão cercados pelas rêdes de arame.

## B) — DEFESA DE UM BOSQUE ISOLADO.

Quais as disposições a tomar no caso de um bosque isolado?

(Fixemos primeiramente, que não se trata de bosques de pequenas dimensões. Estes são, como já dissemos, verdadeiros ninhos de obuses, dos quais a infantaria foge sistematicamente).

Na defesa de um bosque isolado as regras anteriores são applicáveis com determinadas adaptações. Estas resultam, em ultima análise, do fato de que um bosque isolado:

- póde abrigar órgãos de flancamento excelentes, que agirão em proveito da defesa geral da posição;



- deve ter os flancos e as saídas bem batidas pelo fogo, de maneira a impedir os movimentos de desbordamento ou de envolvimento.

Por consequência, o que caracteriza a defesa de um bosque isolado, é a organização nas suas orlas laterais e seus arredores de um sistema de fôgos, tendo um duplo fim:

- 1.º — procurar, em benefício do conjunto da posição, flanqueamentos cuja intervenção pôde ser decisiva no combate;
- 2.º — impedir os movimentos de desbordamento e de envolvimento, permitindo realizar ações de fôgos poderosos nos terrenos descobertos circunvizinhos.

Disso resulta que:

- o traçado da linha principal de resistência no interior do bosque será ligeiramente avançado ou recuado em relação ao traçado geral dessa linha;
- redutos serão preparados nas orlas laterais, si possível na parte posterior do bosque, de maneira a bater com seus fôgos os terrenos descobertos na visinhança.

De outra parte, na previsão da eventualidade do inimigo se apoderar do bosque e procurar sair dele, uma linha de defesa será organizada à retaguarda do bosque. Ela manterá sob seus fôgos as desembocaduras e abrigará as reservas destinadas a retomar o bosque, apoiando-se nos redutos que já falamos.

E' desse modo que se deve geralmente encarar o emprego das reservas.

Será muito difícil desencadear um contra-ataque no interior do bosque, pois o acúmulo de obstáculos faz com que seja impossível uma progressão rápida. Isto quer dizer que se não deve empregar as reservas **em contra-ataques no interior do bosque, mas poder-se-á empregá-las no exterior**, em contra-ataques que visem retomar o bosque.

Entretanto, contra-ataques imediatos efetuados por pequenas fracções (pelotões, por exemplo), com o fim de retomar um elemento de trincheira perdida, são as vezes possíveis.



Enfim, para terminar, daremos uma palavra sobre a organização do comando. Todas as vezes que as dimensões do bosque o permitam, confiar-se-á a defesa a uma mesma unidade.

No caso contrário, dar-se-á a um mesmo chefe a defesa de uma zona compreendendo uma orla lateral e o terreno descoberto que dela se póde bater pelo fogo.

Pode-se também defender um bosque de um modo passivo. Por exemplo, quando o bosque é atravessado por um curso d'agua e a sua situação topográfica o permite, podemos defendê-lo realizando uma inundação combinada com a criação de obstáculos: abatazéis e rêdes de arame. Sendo os bosques grandes comedores de efetivos, esta solução terá que ser muitas vezes adotada pelo comando como medida de economia e nesses casos é de grande importância o papel desempenhado pela Engenharia.

### III — OPERAÇÕES OFENSIVAS NOS BOSQUES

Vejamos agora quais as prescrições relativas às operações ofensivas:

A) — Na aproximação e tomada de contacto as formações da I. em uma zona matosa, se dissimular às vistas aéreas e terrestres do adversário. Mas, em compensação, ela terá uma lentidão maior nos seus movimentos e estará sujeita a erros de direção e ao perigo das surpresas. Além disso as ligações serão difíceis de assegurar.

Entre todas, a maior dificuldade para a I. será a de conservar a sua direção de marcha. Mesmo com a bússola e com os demais processos empregados para manter a direção, os erros serão por vezes inevitáveis, porque decorrerão da própria natureza do terreno.

A I. deve evitar estacionar nos cruzamentos, nas clareiras e nos caminhos transversais, afim de não atrair os fogos da artilharia e da aviação. Deve também ficar em condições de poder descobrir rapidamente os locais infetados pelos gases.

Desde que ela entre numa região, onde o encontro com o inimigo seja possível, deverá tomar uma formação que lhe permita:

- a) — garantir a manutenção da direção;
- b) — evitar as emboscadas;
- c) — ter instantaneamente na frente uma linha de fogos contínua e densa e, nos flancos, uma sólida cobertura.



Daí resulta que o Escalão de fogo, desde os primeiros contactos, deve ser fortemente constituído, dispondo as Cias. de Seções de Mtrs. postas à sua disposição.

Uma reserva deverá também ser constituída, para fazer face aos incidentes que se podem produzir no decorrer da progressão.

O papel desta reserva é de grande importância, uma vez que a progressão num bosque é **realmente sempre uma marcha no desconhecido**. Ela deverá estar em condições de intervir rapidamente, o que obriga a colocá-la nas proximidades imediatas do chefe.

As Cias. serão precedidas de esclarecedores, guiados por oficiais, os quais marcharão bem na frente, afim de descobrir os abatizes, as rêdes, as trincheiras, etc., isto é, evitar as emboscadas preparadas pelo inimigo.

Far-se-á paradas de curta duração nas proximidades das transversais nitidamente visíveis e também nos côrtes transversais importantes. Durante estas paradas reajusta-se e põe-se em ordem o dispositivo e restabelece-se as ligações.

Podemos resumir dizendo que, nos preliminares do combate ofensivo, o mais difícil para o atacante é **o deslocamento do seu dispositivo, em ordem**. Todas as medidas que visem evitar a desordem nestas operações. serão empregadas, porque como já vimos — o defensor procura por todos os meios obter este resultado.

**B) — Ataque propriamente dito.**

Tal como fizemos para a defesa, vamos para facilidade do estudo, considerar dois casos: o ataque de uma zona coberta de mato e o ataque de um bosque isolado.

**1) — Ataque á uma zona coberta de mato.**

Certas regiões de florestas ou de matas se apresentam em grandes extensões, quer no sentido da frente, quer no da profundidade.

Os bosques são tão proximos uns dos outros, que as faixas de terreno limpo que os separam são muito estreitas para permitir os movimentos de desbordamento. Neste caso o ataque terá que ser realizado por pedaços sucessivos, cada um deles delimitado pelas linhas naturais do terreno, ou por outras circunstâncias especiais.

O nosso R. E. C. I. (2.<sup>a</sup> parte) na pag. 333 reconhece que frequentemente é reduzida a ação das bases de fogo, somente utilizadas para proporcionar á I. que ataca uma certa proteção



por fôgos de neutralização sistemática, dirigidos contra pontos sensíveis (corredores, clareiras, vias de comunicação, etc.) e executados **"com extrema margem de segurança"**.

Também à artilharia pode-se pedir tiros de neutralização muito na frente das tropas amigas.

Diz ainda o mesmo Regulamento:

"Si o bosque apresenta grande desenvolvimento, esses tiros são aplicados **por faixas sucessivas**, em correlação com os **lanços previstos**".

Em qualquer situação, a questão torna-se bastante delicada para a I., cujo Escalão de fogo terá assim que suprir a deficiência desse apoio. Por isso é comum atribuir-se a esse Escalão de fogo de metralhadoras, petrechos e eventualmente carros.

Para assegurar a direção do ataque, estuda-se convenientemente o terreno cujos pontos de referência são de preferência os caminhos, orlas de mato, cristas e várivas.

As fotografias aéreas facilitam este estudo que deve ser ainda completado por informações de habitantes, guias, lenhadores, etc., da região. Durante os deslocamentos a direção é sempre dada pelo seu azimuth (ângulo de marcha).

As ligações devem merecer cuidados constantes. Elas geralmente são asseguradas:

— ligação de comando: agentes de ligação, mensageiros;

— ligação entre as unidades: a vista ou por pequenos destacamentos;

— ligação entre os movimentos: por paradas de curta duração, nas proximidades de transversais nitidamente visíveis e após a conquista de cada objetivo.

Como objetivos devem se fixar linhas do terreno fáceis de identificar.

Os efetivos a empregar devem ser os indispensáveis à manobra prevista. A regra na dosagem de forças é a economia, o que quer dizer, só empregar o estritamente necessário.

"A manobra de conjunto apresenta-se sob a forma de uma série de ataques localizados, tendo principalmente por objetivos as encruzilhadas, por isso que a manutenção de um bosque repousa na posse de todas as suas encruzilhadas". (R. E. C. I. — 2.<sup>a</sup> parte — n. 669).

As manobras de infiltração dos pequenos elementos da I.



assumem um aspecto importantíssimo, como também os desbordamentos pela abertura de picadas, etc.

Quando a I. surpreende o adversário, deve passar imediatamente ao assalto.

As reservas, neste caso de bosques largos e profundos, devem ser empregadas "em princípio, por passagem de linha após cada fase do ataque, enquanto as tropas anteriormente empregadas se reorganizem e limpem o terreno conquistado". Elas se deslocam por laços, prontas a constituir uma linha de deter, destinada a acolher as unidades de 1.º escalão e parar uma progressão eventual do inimigo.

A Infantaria procura primeiro tomar pé na orla, depois progredir pelo interior, num dispositivo que satisfaça as seguintes condições:

- manter a direção;
- ter imediatamente, na frente, uma linha de fogo contínua e densa;
- assegurar a cobertura dos flancos;
- ter uma reserva bem na mão.

Desde o encontro com o inimigo em marcha, o escalão de fogo fortemente constituído, entra em ação, progride sem parar — os F. M. atirando em marcha — depois precipitar-se-á contra o adversário.

Si se trata de um inimigo em posição, a infantaria toma o contacto com prudência, procura definir seus ninhos de resistência, ao mesmo tempo que a natureza e o traçado dos obstáculos que os cobrem. Si, após essa tomada de contacto prudente, nenhum obstáculo sério (rêde, cercas, abatizes solidos) foi assinalado, então a infantaria, depois de se pôr em ordem, passa ao ataque, progride para a frente, por pequenas colunas ligadas à vista, sob a proteção de seus engenhos de tiro curvo e notadamente de seus stoks. As direções são fixadas de maneira a evitar que as colunas caiam sob o fogo dos órgãos da defesa, conhecidos ou supostos; elas afastam-se-ão, com esse fim, dos côrtes naturais ou artificiais, dos caminhos ou das clareiras sistematicamente enfiadas pelas armas automáticas.

Num macisso matoso, a artilharia pouco póde fazer. Seus tiros são processados por largos lanços e se fixam na suposta linha guarnecida pelo adversário em consequência do estudo dos



fotos do avião. Depois, são levantados no momento em que a infantaria passe ao ataque e transportados para os prováveis lugares ocupados pelas reservas inimigas.

Si porém, como vimos na defesa, a linha inimiga está instalada no interior do bosque, em condições tais que as fotos não revelem, a infantaria é obrigada a reconhecer essa linha por seus próprios meios. Si, de resto, essa linha é contínua e coberta de defesas acessórias, a infiltração e o desbordamento sendo neste caso impossível, ela deve esperar, ou que a artilharia pratique brechas suficientes no obstáculo, ou que as operações levadas a efeito no exterior do macisso tenham quebrado a resistência do adversário.

Ainda mais, conforme a distância a que a linha de resistência inimiga foi estabelecida no interior do bosque, a infantaria de ataque pôde ser obrigada a recuar até a orla, e mesmo mais atrás, durante a execução dos tiros de destruição.

Enfim, a ligação infantaria-artilharia é de realização muito difícil, pois não poderá contar com o balisamento por painéis ou fôgos de bengala. Conclusão: o apoio que a artilharia pode fornecer á infantaria é precário.

O emprego dos carros permitirá remediar essa situação pouco favorável para a infantaria ?

Eis o que dizem os regulamentos francezes:

"Num terreno coberto pouco favorável ao apoio pela artilharia, o comando é frequentemente levado a empregar os carros que, aproveitando as dificuldades de ação da artilharia inimiga, podem intervir utilmente, mesmo no interior das localidades e **nos bosques, quando estes são praticáveis**. Todavia, num tal terreno, o efeito moral dos carros é sensivelmente diminuído e é preciso esperar da parte da infantaria adversa uma defesa mais obstinada".

Como vedes, nos bosques que são permeáveis aos carros, o emprego destes engenhos pôde prestar grandes serviços á infantaria e permite resolver, em parte, as dificuldades apontadas no emprego da artilharia em proveito imediato da infantaria.

Mas, por outro prisma, a infantaria deve, mais que em terreno descoberto, auxiliar e proteger os seus carros.

Em definitivo, para nós, infantaria é que, nos bosques, a infantaria, em princípio contará com si mesma, e que em face da



falta de artilharia ela deverá ser reforçada com engenhos de tiro curvo, notadamente em stoks.

Si o inimigo cede, a perseguição é organizada e a limpeza da posição executada. São encarregadas destas operações as unidades reservadas.

Em caso de insucesso, melhor será, na maioria dos casos, não insistir, pois as condições de preparação do ataque serão sempre más e arriscar-se-á a um novo insucesso, talvez mais sangrento que o primeiro. Que fazer então numa tal situação? No momento, a única solução possível é adotar uma atitude defensiva e esperar que a artilharia tenha suficientemente desbastado o bosque para permitir uma boa observação e a retomada do ataque.

### ATAQUE DE UM BOSQUE ISOLADO

Vimos que a defesa de um bosque isolado repousa:

— na criação de linhas de defesa sucessivas no seu interior;

— na organização de poderosos flanqueamentos;

— na defesa das desembocaduras.

A concepção normal do ataque a um tal sistema de defesa é, como dizem os regulamentos, de não fazer cair a resistência de frente, mas de fixá-la enquanto que as unidades, bem apoiadas pela artilharia e eventualmente por carros, procuram desbordá-lo ou envolvê-lo, progredindo nos terrenos descobertos que bordam as orlas laterais. Depois, logo que o movimento de desbordamento ou de envolvimento está em situação de inquietar os defensores, as unidades propriamente consagradas ao bosque procedem a sua limpeza.

Não insistiremos sobre a progressão no interior do bosque; ela é igual a do macisso matoso. Estudaremos somente a manobra de desbordamento ou de envolvimento.

Como devemos compreendê-la?

O assaltante, para progredir, deve procurar escapar aos fôgos de flanqueamento da defesa, e para isso passar fóra de sua zona de ação. Esta zona de ação, porém, póde ser muito extensa e até atingir o extremo alcance das armas automáticas. De outro lado, esse movimento, admitindo-se que não seja impossível pela presença de outros bosques, arrisca, si é executado muito



longe dos bosque atacado, não ter nenhuma ação nem moral, nem material sobre o defensor bem instalado em solidos abrigos. Por isso pensamos que o desbordamento ou o envolvimento se executará **costeando as orlas laterais**. Procedendo assim, o assaltante escapa dos fôgos de flanco que partem da orla e ameaçam diretamente o defensor.

Mas essa ameaça será suficiente para obrigá-lo a bandonar o bosque? Nem sempre. Certamente, ha numerosos exemplos da Grande Guerra, onde uma simples ação de desbordamento bastou para fazer o adversário fugir; ao contrário, muitas vezes, desbordado e mesmo envolvido, o inimigo permanecia no seu posto.

De sorte que, se pôde estabelecer como princípio, que o movimento de desbordamento deve ser conjugado com uma ação executada na orla frontal. Essa ação realizada com os efetivos de infantaria estritamente indispensaveis consiste, primeiro em tomar pé na orla, depois procurar penetrar no bosque. E' desse modo que a defesa do bosque será fixada, impedida de fazer agir seus flanqueamentos e manobrada. Asfixiado na orla frontal, sentindo-se desbordado ou envolvido, o defensor será levado, num tempo mais ou menos longo, ou a se render, ou a se retirar.

Vejams a execução propriamente dita do movimento de desbordamento ou de envolvimento.

A infantaria fortemente escalonada em profundidade para deter as surpresas que podem surgir do bosque, costeará as orlas laterais sob a proteção de suas bases de fôgo, da artilharia e, eventualmente dos carros.

**Suas bases de fôgo** instaladas, geralmente, nos flancos do ataque, neutralizarão os órgãos de fôgo da defesa por tiros sistematicos executados contra a orla desbordada, realizando de algum modo verdadeiros "contra-flanqueamentos".

A artilharia, por seu lado, intervirá, de uma parte em apoio direto sobre as orlas desbordadas, de outra parte, em proteção sobre as zonas de terreno descoberto, donde o inimigo possa agir por seu fôgo, nos flancos e nas desembocaduras do bosque. Os carros enfim; si o ataque deles dispõe, costearão as orlas auxiliando eficazmente a infantaria.

#### **Como conclusões:**

A ideia que predomina na manobra do atacante é a de em princípio, não efetuar isoladamente nenhum ataque frontal.



A operação deve comportar dois atos simultâneos; uma ação frontal e outra de desbordamento, cuja amplitude variará com as facilidades oferecidas pelo terreno, mas que, em todos os casos, comportará uma progressão de elementos de I. ao longo de uma ou das duas orlas laterais do bosque atacado.

Os bosque de pequenas dimensões são geralmente tomados por envolvimento.

Em qualquer caso a ocupação do objetivo requer, como necessidades imperiosas, o restabelecimento da ligação com as unidades vizinhas e a limpeza dos arredores imediatos.

A exploração do sucesso deve ser rápida e enérgica para pro-veitar os efeitos da surpresa que os bosques proporcionam.

“Antes de sair de uma orla de bosque, é necessário restabelecer a ordem nas frações empenhadas, modificar, si for o caso, o dispositivo de ataque e verificar as ligações. Sãe-se em seguida do bosque como de **uma base de partida**, e, particularmente, sob a proteção de uma base de fôgos, fortemente constituída. (R. E. C. I. — 2.<sup>a</sup> parte — n. 670).

Todo o ataque a um bosque merece um estudo pormenorizado, não só no preparo mesmo da operação (estudo dos característicos do bosque, busca de informações sobre os órgãos de defesa, etc.) como também na concepção da manobra (direções, objetivos sucessivos do ataque frontal e dos ataques de flanco, efetivos a empregar, apoio de fogos, organização da limpeza, localização e missão das reservas, etc.).

As mais das vezes a I. só poderá contar com seus próprios meios e assim mesmo certos meios (bases do fôgo por exemplo), geralmente não poderão ser empregados com o maximo de efficacia. Por esta razão ela sofrerá duros combates, no meio das piores emboscadas, que tornam extremamente difficil a manutenção da sua coesão. O sucesso dependerá da iniciativa, da prudência e da audacia das pequenas unidades da I. Eis porque escrevemos no início e repetimos agora no final da nossa conferência, esta grande verdade:

“O combate dos bosque é, antes de mais nada, uma luta de infantaria”.



## O problema do sitio

Pelo Cap. ALUIZIO DE M. MENDES

“O ângulo de sitio (ou sitio) é o ângulo que forma a linha de siti com o plano horizontal”, assim se exprime, — quando define a questão — a Instrução Geral para o Tiro. Posto desta forma, o problema do sitio nenhuma dificuldade apresenta. Cada qual sabe perfeitamente medir o ângulo assim formado ou mesmo calcula-lo pela sua tangente.

Mas, o assunto não é, de natureza, tão simples como parece. Vejamos porque:

*A arma da artilharia é o projétil.* Antes de mais nada é preciso que um material qualquer de artilharia, para que possa dar os resultados que dêle se espera, seja em principio, dotado de um projétil eficaz e, portanto, dotado também das melhores qualidades balísticas.

Em seguida é preciso que *este projétil atinja o objetivo assinalado*. Para se conseguir isso é indispensável ter-se:

I) um instrumento de lançamento — a peça — que por sua carga permitirá lançar o projétil com a velocidade inicial necessária para levar o projétil ao ponto desejado;

II) um reparo para suportar a peça ou canhão propriamente dito, *estável e resistente*, ao mesmo tempo *móvel* e dotado de um grande campo de tiro horizontal e vertical.

Mas, não é tudo. Resta ainda resolver-se uma série enorme de problemas capitais concernentes ao emprêgo do material durante o tiro, dos quais faremos sobresair apenas neste momento, um problema técnico de real importância: o Problema do sitio.

Para que, porém, se atinja o objetivo designado é preciso que a trajetória passe pelo alvo. Eis a complicação. Si o alvo está na mesma altitude que a peça, estará — *ipso facto* — no ponto ou região que os regulamentos chamam “o ponto de queda das tabélas”. A solução é, pois, imediata e facil.



Na prática o alvo está raramente na mesma altitude que a peça. A solução já não tem o mesmo cunho de simplicidade.

De um modo geral, o comandante da bateria conhece:

I) — a distância topográfica  $D$  do objetivo  $B$  á bateria  $O$ ;

II) — a diferença de altitude  $h$  entre estes dois pontos.

O ângulo  $AOB$ , de acordo com a definição acima, é o *sítio* do objetivo considerado que se designa pela letra  $S$ . Tem-se então:

$$\operatorname{tg} S = \frac{h}{D}$$

As tabélas de tiro dão, em minutos e centesimos de minutos, os valores do ângulo de *sítio*  $S$  nas diferentes distancias para uma diferença de altitude de um metro.

*“A influência do sítio é particularmente sensível nos tiros realizados á fraca distância e com grande velocidade inicial. O ângulo de queda é, então, pequeno; um erro de 1 metro na avaliação da elevação do alvo póde acarretar um erro de alcãce no valor de 50 metros”.* (Instrução Geral para o Tiro, § 183 a).

Após estas considerações preliminares, o problema do *sítio* consiste, pois, em deduzir-se de  $D$  e de  $h$ , ou de  $D$  e de  $S$ , o ângulo de projeção  $\varphi_1$  dando uma certa trajetória  $T_1$  passando pelo alvo. Basta ler-se na tabéla de tiro, o ângulo de elevação  $\varphi$  que figura em face da distância do objetivo  $D$ , lido na columna dos alcãces (excepção feitas das correções balísticas e aérológicas), dando a trajetória  $T$  passando por  $A$ . Trata-se de deduzir  $\varphi_1$ .

### HIPÓTESE DA RIGIDEZ DA TRAJETÓRIA

Quando o ângulo de *sítio* é pequeno (inferior a 10 milésimos) e que o ângulo de tiro ( $\varphi$ ) é inferior a 10 grãos, admite-se que se póde obter a trajetória passando pelo alvo  $T_1$  fazendo girar em torno do ponto  $O$ , bôca da peça, a trajetória  $T$  de um ângulo igual ao *sítio*  $S$ . Praticamente é o que na realidade se passa nos tiros tensos, executados com grande velocidade inicial.

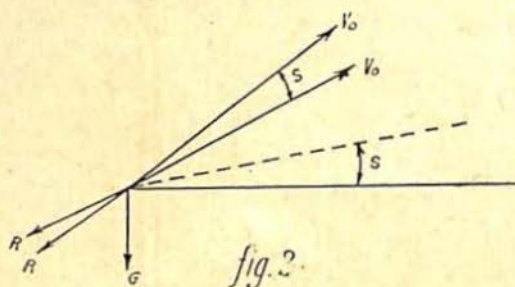
No movimento de rotação acima falado, a rêta  $OA$  se sobrepôr á  $OB$ . Ora, a diferença de altitude  $h$  sendo pequena em







não é a mesma nem em direção nem em grandeza. A trajetória por conseguinte se deforma.



No caso precedente, o ângulo formado por G e R (fig. 2) na origem não tendo sensivelmente mudado, a trajetória  $T_1$  (fig. 1) de base OB pôde ser confundida com a trajetória T de base OA. Para se ter o ângulo  $\varphi_1$ , introduz-se no ângulo  $\varphi$  não mais a simples correção do sítio S, porém, esta mesma correção S acrescida de uma outra OC que se chama correção complementar do sítio:

$$\varphi_1 = \varphi + S + L$$

*Calculo* — Para maior clareza partâmos do estabelecimento da equação de uma trajetória no vácuo.

O movimento realiza-se no plano vertical contendo a velocidade inicial.

Adotando-se como eixo dos x a projeção horizontal da velocidade inicial, e, como eixo dos y a vertical ascendente e, ainda, partindo-se da equação geral de uma parábola de diretriz vertical  $X^2 = 2py$ , teremos como equações do movimento

$$\frac{d^2x}{dt^2} = 0, \quad \frac{d^2y}{dt^2} = -g$$

Donde, designando por  $V_D$  a velocidade inicial, por  $\varphi$  o ângulo de projeção:

$$x = V_0 t \cos \varphi$$

$$y = V_0 t \sin \varphi - \frac{1}{2} g t^2$$

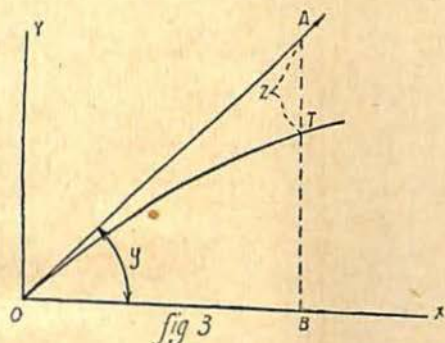


O movimento é, pois, completamente determinado pelos dois elementos dados  $V_0$  e  $\varphi$ .

Eliminando-se  $t$  obtem-se a equação da trajetória:

$$y = x \operatorname{tg} \varphi - \frac{1}{2} \frac{g}{V_0^2 \cos^2 \varphi} x^2$$

O mesmo resultado será obtido se considerarmos a figura 3: Seja T a posição do projétil no tempo  $t$ . Fazendo abstração da



gravidade, esse movimento seria retilíneo e uniforme; no tempo  $t$  estaria em A, e

$$OA = V_0 t$$

Mas, o projétil é submetido á gravidade. No fim do tempo  $t$  o projétil acha-se em T, tal que:

$$AT = \frac{1}{2} g t^2 \quad (a)$$

Ter-se-á pois:

$$x = OB = OA \cos \varphi = V_0 t \cos \varphi$$

donde se tem:

$$t = \frac{x}{V_0 \cos \varphi} \quad (b)$$



$$Y = BT = AB = AT = OA \sin \varphi \frac{1}{2} g t^2$$

$$Y = V_0 t \sin \varphi - \frac{1}{2} g t^2$$

Substituindo-se  $t$  pelo seu valor (b):

$$\begin{aligned} Y &= x \frac{\sin \varphi}{\cos \varphi} - \frac{1}{2} g \frac{x^2}{V_0^2 \cos^2 \varphi} = \\ &= x \operatorname{tg} \varphi - \frac{1}{2} \frac{g}{V_0^2 \cos^2 \varphi} x^2 \end{aligned}$$

Abaixamento em um ponto é a distância  $AT = Z$  que separa o projétil  $T$  do ponto  $A$  em que a sua vertical encontra a tangente na origem.

Na expressão (a) acima, temos que

$$Z = AT = \frac{1}{2} g t^2$$

A expressão (b) nos dá o valor de  $t$ :

$$t = \frac{x}{V_0 \cos \varphi}, \text{ donde}$$

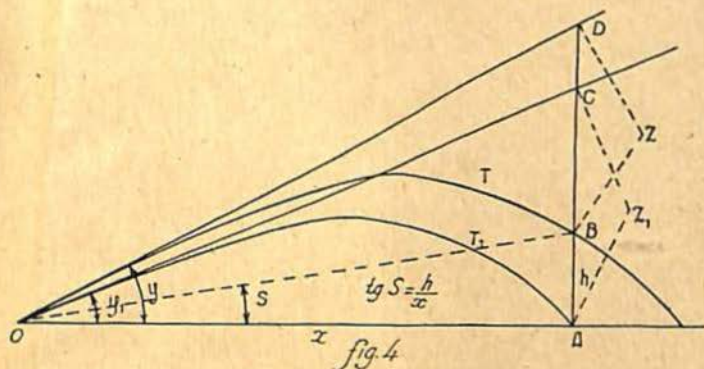
$$Z = \frac{1}{2} g \frac{x^2}{V_0^2 \cos^2 \varphi}$$

Esta última expressão mostra que, nos pontos de mesma abscissa  $x$ , sobre trajetórias de mesma velocidade inicial  $V_0$ , porém, de ângulos de projeção diferentes: "os abaixamentos são inversamente proporcionais aos quadrados dos cosenos dos ângulos de projeção".

Constatou-se que, no caso do tiro tenso sob grandes velocidades iniciais, esta propriedade pertencia também às trajetórias no ar. Esta observação é devida ao Tenente de artilharia de marinha francesa Piton-Bressant que em 1848 pesquisando acerca



do problema balístico principal chegou a este resultado. Ela é conhecida sob o nome de *hipótese do Aide-Mémoire*. E' por seu intermédio que se pôde deduzir um método rápido de construção gráfica das trajetórias e, *uma solução aproximada do problema do sitio*: correção complementar.



Aplicando a hipótese do Aide-Mémoire aos dois pontos A e B (fig. 4) de mesma abscissa  $x$  sobre as trajetórias  $T$  e  $T_1$ , temos:

$$\frac{Z}{Z_1} = \frac{\cos^2 \varphi_1}{\cos^2 \varphi}, \text{ porém, } Z = x \operatorname{tg} \varphi - h \quad \text{e} \quad Z_1 = x \operatorname{tg} \varphi_1$$

$$\frac{x \operatorname{tg} \varphi - h}{x \operatorname{tg} \varphi_1} = \frac{\cos^2 \varphi_1}{\cos^2 \varphi}, \text{ mas, } \frac{l}{\cos^2 \varphi} = l \operatorname{tg}^2 \varphi;$$

vê-se pelo exposto que se pôde obter nessa equação do segundo grau um  $\operatorname{tg}^2 \varphi$  sem se conhecer  $\varphi$ . Com efeito:

$$\frac{x \operatorname{tg} \varphi - h}{x \operatorname{tg} \varphi_1} = \frac{\operatorname{tg} \varphi - x}{\operatorname{tg} \varphi_1} = \frac{\operatorname{tg} \varphi - \operatorname{tg} S}{\operatorname{tg} \varphi_1} = \cos^2 \varphi_1 (1 + \operatorname{tg}^2 \varphi) \text{ donde}$$

$$\cos^2 \varphi_1 \operatorname{tg} \varphi_1 \operatorname{tg}^2 \varphi - \operatorname{tg} \varphi + (\cos^2 \varphi_1 \operatorname{tg} \varphi_1 + \operatorname{tg} S) = 0$$



Nesta equação conhecemos  $\varphi_1$  e  $S$ , podemos pois, calcular as duas raízes em  $\text{tg } \varphi$ . Uma corresponde ao tiro vertical ( $\varphi > 45^\circ$ ), outra ao tiro mergulhante. Conservemos esta última, ela nos dá o ângulo  $\varphi$  procurado.

Vê-se que ele não depende senão de duas grandezas  $S$  e  $\varphi_1$ . Uma vez  $S$  e  $\varphi_1$  dados,  $\varphi$  pôde ser calculado e os valores obtidos são válidos tanto para o 75 como para o 155, isto é, qualquer que seja o material utilizado. Da mesma forma será a correção complementar do sitio  $d$  que, após estas considerações pôde ser calculada:

$$d + S = \varphi - \varphi_1, \text{ donde } d = \varphi - (\varphi_1 + S)$$

Pôde-se pois, por meio da equação acima construir-se um quadro de dupla entrada dando a correção complementar do sitio. Este quadro é o que figura nas tabélas de tiro.

Compõe-se de duas partes, uma para os alvos mais elevados que a peça (sitio positivo), outra para os alvos menos elevado que a peça (sitio negativo). Este quadro é identico para todos os materiais.

Ora, a correção complementar do sitio é fundada, como vimos, numa simples hipótese.

Ela acarreta um erro; constitue como dissemos no começo, uma solução aproximada do problema. Baseada em condições irreais na prática, está longe de resolver plenamente o assunto, nas condições comuns em que é pôsto o problema balístico principal: "Estudar o movimento, em relação á eixos fixos, do centro de gravidade do projétil, num meio atmosférico calmo que lhe opõe uma resistência tangencial determinada".

A hipótese do Aide-Mémoire não se aplica senão imperfeitamente ás trajetórias *curvas sob grandes velocidades iniciais* dos canhões modernos. Os atuais canhões fabricados com metal que teve o seu limite elástico elevado á proporções enormes pelos modernos processos metalurgicos, capazes portanto de suportar enormes pressões de ordem de 3.000 á 3.500 kgs. por centimetro quadrado, necessitam para a justeza de seus tiros um método mais preciso de determinação do sitio exato.

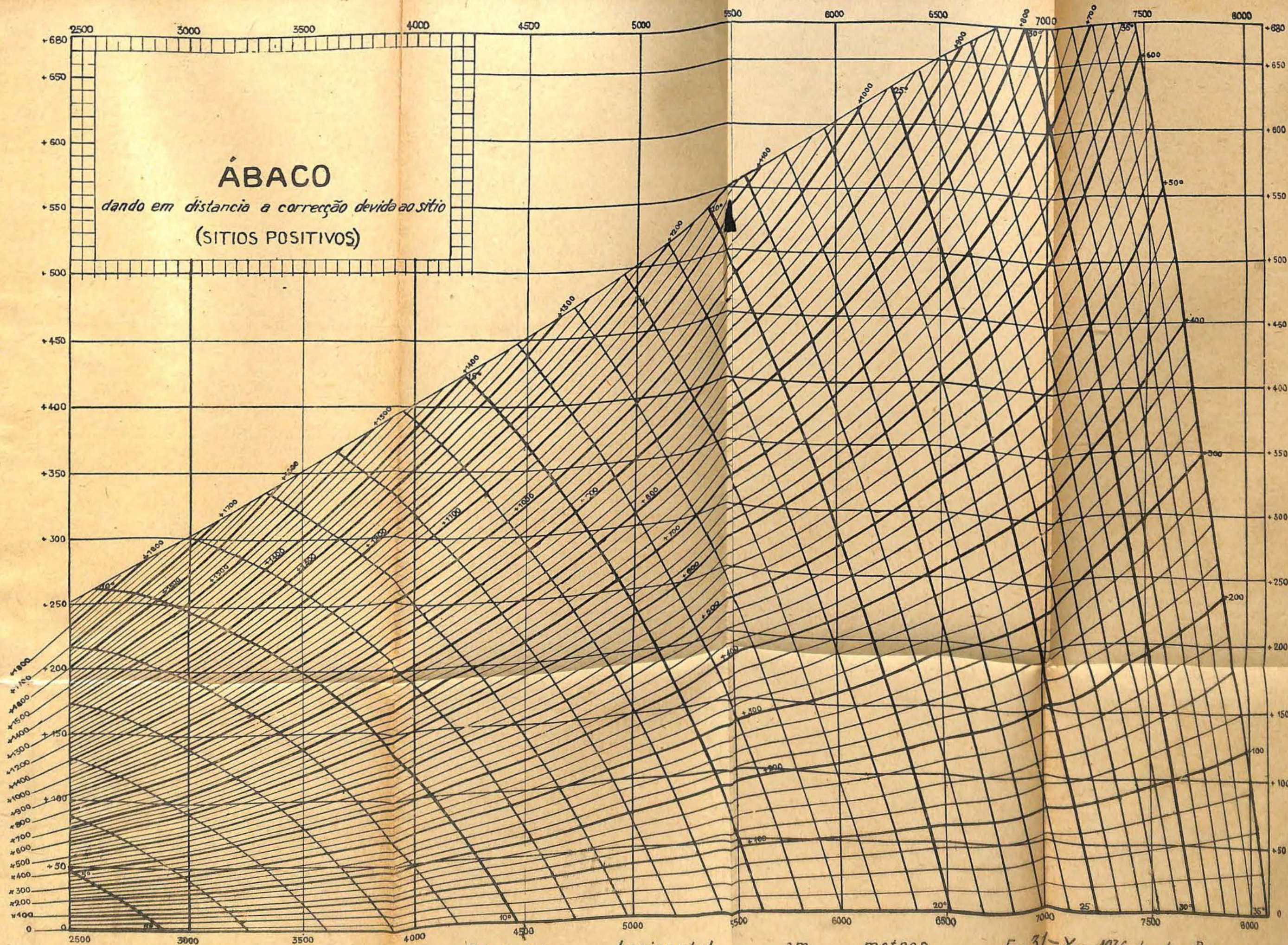


# ÁBACO

dando em distancia a correcção devida ao sitio  
(SITIOS POSITIVOS)

Altitude em metros

Altitude em metros



Copia Feita na 5ª Secção do E.M.E.

Distancia horizontal em metros

Em 31-X-1936, desenhou, Damasceno.



## NOMÓGRAMOS DE SITIO

Esta solução é fundada na utilização das rêdes de trajetórias, calculadas, já se vê, pelos recentes métodos balísticos, métodos por arcos sucessivos (processos de Gâvre e processo de G. H. M.).

Consiste simplesmente em colocar nas mãos do artilheiro uma rêde de trajetórias correspondentes á ângulos de projeção regularmente escalonados para *cada carga e cada projétil*, por conseguinte para cada  $V_0$  e cada coeficiente balístico utilizaveis.

O nomógrama ou abaco incluso é o de uma granada explosiva de 75, carga normal, de  $V_0 = 550$  mts. e coeficiente balístico

$$C = 7,60 \times \frac{1}{10^4}; \text{ sitio positivo.}$$

Colocando-se sobre o abaco, na escala do gráfico, a distância topográfica ou corrigida e, elevando uma perpendicular correspondente á diferença de nível entre a bateria e o objetivo ter-se-á diretamente ou por simples interpelação, o *ângulo de elevação da trajetória á utilizar*.

O problema fica assim corretamente resolvido.

As caudas das trajetórias são completadas por uma rêde de curvas de correções graduadas em metros.

Como organizar, porém, o abaco? É bastante laborioso, tendo-se em vista que são necessarios 2 abacos por projétil e por carga: uma para os sitios positivos e outro para os negativos. O método a empregar para calcular os elementos das trajetórias da rêde correspondente é o método por arcos, extremamente trabalhoso, apesar de sua extrema precisão.

Exemplo: Suponhamos que com o abaco junto tivéssemos que calcular o aumento de elevação e dar a uma peça, atirando a 6.000 metros sobre um objetivo mais alto que a peça de 100 metros, ter-se-ia rapidamente o seguinte resultado:

I) — Angulo de elevação  $\varphi = 18^\circ 5'$ .

II) — A diferença de nível + 100 mts. corresponde a um aumento de alcance de + 185 metros.



## CONCLUSÃO

Como acabamos de mostrar, o problema do ângulo de sitio é de grande importância.

Dentre as inúmeras causas de erros que dificultam a justeza do tiro:

1.<sup>o</sup> — erros devidos a determinação das coordenadas da peça diretriz;

2.<sup>o</sup> — erro na determinação da altitude da peça diretriz;

3.<sup>o</sup> — erro na determinação e utilização das direções referências;

4.<sup>o</sup> — erros devidos as tabelas de tiro motivados pela incerteza na avaliação das condições aérológicas e balísticas do momento;

5.<sup>o</sup> — erros gráficos nas operações com a prancheta;

6.<sup>o</sup> — erro na determinação das coordenadas do objetivo;

Devemos incluir o erro comumente cometido na determinação da altitude do objetivo. Dêsse erro resulta um erro de sitio. Ora, si agravamo-lo com outro erro ocasionado pela natureza do processo de avaliação dessa correção — adotando indevidamente, por exemplo, a hipótese da rigidez da trajetória ou da complementar do sitio — teremos consideravelmente prejudicado a precisão da nossa preparação do tiro.

Devemos, pois, urgentemente completar as nossas tabelas de tiro e adestrar o nosso pessoal de acordo com essa orientação.

## O analfabetismo

O Estado do Piauí cujo perimetro total atinge 2.805 km., com area de 245.582 km. quadrados e cerra de 848.658 habitantes, possui apenas 279 escolas das quais duas de ensino superior. Possui, do cerca de 44 municipios e 3 habitantes por quilometro quadrado, atinge o Estado do Piauí a cifra de 1 escola para cada grupo de 3.050 habitantes, o que é positivamente um verdadeiro despropósito. O exemplo acima serve apenas para mostrar um aspecto desolador do problema do analfabetismo no Brasil. A sua solução depende de todos nós e de nossa máxima boa vontade. O que se passa com o Estado do Piauí, passa-se com todos os outros Estados da Federação.



# SECCÃO DE ARTILHARIA DE COSTA

Redator: PRATTI DE AGUIAR

## O CURSO DE FORTIFICAÇÃO DO CIAC

Por A. LEITÃO MACHADO, 1.º Ten. instrutor do CIAC.

A FORTIFICAÇÃO estudada no C. A. A. C. é, eminentemente, um curso de Fortificação costeira.

Para complemento de seu livro, o Cel. Miller (USA) pensa em adicionar-lhes as modernas teorias e ideias fortificativas das fronteiras terrestres, de Normand, Levecque, Chauvineau e Schwarz, tornando-o assim o compendio mais completo, em lingua portuguesa, sobre a materia.

Se bem que importantissimas, estas ultimas noções, não estão em 1.ª urgencia para os artilheiros de costa que cursam o Centro e têm que ser abandonadas em vista do limitado tempo do curso. A propria materia já compendiada é muito sacrificada por esta falta de tempo e alguns de seus capitulos são, apenas, estudados apressadamente.

No CIAC são abordados conhecimentos de applicação pratica e illustração tecnica, quasi todos inteiramente novos para os alunos, do que ha de mais moderno na poderosa Art. de Costa dos EEUU, a maior e mais perfeita do mundo.

A seriação de assuntos é a proprio escala de capitulos do livro do Cel. Miller e para apresenta-la faremos ligeiros comentarios desses capitulos.

### CAPITULO I — PRINCIPIOS GERAIS DA FORTIFICAÇÃO

Todos os tipos de fortificações, terrestres ou costeiras, subordinam-se aos mesmos principios.

Neste capitulo, inicialmente, surge-nos um interessante conceito da distincção entre Fortificação Permanente e Fortificação Passageira. Difere do nosso antigo modo de distinguil-as.

São feitas, após, considerações em torno do valor da Fortificação Permanente, valor este muito discutido. Lembremo-nos, no entanto, que sempre, á ultima hora, correm a pedir-lhe o auxilio prestimoso e incontestado.



A França tem gasto fortunas em actualizar sua célebre "linha Marginot".

A Alemanha aprimora as modernas teorias dos "centros de resistencia" dispersos e protegidos por concreto e aço ou massa de terra, nas fronteiras de possível invasão. Emprega, atualmente, centenas de milhares de homens nessas construções.

Incontestavelmente essas grandes nações acatam e respeitam a Fortificação.

Parece certo o quasi abandono do tipo "concentrado" e o moderno apêgo aos tipos "dispersos", como os preconizados por Normand ou Levecque, ou altamente dispersos como Schwarz indicou.

Muito influe o terreno na escolha de um tipo adequado. A topografia, a hidrografia, a especie geológica e a consistencia do sólo impõem suas razões e orientam os rumos da ciencia fortificativa. Não foge a Fortificação, assim a uma lei geral da guerra.

Cumpre-nos enaltecer aqui, tambem, a tendencia muito atual, de enterrar, da Fortificação. O sub-solo protege bem e disfarça eficientemente.

No Cap. I, ainda, são encarados o "emprego futuro" e o "custo" das obras fortificativas. E' uma pequena orientação, sem grande extensão, mas, ótima advertencia.

Finalmente aparece no mesmo Capitulo o estudo das "condições a serem preenchidas pela fortificação", ou seus principios e objetivos fundamentais, e seus "elementos essenciaes". O valor das considerações em torno de tais assuntos ressaltam á vista por sua vultosa importancia. Lembremo-nos outrossim, que tais principios, objetivos e elementos básicos são comuns aos tipos costeiro e terrestres, de fortificações.

## CAPITULO II — COMPARAÇÃO DAS FORTIFICAÇÕES TERRESTRES E DE COSTA

A comparação desses tipos gira em torno de seus "elementos essenciaes". E' de curiosidade realçada. Nela vemos que os elementos básicos assumem diferentes importancias relativas, entre as fortificações costeiras e terrestres. Argumenta e discute os aspectos diferentes e modos de atuar desses tipos de fortificações. Tem, este capitulo utilissimos ensinamentos.



### CAPITULO III — MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO USADOS EM FORTIFICAÇÃO PERMANENTE

As vantagens e desvantagens dos diversos materiais, na construção de fortificações (costeiras ou terrestres), são encaradas pelo nosso ilustre mestre neste capítulo.

São feitas considerações em torno da terra, do concreto, da alvenaria e do aço, de modo a se lhes cotejar os valores em relação á Fortificação. Assume, esse estudo, o maximo do interesse porque o autor não busca ao acaso ou á simples ideia pessoal, o apoio de suas asserções. Indica inteligentemente, apenas, conclusões das observações dos ataques ás obras na Grande Guerra, por todos os motivos dignas de credito. Cita ainda as observações colhidas com tiros especiais para verificação de efeitos ou experiencias interessantes que nos EEUU têm sido feitas.

### CAPITULO IV — O CONCRETO ARMADO NA CONSTRUÇÃO DE FORTIFICAÇÕES

Neste capítulo, por avultarem importancia no emprego moderno, noções gerais e apreciações muito judiciosas, são feitas em torno da tecnica de construção de fortificações em concreto.

Lembre-mos que o concreto é um material de qualidades excelentes para esse uso e particularmente propicio ao Brasil.

Condensou o Coronel Miller em um capítulo, noções que melhor orientarão e esclarecerão os Officiais que lidam com obras concretadas.

Quasi sempre é assunto novo para os alunos que o escutam com muita curiosidade e interesse. Aprendem as razões gerais da resistencia á compressão, da impermeabilidade, materiais indesejáveis, etc., do concreto destinado a uma fortificação. Este assunto interessa tanto á Fortificação costeira como á terrestre.

### CAPITULO V — EFEITO DOS PROJÉTIS E BOMBAS

Compõe-se de duas partes.

Na 1.<sup>a</sup> parte, são estudados os fatores que influem nos efeitos considerados e que comportam ensinamentos sobre a munição adequada ao ataque aos diferentes tipos de obras á prova e por sua



vez o comportamento dos diversos tipos de materiais resistentes á incidencia de projetis ou bombas.

Na 2.<sup>a</sup> parte aparece-nos um apanhado atraente dos efeitos dos projetis de diferentes calibres na Grande Guerra. E' interessantissima.

Assume, muita vez, a curiosidade de uma leitura de recreio.

O Cel. Miller buscou-as na leitura dos criticos que lhe pareceram mais credenciados.

Referem-se ás observações nas obras belgas e são mais minuciosas e detidas nas obras francesas (Verdun). São feitas interessantes considerações sobre tais elementos e conclusões sensatas são tiradas.

Finalmente, uma util comparação dos concretos simples e armado é feita, estribada no comportamento desses materiais sob o bombardeio. E' um estudo precioso, suave e tão util á Fortificação terrestre como á costeira.

## CAPITULO VI — BATERIAS PESADAS DE ARTILHARIA DE COSTA

Dividiu em 4 partes este estudo, o Cel Miller.

1.<sup>a</sup> parte — Dedicada ao estudo do "tipo disperso" de Bateria de Costa. Neste tipo busca-se a proteção quasi sómente na dispersão ou disseminação dos seus elementos.

2.<sup>a</sup> parte — Destinada ás apreciações em torno da Bateria do "tipo semi-disperso". E' o tipo que procura a proteção de duas formas: pela construção "á prova" de parte de seus elementos e pela dispersão dos outros, apenas.

3.<sup>a</sup> parte — O "tipo á prova de projetis e bombas" ou simplesmente "á prova" é considerado nesta parte. Considerações muito ligeiras, mesmo porque é um tipo fadado ao desuso ou a um uso diminuto, hodiernamente.

4.<sup>a</sup> parte — Cheia de novidade para nós, elementos de uma pauperrima Art. de Costa. Estuda-se a "Art. sobre trilhos". Os sistemas de pontaria em direção, recuo e ancoragem dessa artilharia são passados em revista. São feitas considerações gerais, utilissimas.

Parece-nos, ainda uma vez, que as noções disseminadas neste capitulo são de real e grande interesse para quaisquer artilheiro.



## CAPITULO VII — POSTOS DE OBSERVAÇÃO E DE COMANDO

Ainda este é um assunto de realçada e geral importancia.

Os requisitos, numero, proteção, localização, tipos, dimensões, etc., dos P. O. são, convenhamos, noções utilissimas.

## CAPITULO VIII — MUNIÇÃO

Em tres partes dividiu o Cel. Miller, seu estudo.

Na 1.<sup>a</sup> parte, tratamos das "precauções de segurança".

A munição se nos apresenta dividida em classes para homogeneidade, quer de ordem quimica, quer de emprego ou utilidade. E' um estudo organizado e sensato em torno de assunto tão importante.

Aparece então, uma tabela que, geralmente, não conheciamos. Esta tabela dá as distancias entre os paióis de munição das classes indicadas e outros paióis ou obras outras (utilidades, casario, estradas, etc.) e os pesos maximos de explosivo de cada classe que **com segurança**, podemos armazenar no mesmo paiól.

Uma outra tabela "de armazenamento", indica-nos a incompatibilidade (ou inversamente) entre os explosivos na armazenagem.

São noções de incontestavel valor.

Na 2.<sup>a</sup> parte são vistas as condições de armazenagem, das diferentes especies de explosivos militares. São tambem encarradas as exceções á applicação das tabelas de segurança e dados atinentes aos paióis barricados.

Na 3.<sup>a</sup> parte surge-nos um assunto cuja importancia ainda se sustenta no nivel das noções precedentes. Estudamos então o "isolamento ao calor". Noções de propagação do calor e estudo dos materiais isolantes, são consideradas.

Sabemos que a vida segura de um explosivo muito depende desses cuidados.

Sabemos ainda, que um explosivo mal armazenado, que não tenha merecido cuidados especiais quanto à temperatura e humidade de seu ambiente, não nos merecerá confiança, nem sua eficiencia e regimen de funcionamento serão garantidos.

Finalmente, o livro adotado apresenta uma tabela de mate-



riais destinados à armazenagem com isolamento térmico, com os respectivos índices de resistencia à passagem do calor.

Servem estas noções a todos os Officiais que lidam com explosivos e orientam-nos para boa compreensão e consecução de tão importante problema.

Entre nós, infelizmente, assunto de tal relevancia nem sempre tem sido esclarecidamente encarado e por isto mesmo, talvez, nem sempre tem merecido cuidado especial.

## CAPITULO IX — ENERGIA ELETRICA PARA A ARTILHARIA DE COSTA

São aqui difundidos conhecimentos sobre este assunto, subdividindo-o em tres partes:

- 1.<sup>a</sup> Parte — Geração de energia e sua transmissão.
- 2.<sup>a</sup> Parte — Motores eletricos para canhões.
- 3.<sup>a</sup> Parte — Energia para iluminação, holofotes, minas controladas, etc.

## CAPITULO X — HOLOFOTES MILITARES

Encontramos no capitulo X noções interessantes sobre os holofotes militares modernos, com seus dispositivos automaticos de regulação do feixe e de controle.

São dadas noções de comando à distancia. Por **tele-pontaria** (comando à distancia dos dados de pontaria, direção e elevação executados pela guarnição, no holofote) e por **tele-comando** (comando diréto, à distancia, do holofote, dando-lhe a elevação e a direção que se quer).

## CAPITULO XI — VENTILAÇÃO NA ARTILHARIA DE COSTA

São noções, aliás, extensivas a quaisquer elementos, mesmo fóra da Artilharia de Costa, que necessitem de ventilação.

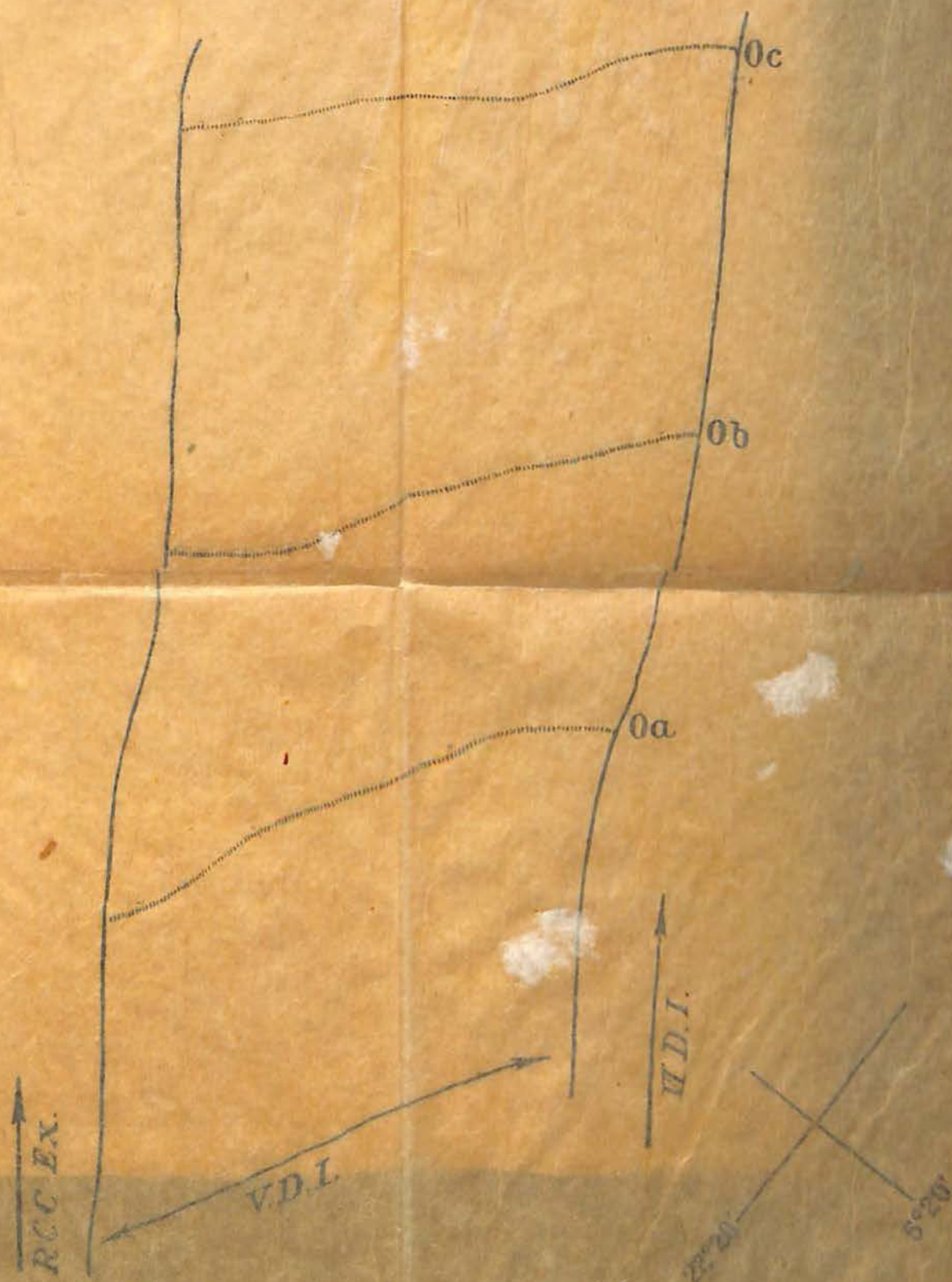
Essas noções são muito desconhecidas e olvidadas.

Ao fim do capitulo é estudada a ventilação mecanica na proteção coletiva contra agentes quimicos de guerra.



RACI  
DO  
RAE

O R. C. D. na ofensiva  
Calco N.º 1 — Jaú 1:100.000  
Zonas de ação e objetivos da V. D. I.







**NA DESCIDA NÃO GALOPES**



## CAP. XII — MASCARAMENTO

Capitulo importantissimo. Seu estudo é util aos Officiais em geral. Fazemo-lo em 4 etapas:

1.<sup>a</sup> — Principios gerais — Definição e principio fundamental do disfarce. Processos de realização do mascaramento. A observação inimiga (direta ou indireta). Padrão fotografico. A forma, a sombra, a textura e a côr.

Elementos de "camouflage". Fotografias aéreas. Disfarce natural e artificial. Importancia do mascaramento. Impossibilidade de segredo das posições. Obras falsas. Conclusões. Programas de "camouflage".

Para apresentar e encarecer a importancia desta matéria, nada mais precisamos que citar estes titulos de seus periodos.

2.<sup>a</sup> — Mascaramento das posições das peças de Art. de Costa — Estudamos o mascaramento:

- a — das peças fixas;
- b — das peças de tração motorizada;
- c — das peças sobre trilhos.

Das peças em geral, de suas posições em matas, terrenos irregulares, terrenos abertos, etc..

3.<sup>a</sup> — Mascaramento das obras accessorias — P. O., P. C., camaras, paióis, edificios, linhas de comunicações e transmissões, etc. etc..

4.<sup>a</sup> — Cobertas e paredes de disfarce artificial — Conclusões gerais.

Evidentemente este capitulo interessa, e muito, às armas em geral e especialmente à Artilharia. E' utilissimo e muito interessante.

---

Em grandes linhas, está aqui esboçado o curso de Fortificação do C. I. A. C. Nosso mestre e orientador tem sido o Cel. Lehman W. Miller do Exercito Norte-Americano. Em cada aula, em cada palestra, nos menores momentos de trato com o ilustre mestre, sentimos sempre sua competencia, sua inteligencia esclarecida, sua modestia e uma vontade firme de imprimir um cunho pratico e util ao ensino.



Retificação do artigo "O Tiro a Giz na Art. de Córta", do n. 292 (de Setembro) da "Defesa Nacional, de autoria do 1.º Ten. A. Leitão Machado.

1.ª) Na ante penultima linha, inicialmente, em vez de 1 dp no maximo, deve-se ler 1 dp no minimo.

2.ª) A Tabela de Regulação em Alcance publicada não é a que atualmente adotamos (e nela, a linha de cima não é de tiros curtos e sim de tiros longos).

Deve ser adotada a tabela abaixo:

Bia..... TABELA DE REGULAÇÃO E MALLANCE

	Cur- tos	Total dos tiros								
		8	9	10	11	12	13	14	15	16
	0	10	10	10	10	10	10	10	10	10
	1	35	35	35	35	35	35	35	35	30
-90 (+1G)	2	40	40	40	40	40	35	35	35	35
-80 +¼G	3	45	45	40	40	40	40	40	40	35
-70 +½G	4	50	50	45	45	45	40	40	40	40
-60	5	55	50	50	50	50	45	45	45	40
-50	6	60	55	55	50	50	50	45	45	45
-40 (¼G)	7	65	60	60	55	55	50	50	50	45
-30 -½G	8	90	65	60	60	55	55	55	50	50
-20	9		90	65	65	60	60	55	55	55
-10 (-1G)	10			90	65	65	60	60	55	55
	11				90	65	65	60	60	60
	12					90	65	65	60	60
	13						90	65	65	65
	14							90	65	65
	15								90	70
	16									90



# SECCÃO DE CAVALLARIA

Redator: E. B. FERLICH

## A marcha dos exploradores e do grosso nas patrulhas de cavalaria - Estudo teórico da patrulha de retaguarda com efetivo de um grupo de combate

Pelo Cap. ANTONIO PEREIRA LIRA

Redator-chefe da «Revista de Educação Física»

A experiência é, ainda, com certeza, uma fonte segura de que dispomos para tirar conclusões sobre os mais variados problemas.

E' no campo experimental que chegamos à realidade dos fatos.

Baseados em tais argumentos, isto é, baseados na experiência que adquirimos no Regimento Andrade Neves, considerado a unidade escola da arma, no Curso de Alunos Sargentos de Cavalaria e na Escola Militar, vamos apresentar, aos nossos camaradas, alguns detalhes, que julgamos interessantes, sobre a marcha dos exploradores e do grosso nas patrulhas de cavalaria.

Para isso:

a) Considerando que qualquer que seja a patrulha de cavalaria, deverá ter sempre a constituição abaixo:

Exploradores — Em maior ou menor número.

Cmte. — Acompanhado ou não de agente de transmissão.

Grosso — Para proteger a marcha dos exploradores e fornecer homens para os golpes de sonda.

b) Considerando que os exploradores deverão marchar, por lances, de P.O. em P.O.; que o grosso, de abrigo em abrigo; e que o cmt. da patrulha, entre os exploradores e o grosso. Perguntamos: quais as formações que deverão tomar os exploradores e o grosso, durante cada lance da patrulha?

Sem maiores comentários, poderíamos responder aos quesitos formulados dizendo:

— A marcha dos exploradores e do grosso de uma patrulha é função única do terreno.



Com esta resposta, porém, não atingiríamos o nosso objetivo, que é o de explicar que nem sempre os exploradores marcham **em linha**, mas, na maioria dos casos, essa marcha se realiza **em profundidade**.

Este é o ponto que pretendemos frizar. Todos nós, que recebemos os primeiros ensinamentos sobre patrulhas nos campos de Jericinó, temos essa falsa idéia.

Os exploradores só poderão marchar **em linha**, quando se tratar de um campo ou terreno que facilite essa formação. Mesmo, marchando em linha, muitas vezes, são eles obrigados a conservar pequenos intervalos, para poderem manter a ligação.

Quando se trata, porém, de um terreno cortado ou coberto, os exploradores são obrigados a marchar **em profundidade**.

Concretizando, poderemos acrescentar que, nas planícies do Rio Grande do Sul, o caso geral é o da marcha dos exploradores **em linha**; nas demais regiões do Brasil, predomina as formações **em profundidade**.

Ainda no ano passado, quando o Regimento Andrade Neves se deslocou para S. Catarina, tivemos a prova evidente do que acabamos de explicar.

A marcha em estradas como a Rio—S. Paulo, assim como em quasi todas as demais estradas do resto do Brasil (exceção das planícies sulinas), onde a marcha dos exploradores de flanco é impossível, todos os exploradores são obrigados a marchar **em profundidade**. Tentar o contrário é o mesmo que atentar contra a velocidade de marcha da arma, prejudicando, assim, a sua mobilidade.

Quanto à marcha do grosso, poderemos dizer que ela está, absolutamente, sujeita ao terreno, à distância do inimigo e à proporção daquele.

### MARCHA DO GROSSO LONGE DO INIMIGO

O terreno é o único a comandar a formação de marcha do grosso nesse caso. Deve-se prever, entretanto, as formações que facilitem a mobilidade e o desenfiamiento das vistas aéreas e terrestres,



## MARCHA DO GROSSO PERTO DO INIMIGO

Nesta marcha, deve-se prever, ainda, as formações de combate.

### QUANTO A PROPORÇÃO DO GROSSO

De um modo geral, o grosso das patrulhas de cavalaria não é numeroso e, por isso, em princípio, deve marchar em coluna por dois, nas estradas, e em coluna por um, nos terrenos difíceis.

Caso aconteça, porém, que o grosso seja numeroso, outras formações deverão ser observadas para ocultá-lo das vistas e dos fogos inimigos.

Em outros trabalhos, que publicaremos nesta Revista, vamos cogitar do estudo teórico das patrulhas, ora marchando com todos os exploradores **em linha**, ora **em profundidade**, ora, ainda, com os exploradores de um dos flancos lançados.

Enfim, estudaremos todos os casos que possam aparecer com os exploradores, dependentes do terreno sobre o qual seja traçado o eixo de marcha da patrulha.

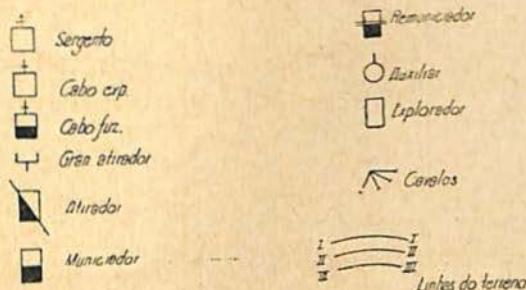
Hoje, vamos, apenas, tomar a atenção dos nossos camaradas, para nos reportar ao estudo teórico da patrulha de retaguarda, com o efetivo de um grupo de combate.

E. C.  
E. A. S.

Assunto: Estudo teórico da Patrulha de  
retaguarda com o efetivo de um G. C.

Ficha: 220  
Série: S. C.  
Data: 1938

Legenda:





<b>Mecanismo do lance:</b>	Cada lance da patrulha se realiza em quatro fases.
<b>Patrulha:</b>	Ocupou uma linha do terreno para retardar o inimigo.
<b>Inimigo:</b>	Aproxima-se.
<b>F. M.:</b>	Abre fogo, a grande distância, para retardar, desde o mais longe possível, a marcha do inimigo.
<b>Inimigo:</b>	Recebido a fogos, emprega seus meios a pé ou a cavalo.
<b>Croquis explicativo da 1.<sup>a</sup> fase:</b>	
<b>Patrulha:</b>	Procura deter o inimigo, que progride a pé ou desborda a cavalo.



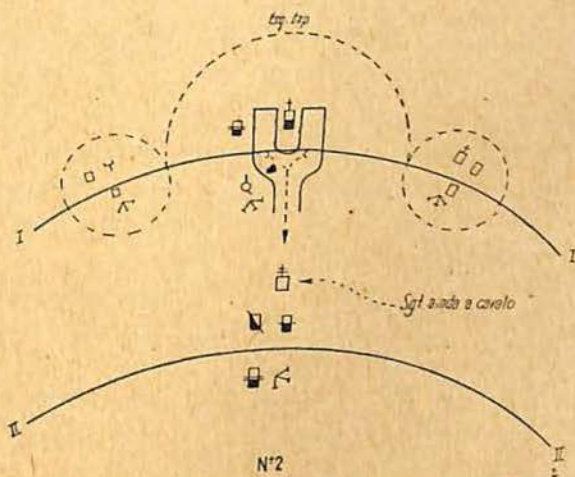
**Sargento:** Estuda o momento preciso para começar a retrain para uma nova linha do terreno ou espera ordem do tenente (se for o caso).

**Inimigo:** Força a retirada.

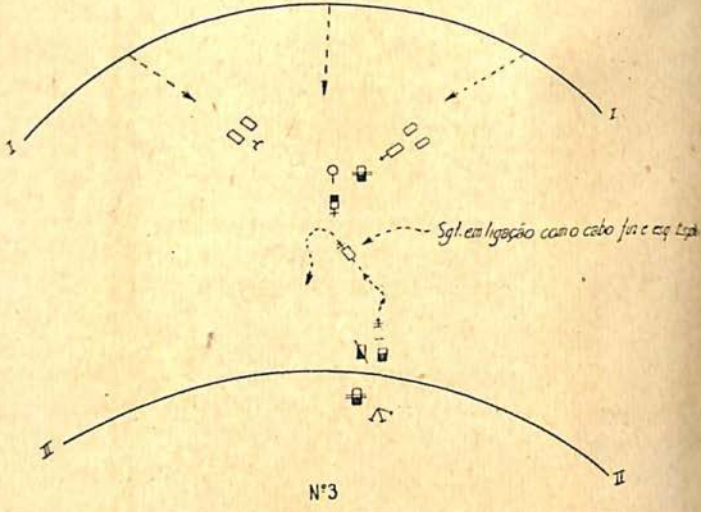
**Sargento:** Retira com o fuzileiro (F. M.), municador e o re-municador, que estava segurando os cavalos, para uma nova posição previamente escolhida na carta ou no terreno.

Determina ao cabo fuzileiro que se mantenha na posição durante alguns minutos (o tempo a fixar será função do terreno e da pressão do inimigo) para dar tempo que o F. M. entre em posição na nova linha à retaguarda.

Croquis explicativo da 2.<sup>a</sup> fase:





<b>Cabo Fuzileiro:</b>	<p>Retoma ligação com a esquadra de exploradores, que está dividida em dois grupos (exploradores de flanco direito e esquerdo).</p> <p>Por sinal combinado, determina a retirada desta esquadra.</p> <p>Retrai, juntamente com o remuniador e o auxiliar, pelo eixo de marcha.</p>
<b>Esquadra de exploradores:</b>	<p>Ao receber o sinal feito pelo cabo, ou mesmo por imitação, desprende-se do inimigo.</p> <p>Reune-se, no eixo de marcha, ao cabo fuzileiro.</p>
<b>Croquis explicativo da 3.<sup>a</sup> fase:</b>	
<b>Sargento:</b>	<p>Escolhe o local para o F. M., na nova posição.</p> <p>Escolhe o lugar para os cavalos de mão.</p>
<b>Fuzileiro e remuniador:</b>	<p>Entregam os seus cavalos ao remuniador e entram em posição com o F. M.</p>



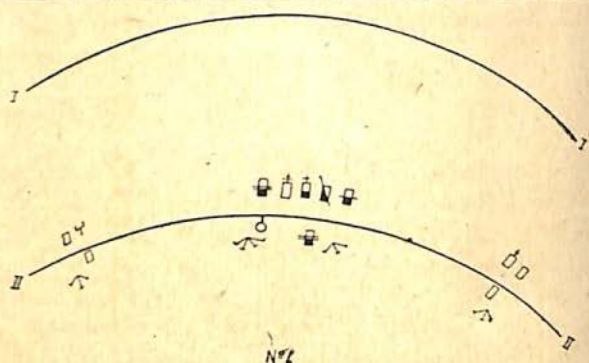
Remuniciador:	Troca de bolsa com o municionador, caso haja necessidade, e leva o cavalo do fuzileiro, do municionador e o seu para o local escolhido pelo sargento. Este fica ainda a cavalo, para, mais rapidamente, receber e distribuir, nas novas posições, os elementos de seu grupo que ficaram resistindo.
Sargento ainda a cavalo:	Depois de escolher o local para o F. M. e para os cavalos de mão da esquadra de fuzileiros, vai esperar o cabo fuzileiro na frente, em um bom ponto do terreno, donde veja bem a nova posição escolhida á sua retaguarda. Deste ponto, determina aos exploradores de flanco (direito e esquerdo) suas novas posições no terreno. Conduz o cabo fuzileiro, o remuniciador e o auxiliar, já por um caminho desenhado dos tiros, para junto do F. M., na nova posição.
Auxiliar:	Leva o cavalo do sargento, do cabo fuzileiro e o seu próprio para junto dos outros cavalos, no local já escolhido pelo sargento.
Cabo fuzileiro e remuniciador:	Entregam seus cavalos ao auxiliar e ocupam suas novas posições junto do F. M.
Sargento:	Liga-se com o tenente (se for o caso).
Exploradores dos dois flancos:	Procuram boa posição de tiro e ligam-se, no centro, com o sargento e o cabo fuzileiro.



**Patrulha:**

Espera que o inimigo apareça novamente para iniciar outra vez o mesmo mecanismo.

Cróquis explicativo da 4.<sup>a</sup> fase:



NOTA — A título de conselho pedagógico, acrescentaremos que tivemos resultados excelentes, utilizando a caixa de areia para ensinar aos homens as suas diferentes missões dentro da patrulha.

**Deêm armas ao Brasil: armemo-nos economica e militarmente, caso contrário sucumbiremos na voragem louca de conquistas que avassala o mundo.**



# Secção de EDUCAÇÃO FÍSICA

## Tabela para grupamento homogenio

Ciclo elementar 4.º grau - Ciclo secundario

Cap. J. DE ALMEIDA FREITAS

### ORIGEM DA TABELA

Quando em fins de Maio de 1936, assumimos a chefia da Secção de Educação Física do Colegio Militar do Rio de Janeiro, sentimos imensa dificuldade para gruparmos, em tempo minimo, seus 1.500 alunos. As aulas haviam começado desde 1.º de Abril e apenas tinham sido mensurados cerca de 300 meninos. Impunha-se dar inicio a instrução, de maneira racional quanto antes, e não encontramos, do ano anterior, nem a relação dos grupamentos de Instrução, nem as fichas estavam em condições de fornecer-nos elementos, que permitissem grupar, mesmo em caracter provisório, todo o colegio. Era mister, portanto, proceder-se aos exames medico e morfo-fisiologico, isto é, fichar os alunos, e depois grupa-los.

Parece-nos ser esta, no momento, a situação da quasi totalidade dos institutos de ensino secundario do Brasil. Por isso, como contribuição aos que se dedicam a esses assuntos, resolvemos difundir nossas observações, tendo por escopo, facilitar a interpretação de pontos menos claros do regulamento de educação fisica.

Para melhor entendimento do pensamento diretriz na organização de nossa tabela, diremos em poucas linhas, a marcha do processo regulamentar para obtermos grupamentos homogeneos.

### GRUPAMENTO HOMOGENIO SEGUNDO O R. ED. F. E.

O regulamento de Educação Fisica diz claramente, que "os grupamentos homogenios têm por base o valor fisico dos individuos, e que a idade fisiologica é a unica, que se deve levar em conta, e não a cronologica. Os individuos são divididos em normais e poupados, segundo o parecer do medico e classificados em 4 ciclos, delimitados por edades cronologicas: — ciclo elementar dos 4 aos 13 anos; ciclo secundario dos 13 aos 18



anos; ciclo superior dos 18 aos 30 ou 35 anos; e ciclo da idade madura dos 35 aos 60 anos.

Os alunos do ciclo elementar não fazem exame pratico, mas estão sujeitos aos exames fisiologicos de Março, Junho e do fim do ano. Ficam inteiramente sob a responsabilidade do medico, a quem compete dosar convenientemente as lições e prescrever o regime de trabalho que o instrutor deve seguir. Os alunos do ciclo secundario sómente são obrigados ao exame pratico no fim do ano, antes das ferias de Dezembro, por ocasião do 3.º exame fisiologico.

Como vimos, as diretivas gerais do metodo de ensino, deixam o medico em difficuldade seria para proceder ao grupamento homogenio nos ciclos elementar e secundario, uma vez que o regulamento, não precisa bem, como determinar a idade fisiologica, factor decisivo, para obtermos o valor fisico nesses ciclos.

A participação do instrutor, na organização dos grupamentos, só se pôde fazer sentir, a partir dos individuos de 13 anos, pelas informações que ele presta ao medico após a realização dos exames praticos, isto é, no fim do ano. Essas informações serão tomadas em consideração no ano seguinte, por isso, devem ser anotadas na ficha.

Antes do inicio da instrução, o medico, pelo exame fisiologico, separa logo os normais dos poupados. Todos os individuos normais dos 13 aos 16 anos, podem ser classificados regularmente, no mesmo grupamento, porque são do mesmo gráu e ciclo. Entretanto, sem a pretensão de contestar os estudos feitos na Escola de Joinville os quais supomos aconselharem a presente divisão em ciclos, somos levados pela observação pratica dos fatos, entre nós, diferentes dos de lá, pela diversidade de clima, raça e meio a assinalar grandes inconvenientes quer de ordem fisiologica, quer intelectual, no grupamento em uma mesma turma, de alunos de 13 e de 16 anos, salvo rarissimas excepções.

### PROCESSO DOS COLEGIOS E INSTITUTOS DE ENSINO SECUNDARIO

Sabemos de collegios, onde medico e instrutor costumam colocar em forma, por altura, os alunos, para em seguida, dividi-los em turmas, a que, pomposamente, dão o nome de "grupamentos homogenios" — isto é — "homogenio a olho".



Outros ministram a instrução de acordo com o valor intelectual; assim, cada serie do curso ginasial fórma uma turma para as lições de educação física.

O grupamento só é homogenio, quando seus componentes forem de valor fisiologico equivalente. E' claro, que unicamente a estatura ou o valor intelectual, não podem bastar para preenchimento dessa condição.

O medico só póde organizar turmas homogenias de acordo com o valor fisiologico registado nas fichas depois que estas estiverem com os perfis traçados.

### TABELA PARA GRUPAMENTO HOMOGENIO

Confeccionar uma ficha sem as tabelas de calculo adequadas, é tarefa, no minimo, para uma hora; e quando o numero de fichas a fazer, excede do milhar, surge logo tambem, a falta de pessoal habilitado, muito serviço, etc., e as fichas vão ficando para as calendas.

Admitindo porém que haja tabelas de calculo, porque nós as temos todas organizadas, que os alunos compareçam prontamente ao gabinete medico, o que é difficil; o preparo, o estudo dos perfis e o respectivo grupamento de um milhar de fichas, inclusive o tempo gasto em mensurações: consomem uns dois meses.

O instrutor fica portanto no seguinte dilema: não dar instrução durante esse tempo, o que é contra o regulamento; dar instrução a grupamentos, que se pode denominar de "homogenios a olho" ou "recortados", o que, não só, é anti-regulamentar, como grandemente prejudicial á saúde dos meninos, podendo acarretar-lhes accidentes e danos que vão influir maleficamente durante toda a vida.

### PROCESSO USADO EM 1936

Desejosos, em 1936, de afastar esses inconvenientes passamos a cogitar seriamente de um meio, que nos permitisse, de pronto, grupar homogenicamente os alunos, mesmo a titulo provisório, até que as fichas fossem concluidas, afim de darmos começo á instrução; e, fizemos então os grupamentos levando em con-



sideração apenas a estatura e a capacidade pulmonar. O fichamento terminado, foram feitas novas turmas acrescentando-se aqueles elementos, a idade cronológica, o peso e o valor intelectual. Tomamos, na determinação da idade fisiológica, como fatores principais, o peso, a capacidade pulmonar, e a estatura, e organizamos series crescentes da combinação desses valores dentro das idades cronológicas, tomadas de dois em dois anos do seguinte modo: 11 e 12, 13 e 14, 15 e 16, 17 e 18 anos, e depois dividimos as series em turmas de 30 alunos. Os grupamentos assim obtidos nós consideramos homogenios, e que realmente foi posteriormente confirmado pelo estudo dos perfis.

Só fizeram exceção os poupados, que racionalmente foram agrupados a parte.

### INFLUENCIA DO VALOR INTECTUAL

Comparando as diversas series, encontramos individuos de 15 e até 16 anos, com valores fisiologicos eguaes a outros de 11 e 12 anos. Embora os elementos, peso, capacidade pulmonar e estatura coincidissem, não podiamos considera-los realmente eguaes. Além de diferenças de ordem anatomico-fisiologicas importantes, que aqueles elementos não podiam expressar, havia ainda o fator intelectual. Os alunos de 11 e 12 anos de idade, pertenciam ao 1.º ano ginasial, enquanto que os outros eram do 4.º, 5.º e até do 6.º. As lições e jogos que interessavam a uns, tornavam-se, evidentemente, monotonas e fastidiosas para os outros. Surgia, portanto, mais um elemento importante a se levar em conta no grupamento homogenio — o valor intelectual do aluno. O meio pratico para a determinação desse valor é dado pela serie que o aluno cursa.

E' aconselhavel não grupar alunos das series muito adeantadas com outros das mais atrasadas. A reciproca, entretanto, não apresenta inconveniente algum. Assim alunos da 1.ª serie, podem pertencer, desde que tenham valor fisiologico equivalente, a turmas de educação fisica de alunos até da 5.ª serie.

### OBSERVAÇÕES DE 1937

Em 1937, inicialmente, adotamos o mesmo processo de 1936, para organização dos grupamentos, e pensamos então, em orga-



nizar uma tabela, onde os valores desses elementos fossem reunidos de maneira mais pratica e menos trabalhosa.

Começamos então por tomar a frequencia desses elementos em cada idade, somente os leucodermos, nos anos de 1936 e 1937, afim de determinar, pelo processo do desvio padrão, a media verdadeira de cada um deles.

O Colegio Militar do Rio de Janeiro, possuindo alunos de todos os rincões do país, descendentes, na quasi totalidade de brasileiros, em segunda e terceira gerações, presta-se bem para um estudo muito aproximado da realidade brasileira, uma vez que ainda não somos uma raça perfeitamente definida.

A titulo de illustração, publicamos o quadro das frequencias por idade e a média verdadeira, que nos serviram de base para a organização de nossa tabela.

Quadro de frequencia e média verdadeira dos alunos do Cogio Militar do Rio de Janeiro, no bienio 936-937.

Idade	Estatura		peso		Cap. pulmonar	
	média	freq.	média	freq.	média	freq.
12	1,46	128	37	111	2200	106
13	1,48	353	42	342	2700	348
14	1,57	506	46	503	2900	500
15	1,60	427	49	437	3300	430
16	1,65	462	52	411	3500	407
17	1,68	480	55	459	3800	564
18	1,70	236	57	243	3900	162
19	1,70	151	59	151	4200	141
20	1,70	64	59	66	4100	66

Estudando-se a correlação dos diversos elementos do quadro acima com a idade e tomando-se como base de apreciação os estudos de Quitelet e Apert, na França; Varriot e Chaumet na Belgica e Viola na Italia, notamos, mais ou menos, os mesmos coeficientes de variação.

Não nos surpreendeu a deficiencia acentuada do peso em relação aos outros dados, para as idades acima de 15 anos, por que, pelos estudos anteriores, procedidos nas fichas, constatamos que ha no Colegio Militar do Rio de Janeiro cerca de 40 por cento



de desnutridos, sendo a maior percentagem encontrada nos externos. (Artigo sobre o assunto, publicado na "Folha do Brasil)". O unico meio para obviar tal inconveniente, aliás, comum, a todos os Colegios do Rio e das grandes cidades do Brasil, e o internato ou pelo menos o semi-internato obrigatorios.

Não temos a pretensão, de havermos feito trabalho intangivel e definitivo, porque sendo ele baseado na Estatística, deveria ter maior numero de observações, o que não nos foi possivel coleccionar.

Quando atingiamos o termino de nossos estudos, nos mostraram a tabela de "Christmas", semelhante á nossa, porém, destinada a competições esportivas, segundo o metodo americano, e para esse povo, que é tambem uma raça definida.

E, como o objetivo colimado, difere bastante dos daquella tabela, resolvemos dar publicidade a nossa, aduzindo as rões seguintes:

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO PARA GRUPAMENTO HOMOGENIO

Pontos	Idade	Estatura	Peso	Capacidade Pulmonar	Pontos
1	11	1,30	28	1,600	1
2	11,6	1,34	30	1,800	2
3	12	1,38	32	2,000	3
4	12,6	1,42	36	2,200	4
5	13	1,46	40	2,400	5
6	13,6	1,50	43	2,600	6
7	14	1,54	46	2,700	7
8	14,6	1,57	49	2,900	8
9	15	1,60	52	3,100	9
10	15,6	1,62	54	3,300	10
11	16	1,64	56	3,400	11
12	16,6	1,66	58	3,500	12
13	17	1,68	60	3,650	13
14	17,6	1,69	6	3,800	14
15	18	1,70	62	3,900	15
16	19,6	1,70	64	4,200	16
17	20	1,70	65	4,500	17



## O MANEJO DA TABELA

Essencialmente pratica, como é, basta para seu emprego conveniente observar-se o seguinte:

— Imediatamente após os exames medicos e morfo-fisiologico, o medico ou um de seus auxiliares, vae separando as fichas em 5 grupos pelas edades, 11 e 12 anos, 13 e 14 anos, 15 e 16 anos, 17 e 18 anos e acima de 19 anos (inclusive).

— Terminados os exames atribue-se a cada ficha o total de pontos correspondentes a soma dos pontos da idade, estatura, peso e capacidade pulmonar marcados na tabela.

— Coloca-se em ordem crescente de pontos cada um dos quatro primeiro grupos de fichas e depois divide-se em turmas de 3 alunos.

— Os alunos do quinto grupo são classificados apenas em mais e poupados. Os normais, podem ser divididos por estatura, somente para maior estetica na instrução.

— Os alunos considerados poupados, são grupados separadamente e a criterio exclusivo do medico.

— Devem ser considerados poupados até juizo definitivo do medico os individuos que apresentarem:

a — a diferença de mais de 10 centímetros na estatura, até 14 anos e demais de 15 centímetros acima dessa idade, tomados em relação a média da tabela.

b — menos de 6, 8 e 10 quilos, respectivamente, para as edades 11 e 12 anos, 13 e 14 anos e de 15 anos para cima;

c — mais de 10, 15 e 20 quilos para essas mesmas edades;

d — menos de 200, 300 e 400 cc. para as edades 11 e 12 anos, 13 e 14 anos e 15 e 16 anos;

e — menos de 3.500 cc. de capacidade pulmonar para os individuos de 17 anos em diante.



Essas diferenças, referem-se sempre ás medidas estipuladas na tabela para a altura correspondente.

Faço votos que a publicação dessas observações sirvam de estímulo para incrementar o desenvolvimento do estudo da educação física entre nós.

Disse o Gen Chanzy — “Faites nous des hommes, nous en feron des soldats”.

---

NOTA — Aos alunos, cuja estatura, peso ou capacidade pulmonar excederem o maximo desta, serão atribuidos 18 pontos para cada elemento.

---

## INTERCAMBIO ARGENTINO - BRASILEIRO

**Periodo de 1918 - 1937:**

— O Brasil comprou na Argentina 141 milhões de libras esterlinas.

— A Argentina comprou no Brasil 86 milhões de libras.

— Deficit: 55 milhões de libras.

Eis aí a beleza de nossa economia dirigida.



# A preparação física da Nação

Cadete OTAVIO ALVES VELHO

*Passando-se em revista as estatísticas demográfico-sanitárias de varios paizes e confrontando-as com as das diversas regiões brasileiras, deparamos com um alarmante contraste que põe bem a claro a existencia de mais um aspecto do problema nacional, profundamente grave, que, pelas suas características, encontra na educação física superiormente orientada, uma base primordial de solução.*

*Exêmplo frisante do alcance de uma tal orientação encontramos nos últimos Jogos Olímpicos realizados em Berlim. Unânimes são todos os entendidos em afirmar que o êxito da representação germanica foi a consequência lógica de uma preparação física intensiva da mocidade.*

*Não é propriamente o fato do triunfo coletivo que merece realce, mas sim os processos adotados para atingir êsse alvo, firmados em uma propaganda entusiástica do mais patriótico nacionalismo e com objetivos que vão muito além da finalidade restrita das competições olímpicas.*

*A educação física acompanha, na Alemanha, a evolução do individuo. As crianças são acarinhadas e protegidas, proporcionando-se-lhes uma vida sã ao ar livre e ao sol, disciplinando-se-lhes os instintos desde a segunda infancia por meio de uma ginástica inteligente, que simultaneamente estimula funções e amplia energias. Por isso os homens são fortes, as mulheres sadias e desembaraçadas, os campeões e recordistas moeda corrente para prestigio internacional do país.*

*Foi esta a grande lição que a Alemanha deu ao Mundo. Uma raça forte e triunfante não se prepara de improvisio,*



*nem por iniciativa de entidades particulares, que vivem discutindo e perdendo o melhor de sua vitalidade em questões mais próprias de politiquinhos do que de esportistas. Cabe ao Estado incluir o esporte, e antes dê-lo a educação física elementar, no rol dos fatores de ordem pública que lhe compete guiar e desenvolver, encaminhando-o dentro dos seus princípios sociais e no rumo da grandeza pátria.*

\* \* \*

*Já se tem legislado no Brasil sobre educação física, introduzindo-se a ginástica suéca nos programas de ensino, mas só para tapar a boca dos críticos e oposicionistas.*

*E' preciso proclamá-la como mais importante do que o ensino de muitas outras coisas, resultando inúteis na vida prática. Os homens do século XX têm curtos dias de vida; não devemos sobrecarregá-los com um peso morto de conhecimentos inócuos.*

*O treinamento físico dos moços torna-se indispensável para promover o seu desenvolvimento, para disciplinar os seus nervos, dar-lhes confiança e alegria.*

*Com o ensino da ginástica deviam ser ministrados os princípios imprescindíveis de higiene, de forma a obter do aluno o gosto pela conservação da saúde e pela manutenção de seu corpo dentro das boas regras.*

*O receio da doença, o medo da morte que leva aos agasalhos excessivos e à janéla fechada, gera a pusilanimidade, faz dobrar a espinha.*

*A confiança na saúde que se conserva, aumenta e defende pelos hábitos de uma sã e inteligente higiene, proporciona entusiasmo, fortalece, faz caminhar de cabeça levantada, olhando em frente com lealdade.*



*Nem todos têm a saúde que desejam, mas muitos são responsáveis pelos sofrimentos que os atormentam, e que, muito bem, poderiam ter evitado.*

*Julgamos ser mais útil ao futuro de nossa raça em formação o ensino da ginástica e dos conhecimentos higienicos necessários à defesa da saúde, do que saber de côr os nomes dos faraós do Egito e muitas outras bugigangas sem qualquer valor além do ilustrativo, e que são esquecidas em muito menos tempo do que o dispendido em aprendê-las.*

*A primeira coisa que se nos devia ensinar era como devíamos viver, o que nos convinha comer, que exercícios e que normas higienicas nos poderiam levar ao melhor e mais perfeito aproveitamento do corpo, de modo a tornarmos-nos robustos e sadíos.*

\* \* \*

*Sob o ponto de vista da defesa nacional, o problema da preparação física não pôde deixar de interessar no mais alto grau.*

*Não obstante todos os progressos realizados no campo do armamento e da técnica, o homem continúa sendo o fatôr imutável da batalha, porque só êle conduz as máquinas, só êle maneja as armas. A perfeição do material nunca poderá substituir em absoluto o soldado, que se exige cada vez mais ágil, mais vivo, mais resistente e mais instruído.*

*A educação física tem que ser por isso considerada como uma das pedras ângulares do edifício bélico.*

*São desoladores os índices fornecidos anualmente acerca das condições físicas em que a maioria dos recrutas se apresenta às fileiras. O Exército só poderá fazer solda-*



dos aptos para aguerria desde que disponha de homens vigorosos e resistentes, devidamente adextrados, com hábitos de esforço muscular e com vontade disciplinada, o que só se obtém pela ginástica e pelo esporte.

Para garantia do porvir do Brasil precisamos de uma juventude hígida educada desde os bancos da escola primária dentro das boas normas da eugenia.

Braços sólidos para defender a Pátria, sangue puro que não envenene os filhos, saúde que assegure um trabalho honrado e eficiente.

---

Liberta-te dessa embriaguez; torna a ti. Agora — acordado — entende bem que eram sonhos apenas o que perturbava; abre bem os olhos e encara o que vês como encaravas os sonhos que te perturbavam. — MARCO AURELIO.



# TOPOGRAFIA PARA SARGENTOS

(CONTINUAÇÃO)

## OBJETO DA PLANIMETRIA — ALTIMETRIA

### CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS

**Planimetria e Altimetria** — O conjunto de operações a que procedemos para construir uma carta, póde ser dividido em duas partes bem distintas.

Primeiramente projetamos sobre um plano qualquer considerado abaixo do sólo, todos os pontos notáveis do terreno: o conjunto dessas projeções, transportado numa escala qualquer para uma folha de papel nos dará uma primeira imagem da configuração do terreno sem indicar absolutamente nada quanto ao relevo; estas operações preliminares constituem objeto da **Planimetria**.

Mas, para que a carta possa fornecer todas as indicações necessárias não é bastante que nela se encontrem figurados todos os rios, todas as construções e todas as estradas existentes no terreno. E' preciso que indique ainda a altura relativa dos diferentes pontos da superficie do sólo, de maneira que possamos reconhecer á simples vista, todos os movimentos do terreno e distinguir imediatamente uma montanha dum vale ou duma planície. Este trabalho complementar, que dá finalmente á carta a fisionomia exata do terreno é estudado na **Altimetria**.

### PLANIMETRIA

A representação das minucias planimetricas se faz com o auxilio de certos sinais, denominados **sinais convencionais**.

**Sinais convencionais** — Para que se possam representar de maneira legível sobre a carta é necessario que os detalhes planimetricos, reduzidos a escala, pos-



sam materialmente ser desenhados. Ora, a experiência prova ser impossível representar graficamente ou distinguir numa carta dimensão inferior a 0m,0002, nem traçar duas paralelas afastadas, dado este limite, ver-nos-íamos forçados a desprezar os detalhes muito pequenos por não poderem ser desenhados na escala adotada; por outro lado, porém, as minúcias de pequenas dimensões podem ser muito importantes, uma ponte de 4 m., por exemplo, é um detalhe planimétrico muito importante, que não teria representação na escala de 1/50.000. Foi necessario então recorrer aos sinais convencionais, subordinados ás seguintes regras:

1.º) — Têm dimensões arbitrárias, sem relação alguma com a dimensão real do objeto que representam.

Ex.: Na carta da Vila Militar 1/20.000, a estrada que vai da Estação da Vila ao Stand de Tiro parece ter 10 m. de largura, quando sabemos não ter na realidade mais de 5 m.

2.º) — Numa dada escala os sinais convencionais representam sempre da mesma maneira os detalhes da mesma natureza.

Ex.: (Carta da Vila Militar 1/20.000) — A estrada que vai para o Bebedouro (SE. do Morro da Jaqueira e a estrada que passa entre as cótas 60 (Gemeas) e o Morro do Carrapato, estão representadas da mesma maneira, no entanto, sabemos terem larguras diversas. Todas as pontes da carta citada são representadas com o mesmo sinal, muito embora sejam bem diversas umas das outras, não só em dimensões como no material de que são construídas (madeira, alvenaria, etc.).

## CONVENÇÕES CARTOGRAFICAS (S. G. M.)

**Convenção das tintas** — Na cartografia oficial do Brasil, adotam-se, presentemente, as seguintes convenções, relativas ás côres: **azul**, para as aguas; **negro**, para as vias ferreas, construções e limites; **vermelho**, para as estradas de rodagem e **verde**, para a vegetação.





## ALTIMETRIA

### REPRESENTAÇÃO DAS FÓRMAS DO TERRENO

A representação sobre as cartas das formas do terreno pôde ser feita por processos diferentes: **curvas de nível**, **achurias**, etc.

**Curvas de nível** — O processo por nós mais usado para a representação das formas do terreno é o das **curvas de nível**. Este processo consiste em reunir, sobre um movimento do terreno todos os pontos da mesma cota por linhas que tem o nome de **curvas de nível**; representando-as, em seguida, no plano da carta, teremos pela sua forma, uma ideia do movimento do terreno considerado.

Suponhamos uma elevação a representar, fig. 4; cortamo-la por planos horizontais de diversas alturas 10, 20, 30, etc. Estes planos cortam-na segundo as curvas C, C', C'', todos os pontos dessas curvas que têm, respectivamente, as cotas 10, 20, 30.

Projetemos agora essas curvas sobre o plano de comparação P; obteremos como projeção as curvas c, c' e c'', respectivamente de cotas 10, 20 e 30. Esta é a representação sobre o plano, da elevação considerada.

**Equidistancia natural** — Chama-se assim a distancia vertical que separa uns dos outros, os planos supostos. Ela é constante e designa-se por E.



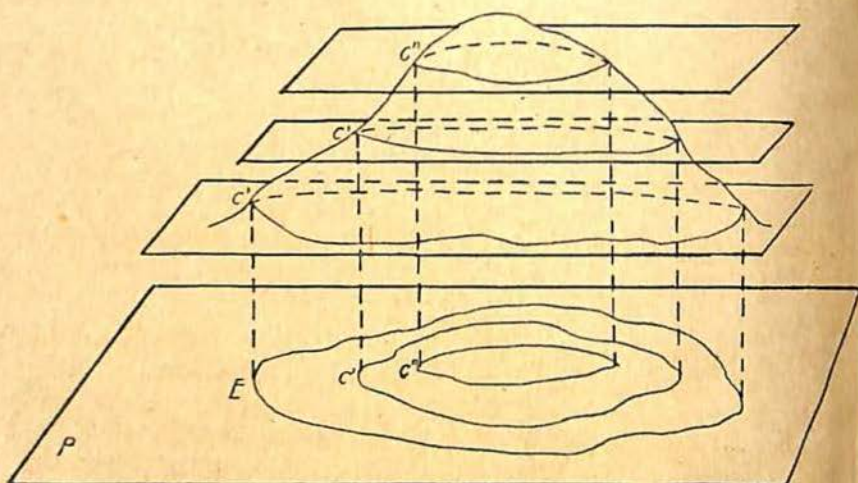


fig. 4

**Equidistancia grafica** — E' a equidistancia natural reduzida a escala da carta. Designa-se por *e*.

$$\frac{e}{E} = \frac{1}{M}$$

**Curvas mestras** — Para permitir a quem utiliza a carta, acompanhar melhor uma curva de nível, resolveu-se reforçar certas curvas de nível que recebem o nome de **curvas mestras**.

**Curvas intercaladas** — As vezes entre duas curvas de nível existe um detalhe importante do terreno, uma particularidade do relevo que convem representar. Para isso utilizam-se as **curvas intercaladas** traçadas com linha interrompida a meia equidistancia entre duas curvas.





## REPRESENTAÇÃO DAS FÓRMAS DO TERRENO POR ACHURIAS

**Achurias** — Chamam-se achurias as projeções horizontais das linhas de maior declive compreendidas entre as curvas de nível. A figura 5, é um exemplo de uma elevação representada pelo sistema das achurias.

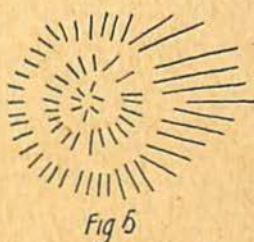


Fig 5

## PRINCIPAIS ELEMENTOS DO RELEVO

### A) — Linhas características.

As linhas características enquadram completamente os movimentos do sólo e são **linha de "thalweg"** (ou de reunião das águas) e linha de crista (ou divisão das águas).

A linha de "thalweg" é a intersecção do pé de duas superfícies em declive; apresenta ao observador o aspecto de um livro aberto que se lê, definem ordinariamente o fundo de um vale e são linhas de reunião das águas, (fig. 5.<sup>a</sup>).



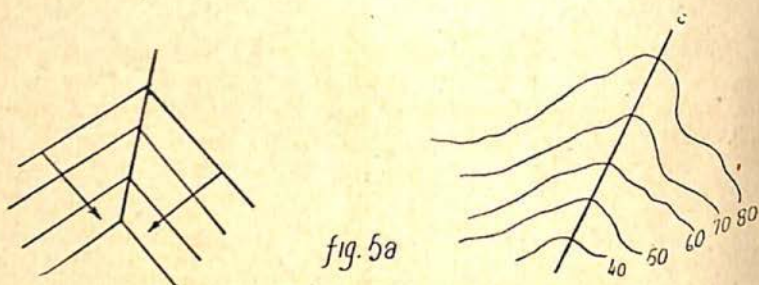


fig. 5a

A linha de crista é a interseção das partes mais altas de duas superfícies inclinadas uma para a outra apresentando-nos o aspecto da lombada dum livro aberto virado de dorso, fig. 5-b, denomina-se, também, linha de divisão das águas. De fato, as águas caídas numa qualquer das vertentes que formam a linha de crista desce para o vale dum lado e doutro da linha de crista.



fig. 5b

#### B) — Movimentos elementares do terreno.

Os movimentos elementares do terreno são: a **vertente** a **garupa** e o **vale**.

**Vertente:** — é uma superfície inclinada que liga uma linha de crista a uma linha de "thalweg". E' representada nas curvas de nível aproximadamente paralelas. Ex.: (Carta da Vila Militar) o Morro do Periquito apresenta tres vertentes: uma face N., a segunda virada para SE. e uma terceira fazendo frente a SO.



**Garupa:** — é um movimento do terreno que apresenta a sua convexidade voltada para o observador: duas vertentes que se reúnem segundo uma linha de crista inclinada sempre no mesmo sentido, fig. 5 c.

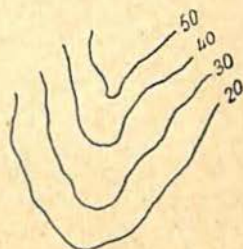


fig 5c

**Vale:** — é uma depressão formada por duas vertentes que se reúnem segundo uma linha de "thalweg"; o vale é em geral mais estreito do que a garupa e a cavidade das curvas que o constituem está voltada para a parte mais baixa. A garupa é, ao contrario, mais arredondada e constituída por curvas que voltam a sua cavidade para a parte mais alta. Características que permitem distinguir uma garupa dum vale, fig. 5 d.

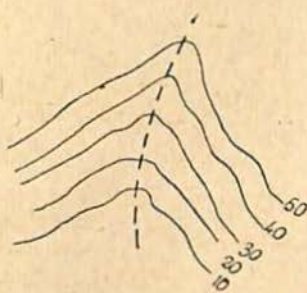
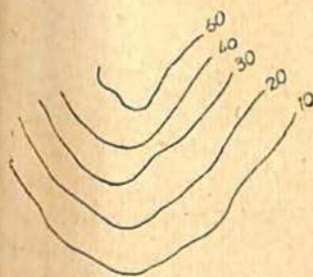


fig 5d

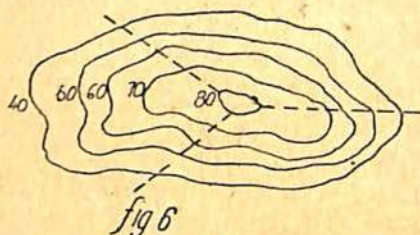
### C) — Movimentos compostos.

Os movimentos compostos são: o **Mamelão**, a **Bacia**, o **Cólo** e o **Esporão**.

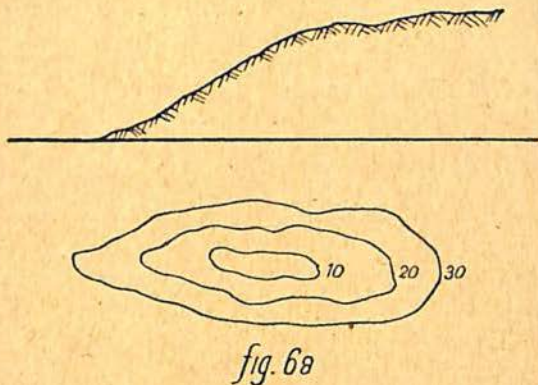
**Mamelão** — Duas ou mais garupas que se reúnem produzem um mamelão; é um movimento do terreno



cuja vertentes se abaixam de todos os lados a partir do cume. Tem o aspecto de varias curvas fechadas que se envolve, de sorte que a cota da curva de nivel envolvente é a mais baixa, fig. 6.



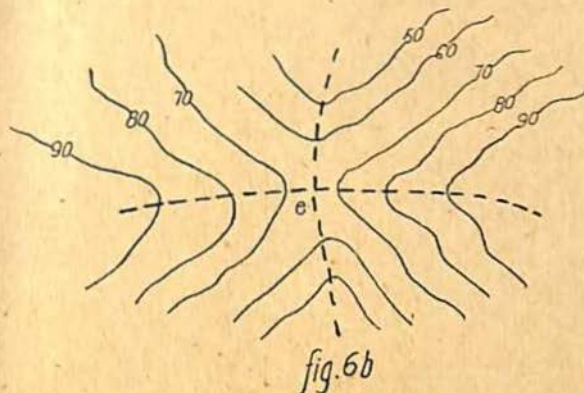
**Bacia** — É' o inverso do Mamelão e se forma pela reunião de dois ou mais vales que se defrontam. Tem na carta o aspecto semelhante ao do mamelão, com a diferença, porém, de que as curvas de nivel de menor cota são envolvidas pelas de maior cota, fig. 6-a.



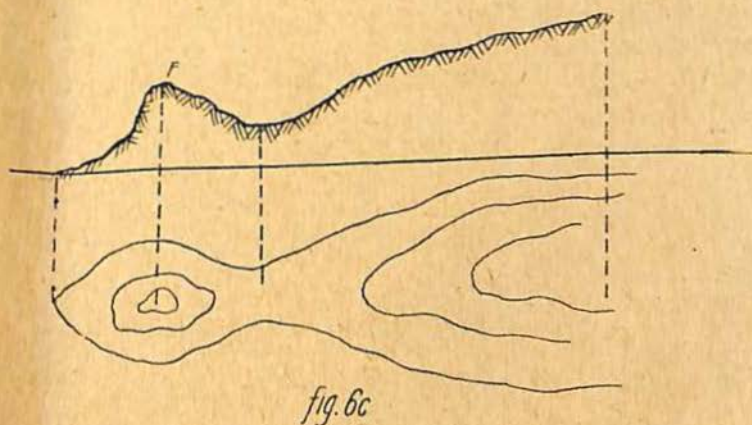
**Cólo** — A reunião de duas garupas e dois vales produz um **Cólo**. Este nome cabe mais especialmente ao ponto C de encontro das linhas de "thalweg" dos vales opostos com a linha de crista das duas garupas que se defrontam. Compare-se muitas vezes o **Cólo**



com uma sela de montaria, onde as abas são representadas pelos dois vales e as garupas pelo cepilho e pela patilha.



**Esporão** — Muitas vezes a parte terminal duma linha de crista, em lugar de descer até o "thalweg" formando uma garupa, eleva-se antes, dando lugar a



um movimento do terreno F, uma especie dum mame-lão secundario que se denomina **Esporão**, fig. 6-b.



## PROBLEMAS DE ALTIMETRIA

### a) Inclinação do terreno.

Inclinação do terreno é o angulo que forma uma certa porção do terreno com o plano horizontal. E' medido pelo angulo que entre si formam a linha de maior declive do terreno e a sua projeção no plano horizontal. A linha de maior declive é perpendicular às curvas de nivel. A fig. 7 nos dá uma idéa.

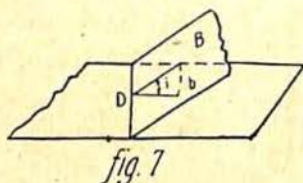


fig. 7

O angulo de inclinação do terreno é comumente medido em por-cento (%), que é o numero de metros que se ganha em altura quando se percorre uma distancia inclinada correspondente a 100 m na horizontal. Exemplo: — Distancia grafica entre duas curvas de nivel, 0m,02; equidistancia natural, 10 m; Escala da Carta 1/20.000. Qual é a inclinação do terreno neste trecho?

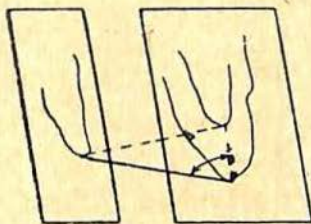


fig 7a

**Solução** —  $0m,02 \times 20.000 = 400$ .

Para 400m sobe-se 10m; para 100m sobe-se x m.

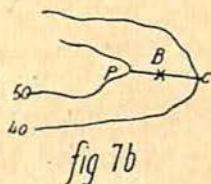


$$x = \frac{100 \times 10}{400} = 2,5$$

$$i = 2,5 \%$$

**b) Determinação da cota de um ponto.**

Si o ponto está situado sobre uma curva de nível a sua cota é a da curva em que se encontra. Suponhamos que queremos saber a cota de um ponto qualquer situado entre as curvas de nível 40 e 50 (fig. 7) é necessário um raciocínio simples: tiremos a linha de maior inclinação do terreno que passa por B; ela encontra as



curvas de nível 40 e 50 respectivamente em C e D. De C a D o terreno sobe 10m. A grandeza gráfica CD é 0m,015. Do C a B quanto subirá? (Grandeza gráfica CB 0m,008).

$$0m,015:10m::0m,008:x$$

$$x = \frac{0m,008 \times 10}{0m,015} = 5,3$$

$$\text{Cota do Ponto B} = 45m,3$$

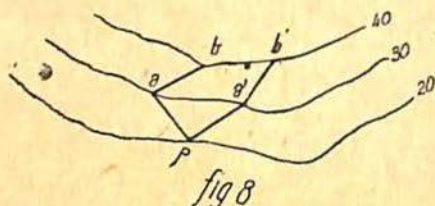
Por raciocínio simples se resolve o problema inverso: situar um ponto dado pela sua cota.

**c) Traçar um caminho de declive dado.**

Admitamos que a partir do ponto P queremos subir na encosta representada ao lado (fig. 8) por meio de um caminho de declive 20%.



De P até a curva de nível seguinte deve subir 10m; portanto, precisamos percorrer na horizontal:



$$100:20::x:10$$

$$x = \frac{100 \times 10}{20} = 50$$

$$x = 50\text{m}$$

Tomamos com o compasso o comprimento gráfico correspondente a 50m na escala considerada e com o centro em P, cortamos a curva de nível 30 em a e a'; ligando P a a teremos um caminho que satisfaz as condições do problema. A partir do ponto a fazemos o mesmo na curva de nível 40 e assim por diante até atingir o ponto desejado.

Quando o raio do compasso não atingir a curva mediata, é que a inclinação neste trecho é inferior a 20%.

#### d) Perfil do terreno segundo uma direção dada.

Essa operação que constitui um dos problemas importantes no estudo das cartas de uma região, pode ser assim enunciado. Por exemplo:

“Achar o perfil do terreno representado com curvas de nível, em uma carta na escala de 1/20.000, segundo uma direção dada”.

Seja AB a direção, segundo a qual queremos o perfil do terreno representado por curvas de cotas: 10m, 20m, 30m, 40m, 50m, fig. 9. Traça-se uma linha réta XY, paralela à direção AB, quando na própria carta, ou em posição qualquer quando em outro papel.



O plano do perfil encontra as curvas de nível nos pontos: a, b, c, d, e, f, g, h, i, j. Adotando a escala vertical 1/2.000, dez vezes maior que a horizontal, vamos determinar as posições desses pontos no plano do perfil.

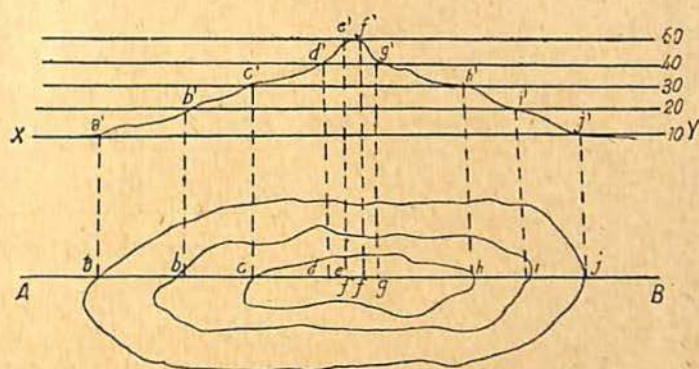


fig 9

Marcando em XY, as posições dos pontos a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, depois de medidos os respectivos afastamentos e levantando por eles perpendiculares a XY, estas irão determinar pelo encontro com as rétas 20-20, 30-30, 40-40 e 50-50, correspondentes às suas cótas, os pontos do terreno de a a j, em suas posições relativas.

Bastará unir esses pontos por uma linha contínua para se ter o perfil do terreno segundo o alinhamento AB.

Como importante aplicação do problema que acabamos de resolver, podemos formular o seguinte problema:

“Determinar, em uma carta desenhada com curvas de nível, as zonas desenhadas das vistas de um observador situado em um ponto do terreno”.

A resolução deste problema exige o desenho de varios perfis irradiantes do ponto de observação, para, em seguida, traçarmos nesses perfis rétas tangentes às curvas salientes de relevo do sólo, passando pelo ponto



que representa o órgão visual do observador. As zonas situadas abaixo dos segmentos dessas tangentes, além dos pontos de tangencia, estão em angulo morto e são denominadas **zonas desenfiaadas**.

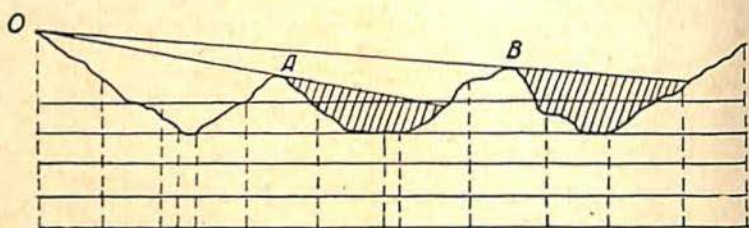


fig. 9a

Transportamos para a carta os pontos que limitam as zonas desenfiaadas do perfil.

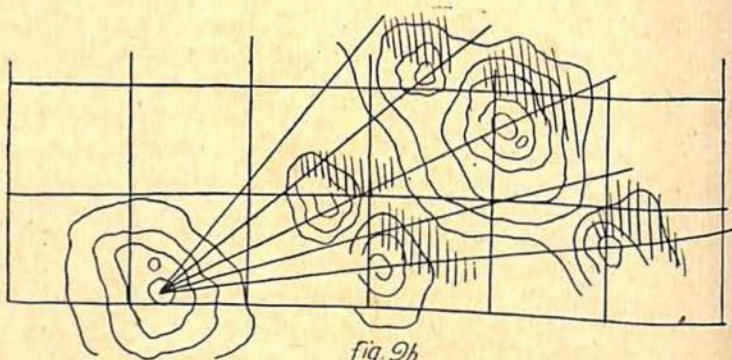
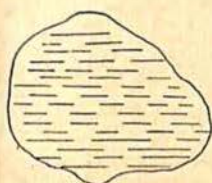


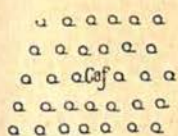
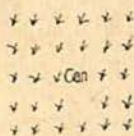
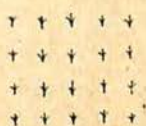
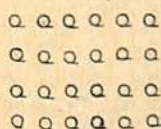
fig. 9b

A união dos pontos que nas diferentes direções, limitam as zonas desenfiaadas na carta, teremos assim as faixas do terreno por onde poderá marchar uma tropa sem ser vista pelo observador, fig. 9-b.

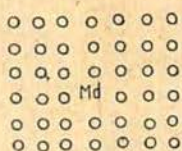
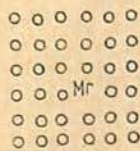


*Água estagnada**Barbado*

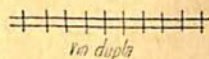
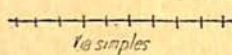
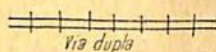
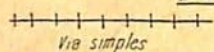
## TERRENOS CULTIVADOS

*Cafetal**Alroçal**Canavial**Milharal**Pomares*

## BOSQUES

*Md- Mato denso**Mr- Mato ralo*



VIAS FERREASBitola largaBitola estreita*Estrada em projeto**Estrada em construção*ESTRADAS E CAMINHOS*Estrada de rodagem**Estrada carroçável**Caminho não conservado**Trilho para cargueiros*PONTESEDIFÍCIOS



# NOTICIARIO E VARIEDADES

## Legislação brasileira do petroleo

(Trad.)

FONTE: "Boletim de Informaciones Petroleras", de Maio de 1938.

TITULO: "A Nova Legislação do Petróleo no Brasil.

Pelo DR. JULIO AGUIRRE CELIZ, advogado Consultor do  
Jacimientos Petroliferos Fiscales — Argentina).

"De três anos a esta parte, a grande nação irmã estabeleceu disposições que, em seu complexo integral, constituem um novo regime legal de minas, e, mais especialmente, dos hidrocarburetos.

Inserimos neste número as disposições constitucionais, legais e regulamentares, a que acabamos de nos referir, por considerá-las de grande interesse para o estudo comparado da matéria.

Até o ano de 1934, vigorou no Brasil o princípio arcaico do que as minas constituem um accessório da propriedade do solo. Este conceito, arraigado sólidamente na doutrina jurídica até princípios do século passado, vem cedendo terreno, paralelamente com a evolução das indústrias e o comércio no mundo, à teoria regalista, segundo a qual o papel jurídico da mina, como indústria básica para a incorporação à economia geral, dos elementos, tão numerosos quão importantes, exigidos pelas crescentes necessidades da vida moderna, deve equiparar-se, senão superar o da propriedade superficiária.

Chama-se doutrina regalista, sistema dominal, teoria de "res nullius", o princípio adotado hoje pelo Brasil, o certo é que seus ardentes defensores: Mirabeau, Girardin, Locré, Dalloz, Chepps, Turgot, Rodriguez, etc., reconhecem o direito do Estado sobre as minas, para outorgar concessões, mais que em virtude de qualquer princípio baseado na dominalidade, na alta missão tutelar dos interesses gerais; não como dono, mas sim como tutor da riqueza pública. Desde as primeiras leis que trouxeram a adoção



de conceitos modernos sobre a matéria, como a lei francesa de 1810, a espanhola de 1859, a chilena de 1875, a nossa e outras não abandonaram a idéia de que as minas pertencem ao dono do solo (o código civil argentino, no artigo 2518, sustenta o princípio, embora o restrinja no art. 2342), mas carcearam notavelmente este princípio. Este foi também o conceito que dera Napoleão e que, em essência, discrepa somente em abstrato da teoria do "res nullius", da qual se dissera no direito romano: "Quod enim, nullius est... id ratione naturali occupanti conceditur".

Não só por motivo de infinidade de suposições possíveis, no que respeita às diferentes características dos veios, dos lençóis ou das jazidas minerais, sua extensão no sub-solo ou na superfície (excedendo os limites de uma propriedade superficiária ou compreendendo, às vezes, várias e extensas delas) e sua relação natural com os elementos reais da propriedade imobiliária comum; senão, também, em virtude, e isto é o mais importante, de sua hierarquia, preponderante na economia moderna das nações, a mina chegou a constituir matéria de especialização jurídica, um corpo especial de legislação e preocupação primordial dos governos.

A desvinculação jurídica entre a propriedade mineira e a propriedade do solo, a determinação precisa dos modos de adquirir, das condições de extração e da forma de aproveitar as diferentes jazidas minerais, e, sobretudo, a instituição de um sistema de segurança e conservação dos direitos mineiros, tudo isto equivale a iniciar uma era de impulso eficaz e prático à indústria.

Fácil é compreender, pois, a transcendência que, para um país da importância do Brasil, pode chegar a ter essa evolução do regime legal das minas, principalmente se considerarmos a enorme extensão e as distintas características regionais que apresenta o território do país irmão, cuja distribuição geográfica não pode ser mais apropriada, e no qual, como é sabido, existem desde muito tempo diversas e interessantes explorações mineiras.

Prevendo, certamente, os inconvenientes que poderia originar uma transição brusca ao moderno sistema jurídico implantado pela constituição de 10 de Junho de 1934, o novo código de minas, promulgado em 10 de Julho do mesmo ano, determina as condições em que os antigos donos do solo podem ficar ao mesmo tempo como donos das minas.



Vem, assim, ficar a propriedade mineira na possibilidade de radicar nos antigos donos do solo, em alguns casos, ou no character de bens de domínio público, em outros. Podem, também, ser proprietários diretos das minas os Estados, geral ou particulares, segundo estejam em terras privadas daquele ou destes e reservadas expressamente para esse fim.

Como consequência desta transição jurídica, segundo a qual as jazidas minerais vêm constituir propriedade separada e distinta da propriedade do solo, e desvinculada, assim, desta, a mina foi devolvida à nação e a lei (decreto n. 66 de 14 de Dezembro de 1937) determina a forma de distribuição que se concretiza em: autorização federal para as minas de domínio particular e concessão federal para as de domínio público.

A capacidade das pessoas para aspirar ao aproveitamento das concessões, determina-se rigorosamente; só poderão ser concedidas a brasileiros ou serem interessados acionistas brasileiros. As sociedades deverão ser constituídas por acionistas brasileiros, ter pessoa jurídica no país, e emitir ações nominais. Os interesses mineiros que se encontravam em poder de estrangeiros poderiam continuar válidos unicamente sendo cedidos a brasileiros.

As minas em litígio, no momento de sancionar-se a referida lei, ficavam em pleno direito de disponibilidade, assim como as em condomínio, para efeito de que o Estado, se o considerar conveniente, possa concedê-las, sem que isto acarrete desapropriação efetiva dos titulares.

São condições especiais para obter e manter as concessões de extração o pedido em determinados requisitos, a autorização para o trabalho — que leva consigo a aprovação de um plano de utilização da mina — a sujeição às respectivas leis particulares e o pagamento de impostos.

Tais as normas principais que alcançam ou compreendem, como character geral, todas as minas. No que respeita às de petróleo, ou melhor, de hidrocarburetos, ocupa-se especialmente o decreto-lei n. 366 de 11-4-1938, cujos preceitos fundamentais resumiremos a seguir:

Não se reconhece domínio privado algum das jazidas de petróleo.

Os registos ou comunicações anteriores a esta lei, que se



referem a jazidas de petróleo e de gases naturais, ficção, doravante, sem efeito.

As jazidas de petróleo e gases naturais pertencem ao Estado nacional em todos os casos, salvo quando se acharem em terras do domínio privado dos Estados particulares, em cujo caso pertencem a estes, embora se encontrem em terras alienadas e particulares, mas com a reserva expressa da propriedade mineira.

A nação reserva-se exclusivamente o hélio e demais gases raros que se encontrem puros ou misturados com outros gases naturais. Os referidos gases devem considerar-se virtualmente separados, é dizer, no que respeite à propriedade, das jazidas de petróleo descobertas por particulares e a estes adjudicadas por concessão.

A unidade de exploração é de dois mil hectares, podendo-se autorizar explorações num máximo de dez unidades, isto é, até abranger um total de vinte mil hectares; e uma pessoa física ou jurídica não pode acumular mais de duas concessões em zonas reconhecidas como petrolíferas, ou seja, até o máximo de quarenta mil hectares; em zonas desconhecidas, pode chegar a abranger, como máximo, cem mil hectares.

Determina-se como raio, para caracterizar as zonas, reconhecidas ou desconhecidas, cinquenta quilômetros a partir de uma mina.

Estas licenças de exploração são análogas ao instituído pela lei rumena com o carácter de permissão para a preinspecção, tendo por objeto unicamente o reconhecimento geológico e os demais estudos superficiais, e duram três anos.

Concede-se, depois, um prazo de três anos para efetuar perfurações — com aprovação prévia pelo governo de um plano técnico; — em uma superfície máxima de dois mil hectares. Ao conceder-se esta permissão, determina-se as condições técnicas dos trabalhos a realizar, incluso um plano prévio sobre a exploração integral e racional que se propõe o permissionário.

O máximo de produção de cada poço, nas condições de exploração, será fixado pelo governo; predispondo-se na lei, desde já, o procedimento para o caso de dúvidas ou desacórdos.

As obrigações dos concessionários estão, do mesmo modo, precisamente determinadas: informações semestrais e completas sobre a marcha dos trabalhos, devendo dar a conhecer às autoridades



des todos os acontecimentos importantes no curso dos trabalhos. Deverão informar, igualmente, a produção mensal por poço.

A industrialização é considerada com especial interesse pela lei, com um critério altamente ponderável, porquanto demonstra seu propósito de aproveitar a matéria prima do país, para implantar e desenvolver as indústrias de elaboração dentro d'ele. Com tal finalidade, preocupa-se a lei de que, salvo em casos especiais, nos quais o governo julgue oportuno exportar petróleo, a industrialização deverá realizar-se dentro do país.

Condizem com esta orientação as disposições que comentamos relativas à nacionalidade dos titulares de concessões ou interessados nas sociedades possuidoras das minas; cláusulas cujo comentário seria óbvio, como a de não celebrar contratos com governos estrangeiros, nem sociedades a eles ligadas no referente a qualquer fase da indústria ou de negócio do petróleo.

São também eloquentes, com apenas enunciá-las, as disposições segundo as quais o governo poderá encarregar-se de realizar diretamente a exploração de jazidas ou de seus produtos, ficando para tal efeito com a faculdade, pela mesma lei, de expropriar.

A parte relativa aos impostos é igualmente precisada: o Estado percebe, como contribuição à produção, 9 % do extraído, em bruto, ou seu valor em dinheiro efetivo.

O arrecadado por conta de contribuições se divide entre o Estado da União e os Estados particulares, por metades (recebendo estes sua parte em dinheiro efetivo. Entende-se que esta divisão corresponde aos casos em que as jazidas minerais se encontrem dentro da jurisdição dos Estados particulares.

O concessionário tem a obrigação de armazenar e elaborar a regalia, quando assim o exija o Estado, e em condições análogas à própria. Igualmente, devem transportar e comerciar os referidos produtos nas mesmas condições.

A instalação de qualquer destilação requer, como condição indispensável e prévia, autorização especial do governo.

O transporte é, como se sabe, um dos capítulos mais importantes em toda a legislação moderna do petróleo.

A posseção de meios de transporte permitiu, ao primeiro truste mundial do petróleo, concentrar e exercer a supremacia ou a hegemonia na matéria, derrotando todos os competidores coe-



neos que não puderam contar com este meio primordial de realizar o negócio do petróleo. Daí que as legislações modernas se preocupem com regulamentar os transportes, estabelecendo, como o faz também a nova legislação do Brasil, que os transportes de petróleo, especialmente os oleodutos, deverão reger-se pelas mesmas leis a que estão sujeitos os transportadores públicos, com a obrigação expressa de transportar os produtos dos concessionários vizinhos, sem prejuízo da satisfação das necessidades de seus próprios serviços, determinações estas que estão, todas, sujeitas em cada caso ao juízo do poder público correspondente.

Em matéria de serviços mineiros, a nova lei de petróleo, que comentamos, as institue de forma especial e ampla, favorecendo-as com a faculdade inerente de expropriar os bens requeridos, mediante prévio depósito judicial. Com respeito à indenização, rege o princípio mais aceito no direito comum, qual seja: o de que os danos reais e verificados, e não a possibilidade deles, deve determinar o valor a ressarcir. Convencionalmente, pode a indenização conceder-se em forma de regalias para o superflúo.

Do mesmo modo, a lei contempla com um critério moderno o capítulo relativo às reservas: faculta-se à União reservar zonas possivelmente petrolíferas. Determina-se do mesmo modo, e sem prejuízo daquelas, a reserva automática de zonas relacionadas e, como consequência, das concessões outorgadas aos descobridores.

Na zona compreendida dentro de 150 quilômetros das costas, regem reservas pelas quais não concedem oleodutos, nem se outorga nenhum direito particular sem autorização especial, em cada caso, do Conselho da Defesa Nacional.

Contempla também a lei os casos de contratos com o governo, relativos à exploração ou extração, por meio de empresas de trabalho, e a participação destas no concernente e determinados casos especiais.

Pelo decreto-lei n. 395, de 29 de Abril de 1938, o governo do Brasil promove um reajustamento de todas as atividades referentes à extração do petróleo e seus derivados: declarando de utilidade pública todas estas atividades (a importação, a exportação, o transporte, a distribuição e o comércio), regula-se, conjuntamente com a da refinação, mediante uma série de providências fundamentais.



Encarrega do cumprimento de todo este vasto capítulo das normas sobre a matéria um Conselho Nacional do Petróleo, o qual deve ser constituído por brasileiros natos, representantes dos Ministérios da Guerra, Marinha, Fazenda, Agricultura, Viação, Obras Públicas, Trabalho, Indústria e Comércio, designados pelo Presidente da Nação, e, do mesmo modo, por representantes das organizações das indústrias e do comércio.

Sem prejuízo da subordinação ao primeiro mandatário do país, o Conselho é autônomo; seu funcionamento e faculdades deverão determinar-se por uma lei.

De imediato, a lei que comentamos estabelece expressamente a competência do governo federal em tudo quanto se relaciona com a autorização, a regulação e o controle da entrada ou saída de produtos do país, da instalação de meios de transporte, da distribuição e do comércio, como assim, também, da refinação.

Declara-se, especialmente, nacionalizada a indústria da refinação, seja do petróleo importado ou do de produção nacional, para cujo efeito a organização das respectivas empresas não poderá emanar de capitais que não sejam brasileiros natos, em ações ordinárias nominais e manejados exclusivamente pelos nacionais, com participação obrigatória de empregados nacionais também. Dentro de um prazo regular, as empresas existentes ao aparecer esta lei devem-se ajustar às normas fundamentais da mesma.

Ficam, assim, consignados os aspectos mais salientes desta moderna legislação, cuja lógica e inteligência sobressai com o só enunciar de seus princípios e cujas modalidades (reveladores de grande analogia com a nova legislação argentina), do ponto de vista da legislação comparada, merecem da parte de nossa modesta consideração o mais alto conceito, tanto pelo que contém como demonstração de acerto e preocupação governamental na regulação e defesa de tão grandes riquezas nacionais, quanto por seu inapreciável valor para o estudo da legislação sobre a matéria".

A seguir publicamos, para conhecimento de nossos leitores as leis especiais do petróleo:

— Decreto-lei n. 366, de 11-IV-38.

— Decreto-lei n. 395 de 29-IV-38.



Ei-los:

Decreto-lei n. 366 de 11 de Abril de 1938.

**DECRETO LEI N. 366 — DE 11 DE ABRIL DE 1938**

Incorpora ao Código de Minas, decreto n. 24.642, de 10 de Julho de 1934, novo título, em que se institue o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais, inclusive os gases raros

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. — Ficam incorporados, como Título VIII, ao Código de Minas, decreto n. 24.642, de 10 de Julho de 1934, os dispositivos constantes do presente decreto-lei, revogadas as disposições em contrário.

**TITULO VIII**

**CAPITULO ÚNICO**

**Das jazidas de petróleo e gases naturais**

Art. 96. A lei não reconhece o domínio privado de particulares, como já instituído, sobre jazidas de petróleo e gases naturais, pelo fato de não ter sido descoberta nenhuma jazida desta classe suscetível de utilização industrial, enquanto vigorou o direito de accessão da propriedade do sólo sobre as minas.

Parágrafo único. Ficam de nenhum efeito os manifestos e registros de jazidas de petróleo e gases naturais que, porventura, hajam sido efetuados, com fraude da lei, na conformidade do art. 10 deste Código.

Art. 97. As jazidas de petróleo e gases naturais acaso existentes no território nacional pertencem aos Estados ou à União, a título de domínio privado imprescritível, na seguinte conformidade:

a) pertencem aos Estados as que se acharem em terras do seu domínio privado, ou em terras que, tendo sido do seu domínio privado, foram alienadas com reserva expressa, ou tácita por força de lei, da propriedade mineral;

b) pertencem à União, em todos os demais casos.



Art. 98. O hélio ou outros gases raros que se encontrem puros, ou de mistura com os demais gases naturais, constituem a reserva da Nação.

§ 1.º Quando durante a pesquisa ou lavra de um depósito, por entidades particulares, se encontrar hélio ou outros gases raros, puros ou misturados com hidrocarburetos gasosos, o concessionário será obrigado a separá-los e a entregar os primeiros em sua totalidade ao Governo Federal.

§ 2.º O Governo Federal pagará ao concessionário o custo da separação, mediante prévia comprovação do mesmo, e ao Governo Estadual, quando fôr o caso, a quota de participação atribuída por este Código ao proprietário das jazidas de que trata este Título.

§ 3.º No caso de se encontrarem puros o hélio ou outros gases raros, o Governo Federal adquirirá o pôço que os produza, pelo custo, com o acréscimo de quinze por cento (15 %); e terá o direito de instalar por sua conta, dentro dos terrenos concedidos, todo o aparelhamento necessário ao tratamento dos gases, sob a condição de não perturbar os trabalhos do concessionário.

Art. 99. A pesquisa e a lavra das jazidas da classe X são reguladas pelas disposições gerais dêste Código, em tudo quanto não esteja especialmente modificado neste Título.

Art. 100. A pesquisa abrange tão sómente a fase de prospecção, sendo que a pesquisa propriamente dita será compreendida na concessão de lavra.

§ 1.º Para a autorização de pesquisa a unidade de área corresponde a dois mil (2.000) hectares, e cada autorização não poderá abranger mais de dez (10) unidades.

§ 2.º Nenhuma pessoa natural ou jurídica poderá possuir, simultaneamente, mais de duas (2) autorizações de pesquisa, em continuidade ou não, dentro de cada zona reconhecidamente petrolífera.

§ 3.º Considera-se zona reconhecidamente petrolífera a compreendida em um círculo de cinquenta quilômetros de raio, em cujo centro se encontre um poço produtivo.

§ 4.º Em zonas ainda não reconhecidamente petrolíferas poderão ser concedidas, no máximo, até cinco (5) autorizações, em continuidade ou não.

§ 5.º A autorização de pesquisa terá a duração máxima de



tres (3) anos, durante os quais serão realizados os trabalhos de reconhecimento geológico e mais investigações feitas á superfície, e não poderá ser prorogada.

§ 6.º Sem prejuizo das condições previstas no art. 19 d'este Código, o pesquisador será obrigado a fornecer anualmente informações detalhadas dos resultados obtidos nos trabalhos de pesquisas, devidamente assinadas pelos engenheiros ou geólogos sob cuja direção estiverem ditos trabalhos, sob pena de caducidade da autorização.

§ 7.º Todas as informações e planos apresentados serão considerados como confidenciais, enquanto esteja em vigência o periodo de pesquisa, e não poderão, portanto, ser publicados, nem dados a conhecer a particulares sem autorização dos pesquisador.

Art. 101. A lavra, compreenderá duas (2) fases:

I. a de preparação, seja a execução de sondagens e demais operações preliminares, cujo início terá lugar na data do registro ao titulo a que alude o art. 41, § 2.º, e durará tres (3) anos, prorrogáveis no máximo por igual periodo, a juizo do Governo, desde que tenha sido satisfeita a obrigação instituida no art. 103;

II., a de produção, que terá início no dia imediato ao da expiração do prazo fixado para a fase anterior.

§ 1.º A concessão de lavra só poderá abranger uma unidade de área de dois mil (2.000) hectares, dentro de cada autorização de pesquisa.

§ 2.º Ao processo de concessão de lavra não se aplicam os dispositivos dos arts. 33, 34 e 35 deste Código, sendo expedido o título definitivo antes da demarcação no terreno do perimetro da concessão, e observando-se para dita demarcação os tramites que se seguem à expedição do título provisório.

Art. 102. O plano de lavra de que trata o n. I do art. 42, deste Código, compreenderá, apenas, os trabalhos a serem executados na fase de preparação, estabelecendo a marcha das sondagens, que não poderá ser retardada ou suspensa, sob pena de caducidade, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. Ao entrar na fase de produção, o concessionário completará o plano de lavra, apresentando um relatório descritivo das construções e instalações projetadas, acompanhado



de esquemas de tratamento de petróleo, plantas, perfis, cortes e mais dados e esclarecimentos técnicos necessários.

Art. 103. Durante os três (3) primeiros anos da fase de preparação deverá ser praticada pelo menos uma perfuração de profundidade não inferior a seiscentos (600) metros, para cada concessão, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado ou se fôr encontrado petróleo em quantidade comercial em menor profundidade.

Art. 104. A perfuração de cada poço far-se-á mediante prévia autorização do Governo, à vista de plena justificação técnica, instruída com plantas, perfis geológicos e mais dados que determinem a locação do poço.

§ 1.º Considera-se concedida a autorização se dentro do prazo de sessenta (60) dias contados da data de entrada do requerimento na repartição competente, o Governo não se tiver pronunciado.

§ 2.º Ao emitir parecer sobre os pedidos de autorização para perfurações, o órgão técnico deverá ter em vista as condições geológicas e econômicas do depósito, não lhe cabendo todavia, determinar a locação dos poços, mas, tão somente comprovar se ditas locações estão indicadas de acordo com os princípios científicos e não afetem de modo prejudicial a capacidade de produção dos poços em atividade.

Art. 105. E' proibida a lavra de petróleo por um só poço, a menos que as condições naturais do depósito justifiquem a prática contrária, a juízo do Governo, ouvido o órgão técnico.

§ 1.º. O máximo de produção de cada poço será determinado, em cada caso particular, pelo Governo, com audiência do órgão técnico.

§ 2.º Em caso de desacordo entre o Governo e o concessionário sobre o máximo de que trata o parágrafo anterior, a divergência será resolvida por uma comissão de (3) três peritos, dos quais, um nomeado pelo Governo, outro pelo concessionário, e o terceiro de comum acordo entre as duas partes. A decisão do laudo pericial será fixada por ato do ministro da Agricultura.

§ 3.º Enquanto não fôr resolvida a divergência, o concessionário deverá sujeitar-se ao que tiver sido determinado pelo Governo, na conformidade do disposto no § 1.º.



Art. 106. O Governo, ouvido o órgão técnico determinará o número máximo de poços por meio dos quais deverá ser lavrado um depósito de petróleo e gases naturais, de acordo com as condições peculiares ao depósito.

§ 1.º Em caso de desacordo entre o Governo e o concessionário, a divergência deverá ser resolvida por pericia dentro de sessenta (60) dias, na forma do § 2.º do artigo anterior.

§ 2.º Enquanto não se der solução à divergência, o concessionário não ficará obrigado às determinações que lhe tiverem sido feitas na conformidade deste artigo.

Art. 107. Sem prejuízo das condições previstas no art. 42 deste Código, o concessionário terá que satisfazer ainda as seguintes obrigações:

I, enviar ao Departamento Nacional da Produção Mineral relatórios semestrais sobre o estado das perfurações com todos os detalhes técnicos relativos aos horizontes petrolíferos atravessados, as espessuras destes, à natureza do óleo mineral e seu provável rendimento, acompanhados de amostras dos testemunhos das sondagens e perfis das mesmas;

II, dar conhecimento imediato à mesma repetição de todas as ocorrências anormais ou de caráter grave durante as sondagens, especialmente dos lençóis d'água encontrados e das medidas adotadas para evitar os inconvenientes deles decorrentes;

III, tamponar eficazmente os poços que forem improdutos ou que só tenham produzido gases, tomando todas as precauções necessárias para impedir o movimento migratório das águas, de um para outro horizonte, ou a perda de gases;

IV, fechar temporariamente o poço que se revelar produtivo, até que se efetue a inspeção oficial;

V, comunicar a produção mensal de cada poço;

VI, fazer, no país, o beneficiamento e destilação do petróleo obtido, enquanto o Governo não julgar oportuno a exportação do petróleo bruto;

VII, não celebrar contratos com governos estrangeiros, nem com sociedades a eles por qualquer forma ligadas, referentes a pesquisa, lavra, refinação ou utilização dos produtos;

VIII, o fiscal do Governo terá ampla autoridade para conhecer todos os atos administrativos e financeiros do concessio-



nário, podendo sustar a execução daqueles que contrariem disposições expressas da concessão;

IX, o Governo poderá, em qualquer tempo, encampar a lavra, pagando uma indenização calculada não só sobre o capital realmente invertido, mas também sobre o lucro líquido verificado no quinquênio anterior, levado em consideração o grau de esgotamento da jazida ou o seu tempo provável de duração;

X, os balanços anuais do concessionário serão sujeitos à aprovação do Governo.

§ 1.º O prazo para a realização da inspeção oficial a que se refere o n. IV, é de trinta (30) dias a contar da data do recebimento do aviso de terminação da sondagem.

§ 2.º Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem que tenha sido feita a inspeção, e até que esta se efetue, fica o concessionário autorizado a extrair o petróleo correspondente à metade da capacidade produtiva do poço.

Art. 108. O concessionário de lavra deverá pagar ao Governo Federal, a escolha deste, a quota de nove por cento (9 %) da produção de petróleo bruto, ou o valor correspondente em dinheiro, ficando desobrigado do pagamento da quota instituída pelo artigo 12, n. IX, letras a) e b), deste Código.

§ 1.º Quando o depósito petrolífero for de propriedade estadual, a quota de que trata este artigo será dividida, em partes iguais, pela União e pelo Estado, recebendo este, sempre em dinheiro, a participação a que tiver direito.

§ 2.º A quota de produção de que trata este artigo, quando satisfeita em petróleo bruto, será entregue ao Governo Federal no lugar de embarque de produtos do concessionário, ou, preferindo o Governo, no local de descarga da produção, feito o transporte pelos meios empregados pelo concessionário, mediante o pagamento do custo do mesmo transporte.

§ 3.º Sendo a participação do Governo Federal satisfeita em dinheiro, o preço do petróleo será a preço médio que tiver vigorado para as vendas nos vinte (20) dias imediatamente anteriores ao da entrega, aplicando-se a mesma regra ao pagamento da quota que for devida aos Estados.

§ 4.º O Governo Federal poderá fazer destilar o seu petróleo nas usinas do concessionário, pelo preço de custo, acrescido de cinco por cento (5 %).



§ 5.º A quota de nove por cento (9 %) dos hidrocarburetos gasosos será calculada sómente sobre a parte que se não tornou a injetar no depósito petrolífero.

§ 6.º O concessionário deverá conservar, gratuitamente, armazenado em tanques apropriados, o petróleo do Governo, pelo prazo máximo de um (1) mês. Si no fim desse prazo não fôr retirado o petróleo, poderá o concessionário cobrar, por tarifa fixada de comum acôrdo, o custo de armazenagem pelo tempo excedente.

§ 7.º Correrão por conta do concessionário todos os danos e prejuizos que ocorram durante a armazenagem de que trata o parágrafo anterior.

Art. 109. Além das condições de caducidade previstas no artigo 57 deste Código, a concessão de lavra caducará:

I, Si, não tendo o concessionário descoberto petróleo dentro dos tres (3) primeiros anos da fase de preparação, não lhe fôr concedida a prorrogação de que trata o artigo 101, n. 1;

II, Si, tendo obtido a prorrogação a que se alude no número anterior, não encontrar petróleo até o termo do periodo de prorrogação;

III, Si não cumprir o que estatuem os arts. 103 e 107.

Art. 110. O sêlo de que trata o art. 18, parágrafo 4.º, deste Código, será de cem (100) réis por hectare de área concedida para pesquisas; e o de que trata o art. 41, parágrafo 1.º, será de mil (1.000) réis por hectare de área concedida para lavra.

Art. 111. O pesquisador legalmente constituido e o concessionário de lavra terão direito a todas as servidões estabelecidas por lei em favor da indústria mineira, inclusive o direito de desapropriação do terreno superficial de que necessita para o estabelecimento e desenvolvimento dos trabalhos de exploração, respeitadas, em cada caso, as determinações legais.

§ 1.º — Os concessionários que construírem oleodutos para o transporte do petróleo de sua produção deverão também transportar o de produção dos concessionários vizinhos que o necessitem, sem prejuizo do seu próprio serviço, a juizo do poder público.

§ 2.º — Quando forem de natureza urgente os trabalhos a executar, a servidão será instituida mediante depósito judicial prévio, arbitrado por peritos, na forma da lei.



§ 3.º — As indenizações devem ser calculadas tão somente em relação aos danos e prejuízos verificados e não sobre o valor que as servidões possam representar para o pesquisador ou concessionário.

Art. 112. O pesquisador legalmente constituído e o concessionário de lavra serão obrigados a reparar os danos causados à superfície e minas confiantes por seus trabalhos.

Parágrafo único — O montante da indenização será fixado pelo juiz, segundo as regras de direito comum.

Art. 113 — E' facultado ao concessionário de lavra, mediante acôrdo com os proprietários do solo, transformar as indenizações devidas pelas servidões necessárias e prejuízos causados, em uma participação nos lucros da exploração, ou em uma quota de capital da empresa concessionária, observadas as exigências relativas à nacionalidade dos sócios.

Art. 114 — Dentro de uma faixa de cento e cinquenta (150) quilômetros ao longo das fronteiras, nem autorizações de pesquisa ou concessões de lavra de jazidas da classe X, nem construção de oleoduto ou instalação de usina de beneficiamento de petróleo, poderá fazer-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional.

Art. 115 — Nenhuma destilaria para o beneficiamento do petróleo importado poderá ser instalada no país sem prévia autorização do Governo Federal, ouvidos os órgãos competentes, — técnicos, fiscais e militares.

Art. 116 — E' facultado á União reservar zonas presumidamente petrolíferas, dentro das quais não se outorgarão autorizações de pesquisa, nem concessões de lavra.

Parágrafo único — E' igualmente facultado à União constituir reservas petrolíferas nas áreas dos campos de pesquisa que excederem às dos campos de lavra que hajam sido concedidos.

Art. 117 — A União poderá pesquisar e lavar jazidas de petróleo, e industrializar, comerciar e transportar os respectivos produtos.

Parágrafo único. Poderá, outrossim, mediante parecer favorável do Conselho Superior de Segurança Nacional, contratar com empresas especialistas, de reconhecida idoneidade técnica e financeira, nacionais ou estrangeiras, a perfuração de poços para pesquisa e extração de petróleo, correndo por conta e risco das



empresas contratantes todas as despesas a serem efetuadas, contra uma participação, que fôr convencionada, nos produtos da exploração.

Art. 118 — O presente Decreto-Lei entrará em vigor, para todo o território nacional, na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de Abril de 1938; 117.º da Independência e 50º da República.

Getulio Vargas  
Fernando Costa

---

Publicado no "Diario Oficial" n. 84 de 12 de Abril de 1938.

---

"E' preciso contar que pelas necessidades que se criaram e que não sabem evitar, europeus e amarelos, virão aqui procurar o que lhes falta por lá: TERRAS. Não para congraçar conosco — como até aqui, — mas, onde possam dominar. Seu argumento, como sempre, será a força..."

(N.º 154 de Outubro de 1926 de "A Defesa Nacional").



# O BRASIL E SUA DEFESA

Pelo Cel. CASTRO AYRES

## I

### OS PERIGOS RESULTANTES DOS FATOS QUE OCORREM NA EUROPA

O mundo quéda-se estarrecido diante da rápida absorção da Austria pela Alemanha e da fulminante desagregação da Tchecoslovaquia, imposta pelo Chefe Alemão e aceita pela Inglaterra, França e Russia, nações garantidoras da integridade territorial dessa nação pequena e gloriosa.

Creou-se para gôso e vantagens das grandes potências, as minorias raciais; para estas, as minorias existem no territorio das outras, o inverso elas não admitem e se as minorias existentes no territorio das grandes potências quizerem fazer valer seus direitos, os campos de concentração e as laminas afiadas dos machados resolverão o problema, impedindo que as cabeças pensem no assunto...

Nenhum direito, nenhum tratado garantirá nação alguma, só a sua própria força!

Como brasileiro e soldado medito sobre tudo isto, analiso o que se tem feito entre nós e penso no que deveremos fazer.

Permitiram os governos da velha República, que as correntes emigratorias que procuravam o nosso país, formassem verdadeiro quistos de diversas raças, desconhecendo a nossa lingua, nossa historia e mesmo nossas Leis.

O preclaro Presidente Vargas procurou desde 1930 dar remedio a tão grande mal e a criação do Estado Novo, permitir-lhe-á extirpa-lo de vez.

O General Meira de Vasconcelos com o seu vigilante nacionalismo, no comando da 5.<sup>a</sup> Região Militar "Paraná — Santa Catarina" exerceu forte pressão so-



bre tão indesejáveis elementos de desnacionalização do nosso País, muito conseguindo, estando porém ainda longe de ser afastado o grande perigo.

Vou citar alguns fatos, recentes uns, antigos outros, que vêm confirmar o que acima foi dito.

Recentemente um padre polonês resolveu fazer seus sermões em polaco; advertido de que isto contrariava as nossas leis, continuou a fazê-los como se ele estivesse na Polônia, sendo necessário a intervenção da polícia para que fossem respeitadas as nossas Leis.

Em uma pequena localidade do Paraná, onde predominava o elemento polonês, uma jovem professora brasileira dava suas aulas em português; não se conformando com isto os pais poloneses das crianças brasileiras, ameaçaram a professora, que não cedendo às suas imposições foi **boicotada** até nos generos para a sua alimentação.

Continuou a jovem professora a sua brava resistência e o que aconteceu? Os pais poloneses incendiaram o edifício da escola...

Ha poucos dias o grande jornal "O Globo" anunciava em telegrama de Belém — Pará, que dois alemães, encontrando no automóvel que tomaram, um pequeno simbolo da nossa nacionalidade, rasgaram-n'o.

Um conde qualquer, alemão, em Petropolis, é preso por detratar do nosso País e comsigo encontra a policia documentos que isto confirma...

Um fato mais antigo. Em 1927 comandava eu, no posto de Major, o 13.º B. C. em Joinville; um belo dia dois soldados perfilam-se na porta do meu gabinete e um deles em **português carregado** diz: **Senhorre comandante dá licença?** Com a minha permissão entram os dois e êste vem pedir para o outro uma licença para visitar pessoa sua enferma.

Perguntei-lhe porque o outro não pedia e a resposta foi que êle não falava português!



Declarei que daria a licença quando o proprio interessado viesse pedi-la e uns dez ou quinze dias depois, voltaram os dois ao meu gabinete, o interessado pedindo-a em **português**, concedendo-a eu.

Tomei inicialmente a medida de chamar ao meu gabinete os Cmts. de sub-unidades, ordenando-lhes não consentirem o grupamento dos teutos-brasileiros nos alojamentos, fazendo com eles e os brasileiros uma distribuição em **sandwich**: um brasileiro, um teuto-brasileiro, um brasileiro, etc. o que deu bons resultados.

Na linha de tiro do B. C. sob a guarda de um soldado casado e com dois filhos, êle e a esposa eram brasileiros filhos de alemães, falavam português, mas seus filhos, não falavam sinão o alemão.

Vamos citar um fato mais longinquo. Em Julho de 1914 embarcou para a Europa, no porto desta cidade, um parente, oficial de marinha, a serviço do governo; fui levá-lo a bordo do navio alemão "Cap Trafalgar" e em uma das salas dêste navio, vi um mapa da America do Sul com a zona correspondente aos Estados do Paraná e Santa Catarina, com uma faixa de cor diferente, em que se lia: **Alemanha Antartica**...

E o caso da canhoneira "Panther", antes da grande guerra?

Basta por agora.

Para a solução de tão grave problema age com abedoria e energia o Presidente Vargas, não consentindo na formação de novos quistos e na redução dos atuais com a extinção das escolas estrangeiras e a criação de outras em que se fale e ensine o português.

Penso que uma outra medida poderia ser tomada: a localização de corpos do Exército a criar com a reorganização, nas zonas dos quistos raciais, construindo amplos e modestos quarteis; casas residenciais para oficiais e sargentos e para não alterar o serviço militar regional, mandar servir os sorteados de um Distrito em outro, dentro da mesma Região Militar.



## II

## CAMPANARIO

Brasileiros que nunca saíram do Rio de Janeiro, sem conhecimento pois, do que realmente se passa em Campanário, da Cia. Mate Larangeira, gritam contra a desnacionalização desta zona, sob a direção do bravo e patriota Capitão Mendes Gonçalves.

Em Julho de 1936, em manobra do Curso de Informações, na fronteira de Mato Grosso com o Paraguay, um pequeno grupo de coroneis, do qual fazia parte o autor destas linhas, chefiado pelo General Meira de Vasconcelos, tive a ventura (digamos isto francamente) de fazer uma visita á Cia. Mate Larangeira, em Campanário.

Gentilmente recebidos pelo Cap. Mendes Gonçalves e sua distinta família; cumulados de atenções tudo foi-nos mostrado. Campanário aparece-nos com as suas ruas retas, limpas e iluminadas a luz electrica; agua e esgoto em suas casas.

Visitamos um bem montado hospital dirigido por medico brasileiro e brasileiro todo o pessoal, em que são feitas quaisquer intervenções chirurgicas.

Neste hospital são internados, mesmo individuos não pertencentes á Cia. e os operarios sendo privados de trabalhar e portanto de ganhar para a sua manutenção, recebem alem do tratamento gratuito, 150\$000 de vencimentos mensais, emquanto hospitalisados.

Dispõe a Cia. de um grande armazem que se abastece em São Paulo, comprando em media 6.000 contos anuais de mercadorias de toda especie, para vendê-las aos seus operarios, quasi pelo custo.

Junto aos hervaes vimos as casas dos trabalhadores construidas de madeira, em centro de terreno, onde o colono planta e cria para o seu sustento; todas muito asseadas e onde todos vivem contentes.

Predomina entre os trabalhadores o elemento paraguaio, isto por falta de colono brasileiro e por ser



Paraguai um país ainda pobre, procurando seus filhos ganhar melhor a vida entre nós.

Vi um dêles que depois de ganhar e economisar 14:000\$, que correspondem 140.000 pesos paraguaios e tê-los gasto em seu país, voltou para recomençar a fancha.

Vou narrar o que nos foi mostrado ao regressarmos a Campanário.

Mendes Gonçalves explica-nos que todos os filhos de colonos, maiores de 7 anos, são obrigados a frequentar a Escola dirigida por duas professoras brasileiras, funcionando em 2 turnos.

A's 8 horas da manhã os auto-caminhões vão aos hervaes buscar as creanças que frequentam o primeiro turno, ao meio dia são elas levadas ás suas casas e trazidas as do segundo turno, que regressam aos seus lares ás 17 horas.

Chegamos á Escola ás 13 horas, inicio do segundo turno.

Funcionam as aulas em duas salas, dirigidas pelas nossas dignas patricias; impressionou-nos de pronto a ordem e o rigoroso asseio do edificio; o uniforme simples e asseiado dos colegiais.

Grupados todos em uma das salas, foram os pequenos crivados de perguntas nossas; perguntavamos quem eram seus pais, a resposta: Brasileiros, Paraguaio... — qual a sua patria: O Brasil — Porque? Porque nascemos aqui.

Uma galante menina responde-nos em **Português do Brasil** que é filha de paraguaio e é paraguaia porque nasceu no Paraguai, mas brasileira de coração.

Terminadas as nossas perguntas á pequena, as professoras solicitam do Gen. Meira de Vasconcelos, permissão para que os alunos cantem o hino á visita e o hino nacional.

Espetaculo inesquecivel a quem foi dado presenciá-lo! Um conjunto de 100 vozes de brasileiros e poucas estrangeiras, nos confins do Grande Brasil, entoando em **Português do Brasil** o hino Patrio.



São passados mais de dois anos, mas gravado ficou na minha retina e em meus órgãos auditivos, tão belo espetáculo !

O que poderei dizer ? Que Mendes Gonçalves é um chefe brasileiro e patriota e que nacionalisa as longinquas fronteiras do Brasil !

Uma cousa falta ainda ali: Um quartel para uma Cia. de Fronteira, motorizada, possuindo um potente posto radio-telegráfico.

### III

#### O PROBLEMA MILITAR BRASILEIRO

O mundo atravessa um grave momento; com o desrespeito ás fracas nações e o não cumprimento dos tratados pelos fortes, foi a guerra afastada do continente europeu, mas talvez que os seus rubros clarões se venham a mostrar nestes cinco proximos anos.

O problema militar de um povo é calcado na Política da guerra de seu governo; determinada esta Política é forjado o instrumento belico para a sua execução.

A Política da guerra visa um determinado inimigo; esta Política não pode ser a nossa, porque n'America não pode existir semelhante Política.

A nossa Política será **a da nossa defesa.**

Vamos partir do pequeno para o grande, servindo-nos de uma miniatura da Patria — o solar de cada brasileiro.

Possuimos uma casa de determinado tamanho, tendo grande terreno para o plantio de cereais e a criação de animais domesticos; pela frente da nossa casa passa um rio.

Temos vizinhos proximos, do lado de cá do rio e outros distantes, do outro lado; temos relações com todos êles.

Nosso terreno é limitado por uma cêrca de taquara de grande fragilidade e as portas e janelas da nossa casa podem ser facilmente abertas.



Resulta de tudo isto que uma vez por outra o boi e o cavalo do vizinho transpõem a cerca e destróem as plantações; alguém penetra sorrateiramente em nossa casa e danifica a nossa pequena industria, mantida para a satisfação das nossas necessidades; o que fazer se somos pobres?

Empregar o máximo dos nossos recursos na construção de uma forte cerca de moirões de trilhos e arame farpado, na compra de ferrolhos, trancas e chapas para a segurança das portas e janelas e de uma lancha para a segura vigilância dos que do outro lado do rio desejam transpô-lo.

Isto feito, poderemos á sombra desta defesa, plantarmos, criarmos e fabricarmos.

Transposto este raciocínio para o grande cenário da guerra, a nossa casa é o territorio do Brasil, o rio o Atlantico.

O problema militar brasileiro surge, a nossa Política da guerra é a Política da Defesa; não nos interessa saber, si isto fôr possível, quem nos atacará; interessa-nos verificar que consistência e grandeza deverá ter a nossa cerca de arame farpado (o Exército) e o poder da lancha para o patrulhamento (a Esquadra), que nos garantam a segurança nacional.

Forjemos os instrumentos da nossa Política de Defesa em primeiro logar e com os maiores sacrificios; estes instrumentos belicosos não serão contra ninguem, mas serão contra quem atravessar o rio para forçar as nossas portas e janelas ou contra quem tentar transpôr a cerca de arame farpado que limita o nosso territorio.

Não nos alimenta nenhuma veleidade hegemônica, desejamos que **os nossos vizinhos do lado de cá do rio** (o Atlantico) pensem conosco; encarem os seus problemas militares como julgamos dever ser o nosso encarado, para que possamos juntos, ombro a ombro, defendermos o Continente Americano, conservando-o para todos os Americanos.



O problema militar está estritamente ligado ao dos transportes, sendo comum o deslocamento de tropa de um a outro ponto do País, para atender a uma situação estratégica que se apresente.

Não poderemos garantir que isto sempre se possa fazer por mar, donde a necessidade da execução imediata do complemento das ligações ferroviárias, rodoviárias e fluviais, permitindo-nos comunicação interna e segura, entre o extremo Norte e o sul do Brasil.

Para construirmos os instrumentos da nossa defesa e os meios de transportes a êles necessários, sem a industria pesada do ferro, custar-nos-á formidável soma; construamos uma parte fóra do Brasil, mas resolvamos de vez o problema siderurgico, que nos dará a verdadeira independência, transformando o nosso Grande Brasil em Grande Potência e êste problema o preclaro Presidente Vargas resolvê-lo-á breve, para satisfação dos que realmente amam o Brasil.

#### IV

#### AS FORÇAS MORAIS

Brasileiros ! Para a defesa do Brasil não é necessario só, forjamos nós mesmos os instrumentos necesarios: Canhões, navios e aviões; mais necessario ainda será o potencial de forças morais dos que manejarem esses instrumentos.

O grande Marechal Foch, quando professor da Escola Superior de Guerra da França, dizia: **Uma batalha não se perde sinão quando se está persuadido de tê-la perdido**".

Nos terriveis dias de Setembro de 1914, os Exércitos Alemães, de vitória em vitória, recalcando o Exército Franco — Inglês do Norte e tendo por charneira Verdum, pretendiam esmagá-lo contra o Exército Francês da Alsacia-Lorena. Era a vitória !

A 5 de Setembro o Exército Manoury, o 6.<sup>o</sup>, ataca o flanco direito do Exército de Von Kluck e desde 4,



por ordem do grande Joffre, os Exércitos Aliados suspendem a retirada, passando a contra-ofensiva.

Os alemães ameaçados de envolvimento no seu flanco direito, resolvem cortar o Exército Franco—Inglês, desembocando ao Sul dos pantanos de Saint-Cond, rebatendo uma parte sobre a Alsacia-Lorena e a outra sobre Paris.

Joffre organiza o 9.º Exército sob o comando de Foch, para impedir tal manobra.

Os elementos constitutivos do 9.º Exército vão chegando, faltando-lhe a 42.ª D. I., grande unidade de elite, na qual Foch deposita a máxima confiança.

A situação torna-se cada vez mais desesperada para o 9.º Exército; a superioridade inimiga é esmagadora; 70.000 franceses enfrentam 300.000 alemães!

Em dado momento, Foch envia a Joffre a laconica comunicação: Minha direita fortemente premida, meu centro cede; impossível mover-me; situação excelente; ataque!

E Foch ataca com o 42.ª D. I., restabelecendo a frente, afasta o perigo da derrota e a Alemanha, perdendo a primeira batalha do Marne, perdeu a guerra!

Venceu a força moral de Foch!

Brasileiros moços e velhos! Procuremos formar em cada um de nós uma pequena partícula ao menos, da força moral do grande Foch e ponhamo-la ao serviço do Brasil.

Coloquemos os interesses superiores do Brasil, acima dos nossos interesses, por maiores que eles sejam, para que possamos defender com segurança as instituições nacionais e a inviolabilidade moral e territorial da nossa grande Patria!

Permiti todos vós, na sua quasi totalidade católicos, que modificando a síntese dos Dez Mandamentos da Lei de Deus, eu vos diga:

Brasileiros! Amai a Deus sobre todas as cousas e ao Brasil, mais que a nós mesmos!



## Homenagem ao Exército Nacional

A distinção verdadeiramente honrosa que acaba de ser conferida aos generais brasileiros, chefes supremos do Exército, enche-nos de júbilo e vem mostrar o alto apreço em que é tido na Argentina os representantes legítimos das nossas forças armadas.

Os Generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurelio de Góes Monteiro, respectivamente Ministro de Estado da Guerra e Chefe do E. M., receberam das mãos do Exmo. Snr. General Abraham Quiroga, ilustre Chefe do E. M. do Exército platino, — o primeiro, a gloriosa espada dos emulos de San Martín, — o segundo o título honorífico de oficial de estado-maior do brilhante Exército da gloriosa república do Sul.

Irmãos pelos mesmos ideais de concordia e de justiça, ligados pelos mesmos sentimentos de nobreza que fizeram de nossas duas forças armadas, uma só força de defesa do Direito, reata-se desta forma a tradicional amizade que sempre uniu o Exército Brasileiro ao Exército Argentino.

Conferidas a dois militares e dos de mais alta graduação nas forças armadas do país, tais honrarias visam não apenas dignificar aqueles nossos insignes cidadãos, mas, também, publicamente homenagear o Exército Nacional, que se sente duplamente envaidecido com a honrosa distinção concedidas aos nossos dois brilhantes generais.

O nobre gesto do governo argentino calou profundamente no sincero coração dos militares brasileiros, que nele vêm mais uma prova eloquente da nossa velha e tradicional amizade, renovada e sempre revigorada pelo influxo benfazejo da fraternidade que liga indissoluvelmente os nossos dois países.



## O ANALFABETISMO, UMA NÓDOA

Pelo Cap. ALUIZIO DE M. MENDES

O problema do analfabetismo é por demais debatido; mas, como em tudo o que é nosso — e, infelizmente êsse problema nos pertence — no analfabetismo ha também muito exagêro e pouco conhecimento de causa e efeito.

O Brasil possúe, de facto, um grande número de analfabetos. Mas, convém retificar desde já um erro vulgar que comumente se repete relativamente a essa deprimente questão. Ela existe, ninguem pode negá-la, mas, jamais nas proporções fantasticas em que ela é desprimorosamente apontada.

Ha quem — por ignorância ou má fé — atribua que a percentagem de analfabetos existentes entre nós atinja ou mesmo ultrapasse 90%. E' uma cifra positivamente errada e basta para certificarmo-nos disto, que meditemos nos dados e argumentos seguintes:

1.º — O resenceamento de 1920, último realizado em nosso país, deu, para uma população de 30 milhões de habitantes, 7,5 milhões de pessoas sabendo lêr e escrever. Já aí a percentagem atinge 75%...

2.º — Considerando que no cômputo desta percentagem todos os povos excluem as crianças menores de 10 anos de idade, posto que sómente uma minoria insignificante de crianças consegue lêr e escrever antes do 3.º ano escolar, obteremos cerca de 16 milhões de analfabetos para o conjunto de nossa população em 1920, cifra essa que dá pouco mais ou menos 53%...

3.º — Levando-se ainda em linha de conta que havia, em 1920, nas escolas primárias do país apenas 1 milhão e duzentas mil crianças e que atualmente existem mais de 2 milhões (1), verifica-se que o número de analfabetos tende infelizmente a crescer.

(1) Em 1933 havia no Brasil cerca de 29.948 escolas, 76.025 professores e 2.274.313 matriculas escolares. (Bol. do Ministerio do Exterior de 1935).



E tanto isto é verdade que:

- a) para uma população de 30 milhões de habitantes, contendo uma população infantil (entre 7 e 14 anos) de cerca de 6,5 milhões de crianças, apenas recebem instrução 18% !
- b) para uma população de 44 milhões de habitantes (pois em tanto é estimada a massa do nosso povo) com uma população infantil atingindo 9,4 milhões de crianças, sómente 23% aprendem a lêr e a escrever.

Os nossos meios educacionais são além de tudo muito modestos: pouco mais de 30 mil escolas — de todos os modelos e feitios inclusive de nacionalidades estrangeiras (alemãs e japonesas), — cerca de 80 mil professores (inclusive estrangeiros, e, o que é mais grave, subvencionados pelos seus respectivos governos); escolas deficientes e apressadas, produzindo formação intelectual, **moral e cívica** duvidosa; professores com preparo mais do que insuficiente, porquanto, ao envés de possuírem conhecimentos **em profundidade**, no tocante às matérias que ensinam, têm cultura verbal — tôla — conhecimentos **superficiais** e por conseguinte falsa cultura, a pior de todas as culturas.

Necessitamos exatamente, para a nossa atual população, de cerca de 90 mil escolas **nacionais** e 200 mil professores **brasileiros** amantes de seu povo e da sua pátria, professores que saibam inculcar no espírito da criança a sadia formação intelectual, moral e cívica exigida na hora atual pelas condições de vida da humanidade. O **deficit**, como vemos, é assombroso! Com o tempo as coisas ainda se tornam pior.

De acôrdo com os dados estatísticos anteriores, sómente 23% da população infantil recebe atualmente instrução, restando nada mais nada menos do que 77% que permanecem nas trevas da mais absoluta ignorância. Nestas condições parece que os números indicam esta dura e vergonhosa verdade: em cada geração aumen-



tam-se aproximadamente 7 milhões de analfabetos em todo o país. Esta calamidade é mil vezes pior do que a pior de todas as guerras; ela é muito mais nefasta do que a mais ruinosa das pestes; ela constitui o mais sério e o mais grave dos problemas nacionais. Resolvê-lo é ser brasileiro, solucioná-lo cabalmente é ser plenamente humano.

Nunca houve na história do mundo, guerra ou peste que matasse num só país da população do Brasil, 7 milhões de pessoas em cada geração. Pois bem, não há morte pior do que a da ignorância e esta devasta debaixo dos céus brasileiros, mais de 7 milhões de patricios nossos que não vivem e não chegam mesmo a vegetar, — morrem — mortos devido à nossa indiferença e à nossa criminosa cumplicidade.

A “A Defesa Nacional” incluiu no seu programa, na vinte cinco anos passados, o combate ao analfabetismo, considerado como uma das mais graves enfermidades que vem impiedosamente corroendo o organismo já por si debilitado e pouco sadio do Brasil.

O que se fez até hoje ? Na realidade **nada**.

Pedantismo e verborragia, criminosas experiências de tudo. O problema continua de pé exigindo urgente solução.

---

Senhores responsáveis pelo nosso destino! — Deêmonos armas ! Muitas armas !...



## ARMAMENTISMO

Segundo se lê na "Revista da Situação Economica Mundial", publicação anual da Liga das Nações, uma das alterações mais importantes que diferenciam a situação economica atual da dos meses que se seguiram imediatamente à regressão de 1929, é o crescimento das despesas publicas de rearmamento da maioria das nações.

Verifica-se pelos numeros alinhados naquela publicação que em alguns países o ritmo da aceleração armamentista foi muito rápido.

Quanto a outros, como a Alemanha, o que se nota é a falta de dados que permitam avaliar o vulto do rearmamento imoderado a que se entregaram.

Depois de 1929, ano em que esse país gastou 691.000.000 reichsmark, nada se sabe quanto aos seus gastos nessa matéria.

A Austria, que gastára 100.000.000 de chilins em 1929, orçara a sua ultima despesa em armamento (exercício de 1938-1939), em 220.000.000.

A Belgica dispendeu 981.000.000 de francos, em 1929, estando orçados para o corrente exercício 1.569.000.000.

A Bulgaria, de 1.078.000.000 de lev, passou a 1.361.000.000, no exercício de 1938-1939 (previsão orçamentaria).

E assim por diante: a Dinamarca, de 47.000.000 de kroa para 61.000.000; a Estonia, de 18.000.000 de kroon para ..... 21.000.000; a Finlandia, de 640.000.000 de markaa para ..... 1.239.000.000; a Hungria, de 114.000.000 de pengos para ..... 155.000.000; a Noruega, de 38.000.000 de krone para 49.000.000; a Holanda, de 75.000.000 de galden para 131.000.000; Portugal, de 415.000.000 de escudos a 662.000.000; a Rumania, de ..... 7.536.000.000 de leu a 10.750.000.000; o Reino Unido, de ..... 99.000.000 libras esterlinas a 327.000.000; a Suecia, de 138.000.000 de krona a 277.000.000; a Suíça, de 85.000.000 de francos, a 121.000.000; a Tchecoslovaquia, de 1.793.000.000 de koruna a 4.499.000.000; a Turquia de 69.000.000 de libras turcas a ..... 102.000.000; a França de 10.969.000.000 de francos a ..... 11.064.000.000.

Só em um país da Europa, houve diminuição: na Polonia que gastou 866.000.000 de zloty, em 1929, e que fixou para o atual exercício em 800.000.000 a verba de armamentos.

A Iugoslavia, cuja verba para 1938-1939 não figura na publicação acima referida, gastou 2.309.000.000 dinar em 1929 e 2.459.000.000, em 1937, sendo provável que haja continuado nesse ritmo ascendente.

Observa-se a mesma coisa em muito maior escala, relativamente à União Soviética que, tendo gasto 1.150.000.000 de rublos, em 1929, subiu vertiginosamente nos anos posteriores, a ponto de atingir, em 1937, a 20.102.000.000.

Não se conhece a previsão orçamentária para o corrente exercício.

E o Brasil? Sabemos apenas que o nosso país gasta em média — cerca de 25% de sua receita. Sómente dois países no mundo gastam mais do que nós. O que possuímos?... Ah! que Deus haja, nunca venhamos a amargar o trevoso fel desta nossa imprevidência.



## QUANTO CUSTA UM SOLDADO?

Cap. ALCIR D'AVILA MELO

Quanto custa um soldado?

Seria curioso sabê-lo. E mesmo vantajoso. Por um lado, excelente argumento para uma palestra de Educação Moral; por outro, interessante dado estatístico, que permitirá cálculos rápidos (embora grosseiros) no que diz respeito a efetivos.

Eis porque nos atrevemos a responder à pergunta, tomando os seguintes dados de base:

Soldado de Infantaria — Volteador, arranchado, com aproveitamento normal na instrução, prestando um Serviço de 12 meses. Preço do material pelo último fornecimento à Unidade, despesas do exercício de 37, cálculos aproximados.

### A) — FARDAMENTO:

#### CALÇADO

Borzeguins de campanha, par . . . . .	1	17\$800
Borzeguins pretos, pares . . . . .	2	42\$400
Perneiras, par . . . . .	1/2	8\$200

#### ROUPA

Camisas de cretone . . . . .	4	22\$700
Cuécas . . . . .	4	15\$400
Lenços . . . . .	4	1\$800
Meias, pares . . . . .	4	2\$300
Lamisetes . . . . .	2	4\$800
Calção mescla . . . . .	1	5\$200
Colte de lã . . . . .	1	8\$600
Ceroulas de lã . . . . .	2	16\$400
Coleção de botões pretos . . . . .	1	2\$200
Capacete . . . . .	1	15\$900
Distintivo . . . . .	1	\$400



## UNIFORME

Cinto de couro castanho c/fecho .. . . .	1/5	1\$000
Capote de pano .. . . .	1/3	25\$500
Calça .. . . .	1	16\$200
Camisas .. . . .	2	41\$200
Calções .. . . .	3	46\$200
Gorro sem pala .. . . .	1	3\$800
Túnicas .. . . .	2	48\$000
Colchas .. . . .	2	20\$000
Cobertor .. . . .	1/2	10\$100
Lengóis .. . . .	2	16\$400
Fronhas .. . . .	2	4\$200
<b>SOMA .. . . .</b>		<b>397\$100</b>

## B) — MATERIAL:

Armação de barraca de praça .. . . .	1/5	\$700
Páus de barraca de praça .. . . .	1/10	8\$100
Corda de barraca de praça .. . . .	1	1\$000
Cantil de alumínio .. . . .	1/5	2\$000
Caneco de alumínio .. . . .	1/5	\$400
Garfo-colher .. . . .	1/5	\$200
Marmitta de alumínio .. . . .	1/10	\$900
Estacas .. . . .	1/5	\$900
Capa do cantil .. . . .	1/5	\$500
Lona nacional .. . . .	1/5	34\$700
<b>SOMA .. . . .</b>		<b>49\$300</b>

## C) — VENCIMENTOS E VANTAGENS:

De recruta (21\$000) .. . . .	6	126\$000
De mobilisavel (56\$000) .. . . .	6	336\$000
Etapas ordinárias .. . . .	365	1:095\$000
<b>SOMA .. . . .</b>		<b>1:557\$000</b>
<b>TOTAL .. . . .</b>		<b>2:003\$400</b>



Mas é preciso computar ainda:

- a) — O desgaste, durante um ano, de um fuzil, de 1 a máscara contra-gases, de uma ferramenta de sapa (material que não tem tempo de duração) digamos . . . . . 40\$000
- b) — O consumo da munição de guerra e de festim (Fz e FMH), parcela forte, mas que não deve ser divulgada, pois diz respeito á **dotação**.
- c) — O consumo de vacinas (anti-tíficas, anti-variólica, anti-amarilica) e de medicamentos e material de penso, as despesas de exame, mais ou menos 20\$000
- d) — O consumo de papel e de expediente, para registrar — a apresentação, o encostamento, a ida à inspeção de saúde, o resultado desta inspeção, a incorporação, identificação, vacinação, baixas e altas à E. R.. recompensas, punições, acampamento, serviços, formaturas, desincorporação, etc., no Boletim: a inclusão na escala do Sar-genteante, na escala de serviço, no registro de alterações de residências, na ficha de conduta; o saque de vencimentos, o registro dos descontos, as fichas de pagamento, o pedido e o registro do fardamento, o certificado de reservista, etc., etc., total que alcança pelo menos 16\$000
- e) — O desgaste durante um ano de uma cama, um colchão, um armário, material de Educação Física, etc., etc., total que podemos calcular em 12\$000
- f) — Finalmente, a diminuição na economia nacional do capital correspondente ao trabalho no meio civil, durante os 12 meses do serviço militar, cálculo que pode ser feito a 180\$000 mensais, o que dá . . . . . 2:160\$000

Assim, somando tudo, exceto o consumo de munição, chegaremos a um total mínimo de 4:251\$400.

Um efetivo de 100.000 volteadores consumirá pelo menos 425 MIL CONTOS.

Apenas um comentário:

— E' muito caro um soldado ?



— Conforme. Sai de graça quando, de regresso ao lar, elle está:

— MORALMENTE, confiante em si e no Exército, imbuído do sentimento de brasilidade e dos deveres para com a Pátria.

— TECNICAMENTE, preparado para o manejo do material que lhe cabe desempenhar em tempo de guerra.

— FÍSICAMENTE, muito mais forte e apto para a luta.

— INTELECTUALMENTE, alfabetisado.

— Fóra disto, seria preferível deixá-lo em casa, a trabalhar.

---

## CENAS DO SEculo

Em Paris, já foram construídos abrigos aéreos, com capacidade para cerca de dois milhões de pessoas.

Dois milhões de pessoas sob a terra ! — eis a perspectiva que a civilização oferece aos parisienses neste momento, nesta primavera de 1938...

Se, porem, a guerra não estourar, já não serão dois milhões apenas, mas toda a população da capital francesa que encontrará debaixo da terra lugar seguro contra os bombardeios aéreos.

Imagine agora o leitor que cena semelhante se repetiria, no caso de uma guerra geral na Europa, em Londres, em Berlim, em Roma, em todas as grandes e pequenas cidades de todos ou de quasi todos os países do velho continente.

E' a Civilização...



## O EXÉRCITO DISCIPLINADOR

Pelo 1.<sup>o</sup> Ten. UMBERTO PEREGRINO

E' poderosa e única a força disciplinadora do Exército dentro da nacionalidade. Vem de muito longe essa força, porque vem desde as nossas origens, congregando homens, sacrificando vidas, glorificando nomes, construindo tradições, erguendo e fixando o Brasil. Tem sido um trabalho lento e profundo, por isso mesmo isento dos ruídos de superfície, e pois, mal avaliado. Mas o Exército está cada vez mais aparelhado e é mais eficiente na sua ação disciplinadora. Primeiro pelo constante e alto exemplo que oferece. Uma existência aspera, de trabalho e renúncia, em que se tempera a melhor fibra, a mais rija. O prestígio moral desse exemplo emenda e se completa com a segunda condição do poder disciplinador do Exército que é a sua própria força material. Compreende-se, porém, como seria brutal e precária a disciplina que se impuzesse unicamente pela violência.

Assim, sendo certo que o Exército é forte, a verdade é que mantém em reserva estes recursos extremos, fazendo deles uma espécie de força catalítica. O que domina sobretudo é o espetáculo magestoso e impressionante da sua unidade, da sua coesão, do seu equilíbrio.

Mas o grande trabalho disciplinador do Exército ainda não é esse. E' um trabalho de todo ano, sempre renovado, subtil e profundo, operado, por assim dizer, nas nossas raízes. E' o toque mágico a que são submetidos anualmente milhares de brasileiros nas oficinas que são os nossos quartéis. Essa torrente humana é devolvida ao meio civil rigorosamente temperada. São homens tímidos ou lerdos que saem desembaraçados, produtivos, capacitados das suas



possibilidades. São homens viciosos, que se degradariam mais e mais e que muitas vezes se salvam, retomam o ritmo normal da sociedade e lhe são uteis. Os melhores aflo-ram necessariamente e são aproveitados, recebem todo o estímulo, produzem o que são capazes de produzir. Ha lugar para todos, não, bem entendido, lugar fixo, definitivo, mas o lugar que fôr competindo a cada um, e com isto se estabelece uma hierarquia altamente estimulante. A todos se pede o máximo esforço, todos se empregam a fundo sempre em beneficio de uma coletividade, todos aprendem a obedecer e a mandar, recebem e detêm uma parcela de responsabilidade.

A severidade, os rigores, as durezas do regime militar têm, elas também, um grande alcance, quebrando o ímpeto aos impulsivos, inculcando segurança nos fracos, habituando todos ao sacrificio, à contrariedade diante de razões superiores.

Por fim o homem se vê na posse de si mesmo, senhor de uma personalidade nitida, adquire a consciência dos seus direitos e dos seus deveres sociais. Estará perfeitamente aparelhado para a vida, integrando-se na ordem social como uma peça harmoniosa. E esse milagre todo é obra do serviço militar e só pôde ser dêle. Nenhuma outra organização, teria autoridade e recursos para realizar uma obra dessas, que é imensa, delicada e fundamental. O Exército recolhe o homem no seu proprio habitat. Veste-o, calça-o, alimenta-o, cura-o, dá-lhe plenitude física. E com estas condições favoráveis é que vai, então, paralelamente empreendendo a sua tarefa educativa. Depois, restituidos às suas antigas ocupações, para só voltarem ao serviço militar em caso de mobilização, os homens assim trabalhados são outros, são irreconheciveis, estão forrados de sólidas qualidades físicas e morais, capazes de resistir a todas as ações



dissolventes, particularmente a ação carcomidora do tempo e a inercia arrasadora do meio. Mas essa obra é mais profunda ainda, porque repercute no próprio meio aonde o homem retorna. Ele leva e espalha os reflexos superiores que recebeu. E' alvo de admiração e inveja, adquire ascendência sobre os outros, torna-se um grande, respeitado e imitado. Estas coisas, seguramente, não são tão sensíveis nos meios densos, em que o nível já é por si elevado. Aí a ação disciplinadora da caserna será menos da modelagem, do que corretiva e até repressora. Mas convém não esquecer que os quartéis são sobretudo nucleos ativos encrustados no silencio do nosso interior, ou no contorno das nossas fronteiras. Por isso a sua obra não será nunca uma obra de superficie, sem consistência nem raizes. E' possível contar sempre com os brasileiros temperados na caserna. Eles são concientes, generosos e fortes. E enquanto não são precisos como soldados, ficam sendo as vigas têsas e aprofundadas da estrutura nacional.

---

“O homem de bem é o que não é nem santo, nem impio, e que se limita, apenas, a não ter sinão virtude...”  
— La Bruyère.



## A Companhia Mate Laranjeira

A "A Defesa Nacional" publicou no seu número de Julho último, um relatório apresentado ao Conselho Superior de Segurança Nacional, contra as grandes concessões de terras nacionais feitas às empresas estrangeiras domiciliadas no país e em cujo rol se encontra a Cia. Mate Laranjeira. No seu número de Setembro próximo passado, a nossa revista publicou, por solicitação EXPRESSA da referida Cia., alguns depoimentos de vários oficiais de nosso Exército, inclusive oficiais generais (muitos dos quais socios desta revista) e o fez com fundamento no art. 35 da lei de imprensa e dentro do prazo fixado expressamente pelo § 3.º do seu art. 36.

A atual administração da sociedade "A Defesa Nacional" respeitosa dos compromissos assumidos para com os seus inúmeros associados e acatando com submissa boa vontade as determinações da Lei Brasileira, não poderia deixar de acolher a resposta da Cia. Mate Laranjeira, mormente si atentarmos que esta revista constitue uma empresa jornalística civil matriculada no Registro de Titulos e Documentos do Distrito Federal, a semelhança de toda e qualquer outra empresa jornalística do país (art. 4.º do Dec. n.º 24.776 de 14-VII-34).

### A REDAÇÃO

---

"Dormientibus non suecurvit jus" — é um velho brocardo juridico, de applicação diuturna aos litigantes quando não acodem em tempo à defesa do seu direito.



## O problema da gasolina nos países não produtores, resolvido com as experiências do gazogenio

Com a presença dos Srs. Ministros General Gaspar Dutra, Fernando Costa, militares, técnicos da Prefeitura, Dr. Carlos Guinle, realizaram-se as primeiras experiências do caminhão Latil a gazogenio importado da França exclusivamente para as mesmas provas.

Damos aqui um pequeno historico do aparecimento dos caminhões a gazogenio com todos os seus aperfeiçoamentos usados no transporte de carga pesada do Exército Francês.

A Fabrica Latil preocupada em dar uma solução do problema dos carburantes de substituição, apegava-se desde longos anos ao estudo do gazogenio, esta solução que incontestavelmente apresenta vantagens economicas consideraveis, não tinha encontrado um acolhimento entusiasta da parte dos consumidores, pois a adaptação (método até então exclusivamente empregado) de um gerador de gaz pobre sobre um motor adaptado para a marcha a gasolina, resultava para esse último, uma perda de potência de carga de 45 %, nos casos mais propicios. Essa perda de potência inherente ao gazogenio, desanimava os proprietários de caminhões que, com o seu veículo transformado, não podiam mais efetuar o mesmo trabalho que quando funcionavam a gasolina. Latil depois de longa demanda determinou os tipos característicos de um motor a gaz pobre e realizou segundo esse estudo toda uma escala de motores especiais que dão agora a mesma potência, portanto as mesmas possibilidades de trabalho que os



motores a gasolina ou a óleo pesado, equipando chassis de toneladas equivalentes.

Censurava-se ainda o emprêgo do gazogenio por ser o mesmo complicado e exigir da parte de seu condutor grandes conhecimentos mecanicos, Latil quiz destruir esta idéa e por isso adotou dois tipos de geradores apresentando grandes vantagens de simplicidade e força: — Sebatier—Decauville e Gohim—Poulenc. Restava ainda um ultimo ponto delicado a resolver, muito importante a regularidade da marcha e o consumo do combustivel: — Criar um órgão de união entre um gerador e um motor, que fosse muito simples e de funcionamento certo. Latil criou um misturador que pelo comando do acelerador, sem nenhuma outra ação intermediária, dosa de um modo preciso e automático a quantidade de ar exatamente indispensável a combustão de gases admitidos ao motor. Esse aparelho é um órgão essencial completando o proprio gerador pois seu bom funcionamento depende de uma grande parte do rendimento do motor, e os despreendimentos de odores.

E' assim que das primeiras experiências realizadas no Brasil com dois caminhões Latil de 3.200 quilos de carga, equipados respectivamente de um gazogenio Gohim—Poulenc e de um Sebatier—Decauville, os resultados seguintes foram obtidos:

1.º — Gazogenio Gohim—Poulenc carga util 3.000 quilos, percurso: Rua Eduardo Guinle—Circuito da Gavea—Rua Eduardo Guinle, em 36 minutos, consumindo 42 quilos de carvão comum em cem quilometros.

2.º — Gazogenio Sebatier—Decauville, carga util 3.000 quilos, percurso Rio de Janeiro—Petropolis—



Rio, parada do Ministerio de Agricultura, tempo 2 horas e 5 minutos, consumindo 35 quilos de carvão por cem quilometros.

Observe-se que esta última experiência foi realizada sem nenhum emprêgo de gasolina e que a alumagem muito facil do Sebatier—Decauville foi obtida em um minuto e 30 segundos de marcha. As outras partidas mesmo depois de uma parada de 2 horas se efetuaram em menos de 50 segundos. A maior velocidade obtida durante o percurso foi de 87 quilometros, e a subida da serra de Petropolis se efetuou numa marcha regular de 29 a 34 quilometros, o que prova a excelência do material citado.

O Exército Francês que a questão do gazogenio occupa o mais alto ponto concede a Latil sua confiança e a honra de ser a sua fornecedora, motorisando suas divisões com este material que vem suprir a falta de petroleo no território Francês.

### O Balancete de « A Defesa Nacional »

#### DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DE "CAIXA" EM AGOSTO DE 1938

Saldo do mês de Julho . . . . .	174\$900	174\$900
---------------------------------	----------	----------

#### RECEITA:

##### REVISTA:

Assinaturas recebidas e publicidade ..	7:281\$300	
Recebido do M. da Guerra, s/compra de livros do Maj. Lima Figueiredo . . . . .	5:000\$000	12:281\$300



**BIBLIOTÉCA:**

Recebimento conforme o Balancete	8:712\$100
----------------------------------	------------

**ALUGUEIS:**

Contribuição do Sr. Moacyr Sampaio, neste mês . . . . .	300\$000
--	----------

**C/CORRENTES:**

<b>Banco Boavista</b>	
Recebido cheque n. 351238 . . . . .	250\$000
	<u>21:718\$300</u>

**DESPEZA:****REVISTA:**

Pagamentos cf. lançamentos . . . .	5:141\$800
------------------------------------	------------

**BIBLIOTÉCA:**

Pagamentos cf. Balancete . . . . .	5:321\$600
------------------------------------	------------

**MOVEIS E UTENSILIOS:**

Pagamentos cf. lançamentos . . . . .	984\$500
--------------------------------------	----------

**C/CORRENTES:**

<b>Casa Pratt</b>	
Pago s/Dup. n. 36281-IX/XI . . . . .	300\$000
<b>Banco Boavista</b>	
Pago para n/credito . . . . .	6:871\$500
	<u>7:171\$500</u>

**DESPESAS GERAIS:**

Pagamentos cf. lançamentos . . . . .	2:354\$100
--------------------------------------	------------

**SALDO:**

Para o mês de Setembro . . . . .	744\$800
	<u>21:718\$300</u>

Arnaldo Gonçalves Pires — Contador  
A. B. Gonçalves — Diretor-Gerente



# LITTERATURA · HISTORIA GEOGRAPHIA · SCIENCIA

---

## O ESTADO NOVO E O MOMENTO HISTORICO

— Comemoramos amanhã o primeiro aniversário do regimen instituido a 10 de novembro. Mantendo uma praxe que nasceu com elle, quero aproveitar a oportunidade para falar aos jornalistas sobre as suas realizações e diversos assuntos de immediato interesse público.

Esses 12 mezes de regimen novo têm sido produtivos; e prosseguiremos, resolutos, as tarefas construtivas da nacionalidade, tanto no que respeita aos aspectos materiais, como aos de natureza cultural e moral.

O povo e as classes armadas, que impulsionaram e apoiaram o movimento, e continuam a prestar-lhe decidido concurso, compreenderam, com justeza, o seu alcance e objetivos: — a eliminação das forças desagregadoras, o afastamento de todos os individuos ou grupos que trabalhavam, por conta de alheios interesses ou de idéas exóticas, para enfraquecer a Patria. Instituido dentro de um largo e sadio espirito de brasilidade, o Estado-Novo estava naturalmente votado ao exito. Por certo, temos ainda de vencer resistencias e incompreensões, desmascarando os descontentes e malsinadores. A tentativa de assalto ao poder, de maio ultimo, foi uma aventura de fanaticos e desordeiros audaciosos. A reação pronta, decidida, que recebeu e a repulsa geral manifestada contra os assaltantes, em todas as camadas que contam como valores, não deixaram duvidas. O novo regimen afirmou-se como força material e consciencia moral e puniu os delinquentes dentro da lei. Se outros golpes sobrevierem, agiremos da mesma fórma;



mantendo a ordem e garantindo a tranquilidade do país, que só deseja paz para trabalhar.

As tarefas iniciadas, de estímulo á economia geral, de fortalecimento de todos os sectores da vida nacional, não podem estar à mercê da insania dos fanatizados e da teimosia dos remanescentes das velhas camarilhas políticas.

Por outro lado, o reforço sistematico das instituições vai ser feito sem demora. Poremos em funcionamento os órgãos complementares da alta administração, de acôrdo com a Constituição. Não têm fundamento algum os boatos insidiosamente espalhados nos ultimos dias. A lei fundamental da nossa vida politica não é uma experiência nem um ensaio, sujeito a substituições periodicas. Ao invés de pensar em muda-la, o governo empenha-se em cumpri-la a rigor. O novo regimen ha de estabilizar-se cada vez mais, obtendo, pela evidencia dos seus resultados, a colaboração de todos os brasileiros. Perdem tempo, portanto, os ociosos e intrigantes, quando se afanam em annunciar contradansas de principios e substituições de homens.

O momento não é para dissensões estereis, e sim para conjugação de esforços. O dever para com a Pátria é hoje maior do que em qualquer outro período da nossa existencia politica. A ambição fria, desmedida e poderosa, espreita as nossas fraquezas de organização, a ausencia de espirito publico e elevação moral de uns, o utopismo de outros, no sentido de cavar divergencias internas e atear a chama da guerra civil, que consome os povos e abre as portas á cobiça imperialista, disfarçada em pretextos raciais ou politicos.

Nenhum sacrificio, nesta hora grave, será bastante, nenhuma vigilancia excessiva, para a defesa da nossa



bandeira, de nosso idioma, das nossas tradições. Temos procurado, com firmeza e sinceridade, a colaboração de todos os povos civilizados, dentro das normas de mutuo respeito e acatamento, que merecemos e exigimos. Não toleraremos, entretanto, qualquer gesto que se traduza em diminuição de nossa soberania. Quem pretender, seja por que meio fôr, reduzir-nos à condição inferior de protegido ha-de sofrer a nossa repulsa mais completa. Estou convicto de que os brasileiros responderão como uma voz unica a qualquer apêlo da Pátria em perigo. Mas é justo e oportuno que lhes recorde o imperioso dever de confraternizarem, numa união perfeita e sagrada. O espetaculo de ameaças e intimidações que oferece o mundo atual reclama e impõe a formação de uma estrutura enrigecida em todos os setores do pensamento e da atividade nacionais. Disciplinados seremos fortes e unidos nada poderemos temer.

(Da entrevista concedida pelo Sr. Presidente da Republica à imprensa em 10 de Novembro último).

#### **AOS OFICIAIS INFERIORES E PRAÇAS REFORMADAS DA POLICIA E DOS BOMBEIROS**

**ESTENDIDO O ABONO PROVISORIO, A QUE SE REFERE O ART. 1.º DO DECRETO 21.174 DE 1934**

O Sr. Presidente da Republica assinou decreto-lei estendendo aos oficiais inferiores e praças da Policia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, quando reformados, o direito ao abono provisorio a que se refere o art. 1.º do decreto n. 21.174, de 25 de Abril de 1934, a contar da data do ato que os reformar, devendo as despesas com o pagamento desse abono, até que sejam registradas as concessões pelo Tribunal de Contas, correr à conta da consignação orçamentaria propria destinada aos reformados das ditas corporações.



# BIBLIOTECA DA « A DEFESA NACIONAL »

## LIVROS À VENDA

R. E. C. I. — 1. <sup>a</sup> parte . . . . .	4\$000	\$500
R. T. A. P. — 1. <sup>a</sup> parte . . . . .	4\$000	\$500
R. T. A. P. — 2. <sup>a</sup> parte . . . . .	2\$000	\$500
R. S. C. n.º 19 . . . . .	6\$000	\$500
Signalização a braços e ótica — Major Lima Figueirêdo . . . . .	2\$000	\$500
Telemetria — Cap. Joaquim Gomes da Silva . .	20\$000	1\$000
Vencimentos Militares . . . . .	10\$000	1\$000
Problema Tático — Ten.-Cel. Araripe . . . .	8\$000	1\$000
Manual do Sapador Mineiro — Maj. B. Galhardo	15\$000	1\$000
Anuario Militar do Brasil 1937 . . . . .	15\$000	2\$500
Limites do Brasil — Major Lima Figueirêdo . .	10\$000	1\$000
Tres questões de gramatica - Paulo M. Barreto	6\$000	\$500
Almanaque do M. Guerra 1938 . . . . .	3\$000	\$500
Coletanea de leis e decretos de 1544 a 1938 — Major Bello Lisboa, Igrejas Lopes	12\$000	1\$000
Lei do Ensino Militar e Lei de Oorganização do Exército . . . . .		\$500

## LIVROS FRANCESES:

Un Regimen de seconde ligne dans une bataille defensiva en 1918 — P. Janet . .		1\$000
Essai sur le renseignement á la guerre — Coronel Bernis . . . . .	15\$000	1\$000
Etude sur la Cavalerie — H. Salmon . . . .	18\$000	1\$000
Procédés de combat — Lieut Colonel Stirn	8\$000	1\$000
Verdun dans la Tourmente — Gal. Passaga	36\$000	1\$000
Strategie des Tranports — Gal. Ragueneau . .	13\$000	1\$000
Manuel de l'Officier de Réserve de Caval.	20\$000	1\$000
Les Moyens de l'Aéronatique de corps d'armée	10\$000	1\$000
Essai sur l'instruction Militaire — Brallios . .	20\$000	1\$000
L' Etude par l'Infanterie de la Progression sous le Feu de l'Artillerie — A. Laffargue . .	8\$000	\$500
Vauban . . . . .	15\$000	1\$000
Pour être un chef savoir: Instruire, Commander, Entrainer — A. Mermet . . . .	6\$000	1\$000
L'Officier de Renseig. Reg. Camp. - A. Mermet	7\$000	\$500
Inst. Prov. sur l'org. du terrain — 1.e partie	6\$000	\$500
Aide memoire du mitrailleur . . . . .	9\$000	1\$000
Methode pratique de Tir indirect des mit. . .	13\$000	1\$000
Tirs speciaux des Mitralleuses Paillé . . . .	6\$000	
La culture pratique des forces morales — —A. Mermet . . . . .	7\$000	\$500
Precis de Tir et Armement de l'Infanterie . .	13\$000	1\$000
Les leçons de l'Instructeur — Laffargue . .	22\$000	1\$000
Les leçons du Fantasin — Laffargue . . . .	8\$000	1\$000
Tactique Generale — Altmayer . . . . .	26\$000	1\$000



**ORAÇÃO  
DO  
ARABE**



**NA BAÍA NÃO ME ESQUEÇAS**